



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2022

SECRETARIA E/OU DIVISÃO:

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

TIPO DE LICITAÇÃO

Menor Preço por Lote

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2222/2022.

PRAZO DE VIGÊNCIA:

12 (doze) meses.

VALOR:

R\$ 92.344,35 (noventa e dois mil trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após a apresentação de Nota Fiscal, documentos de regularidade fiscal e comprovantes dos serviços realizados conforme descrito no Termo de Referência.



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

000001

Três Barras do Paraná/PR, 23 de Maio de 2022.

De: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Para: Gabinete do Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor,

Considerando que a atual gestão tem um enorme desafio pela frente, em relação a situação do controle populacional de cães e gatos no município de Três Barras do Paraná, pois tem sido muito frequente os casos de abandono, maus tratos e até mesmo de abusos cometidos contra animais, mas em especial os domésticos ou domesticados. Os casos de situações de abandono são diários, ganham repercussão nas mídias sociais e constituem um problema crescente a cada dia dentro das cidades de um modo geral.

É necessário esclarecer que as fêmeas de cães e gatos são animais pluríparos, de gestação curta (apenas 60 dias), ninhadas numerosas e de rápido amadurecimento sexual, sendo assim, cães e gatos têm alto potencial reprodutivo, podendo ter um aumento populacional rápido, criando um descontrole da população canina e felina e motivando a maioria dos casos de abandono.

Vale ressaltar que a superpopulação de cães e gatos nas cidades configura-se em um problema de saúde pública, e que o Poder Público deve atuar o quanto antes e da forma mais efetiva possível para resolver a problemática, visto que diversos estudos apontam para a necessidade de realizar o controle populacional de pelo menos 80% dos animais de uma determinada região e da necessidade de vencer a velocidade reprodutiva.

A atuação conjunta para solucionar o problema se faz necessária para evitar que a omissão da municipalidade continue a expor os animais e os próprios seres humanos a riscos como a possibilidade de transmissão de zoonoses, agressões às pessoas e/ou animais, ou ainda a contaminação ambiental por dejetos e dispersão de lixo.

Considerando a autorização mediante Lei Municipal nº 2222/2022, na qual autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas com a Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná, para realização de campanha de castrações de cães e gatos, alimentação e medicação, se faz necessário a contratação dos serviços de Clínica e/ou Hospital Veterinário para atender a demanda, estando evidenciado o interesse público.



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Com base na necessidade, objetivos e justificativas já apontadas, também os dados constantes no Termo de Referência em anexo, bem como demais documentos que o embasam, solicitamos vossa competente aprovação do Termo de Referência em anexo e autorização para prosseguimento na elaboração de processo licitatório visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2222/2022.

Respeitosamente,

JOÃO BATISTA DE SOUZA
Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Anexos:

1. Termo de Referência;
2. Lei nº 2222/2022
3. Orçamentos



TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

1.1. A elaboração deste Termo de Referência foi realizada de acordo com o estabelecido nos incisos I e II do artigo 8º e no inciso II, do artigo 21, do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, publicado no DOU de 09/08/2000.

2. NECESSIDADES E OBJETIVOS

2.1. Considerando que a atual gestão tem um enorme desafio pela frente, em relação a situação do controle populacional de cães e gatos no município de Três Barras do Paraná, pois tem sido muito frequente os casos de abandono, maus tratos e até mesmo de abusos cometidos contra animais, mas em especial os domésticos ou domesticados. Os casos de situações de abandono são diários, ganham repercussão nas mídias sociais e constituem um problema crescente a cada dia dentro das cidades de um modo geral.

2.2. É necessário esclarecer que as fêmeas de cães e gatos são animais pluríparos, de gestação curta (apenas 60 dias), ninhadas numerosas e de rápido amadurecimento sexual, sendo assim, cães e gatos têm alto potencial reprodutivo, podendo ter um aumento populacional rápido, criando um descontrole da população canina e felina e motivando a maioria dos casos de abandono.

2.3. Vale ressaltar que a superpopulação de cães e gatos nas cidades configura-se em um problema de saúde pública, e que o Poder Público deve atuar o quanto antes e da forma mais efetiva possível para resolver a problemática, visto que diversos estudos apontam para a necessidade de realizar o controle populacional de pelo menos 80% dos animais de uma determinada região e da necessidade de vencer a velocidade reprodutiva.

2.4. A atuação conjunta para solucionar o problema se faz necessária para evitar que a omissão da municipalidade continue a expor os animais e os próprios seres humanos a riscos como a possibilidade de transmissão de zoonoses, agressões às pessoas e/ou animais, ou ainda a contaminação ambiental por dejetos e dispersão de lixo.

2.5. Considerando a autorização mediante Lei Municipal nº 2222/2022, na qual autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas com a Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná, para realização de campanha de castrações de cães e gatos,



CAPITAL DO FIELÃO

Hospital Veterinário para atender a demanda, estando evidenciado o interesse público.

3. DO OBJETO

3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2222/2022.

3.1.1. As especificações dos itens encontram-se descritas no item 12 deste Termo de Referência.

3.2. Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de materiais cuja necessidade dar-se-á de forma variada e parcelada, além disso, a natureza do objeto não permite a divisão e definição prévia e exata do quantitativo demandado pela Administração.

3.3. Da aplicação de Lei Complementar nº 123/2006:

3.3.1. Objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito regional/local, em atenção ao § 3º do Art. 48 da Lei Complementar 123/06, fica estabelecido à prioridade de contratação para as microempresas e/ou empresas de pequeno porte, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

3.3.1.1. Para obter o tratamento diferenciado descrito neste item, as microempresas e/ou empresas de pequeno porte deverão estar sediadas no território do Município de Três Barras do Paraná, uma vez que no território do Município, existem várias empresas com potenciais competitivos entre si, enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme prevê o §3º do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

4. DOS CRITÉRIOS E EXIGÊNCIAS MÍNIMAS À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS

4.1. Será exigido dos interessados:

4.1.1. É imprescindível que os interessados possuam clínica veterinária e/ou hospital veterinário devidamente regulamentado com alvará vigente e licença de funcionamento válida e em conformidades com resoluções/normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária- CFMV, devendo obrigatoriamente estar



CAPITAL DO FELIÃO

estabelecidas no Município de Três Barras do Paraná.

4.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes ou a última alteração contratual consolidada, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus administradores em exercício.

4.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

4.1.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

4.1.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

4.1.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

4.1.7. Prova de regularidade para com a Receita Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais (mobiliários e imobiliários) expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede de proponente, ou outra equivalente na forma da lei;

4.1.8. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, ou outra equivalente na forma da lei;

4.1.9. Prova de inexistência de Débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT);

4.1.10. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento de encargos sociais.



CAPITAL DO FEMÃO

Instituídos por lei, mediante a apresentação da Certidão de Regularidade do FGTS;

4.1.11. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor do local da sede do proponente;

4.1.12. Declaração de inexistência de fatos impeditivos na habilitação, de idoneidade e de inexistência de empregados menores, conforme estabelece a lei 8.666/1992 e a Constituição Federal (declaração em anexo);

4.1.13. Licença Sanitária; Plano de Gerenciamento de Tratamento de Resíduos e Certificação de RT, todos dentro do prazo de validade.

5. DOS REQUISITOS

5.1. Dos Requisitos Técnicos

5.1.1. O Registro da empresa junto ao CRMV/PR deverá ser regular durante toda a vigência do Pregão.

5.1.2. A empresa deverá contar com alvará sanitário regular e em dia durante toda a vigência do pregão.

5.2. Do Atendimento

5.2.1. Somente será permitido o atendimento de animais vítimas de abandono ou maus tratos, encaminhados exclusivamente via Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná, sendo expressamente vedado o atendimento de animal de posse de particular ou terceiro.

5.2.2. A realização dos procedimentos pré, e pós-operatórios devem zelar pelo bem-estar animal, nunca colocando em risco a vida e tendo importância secundária o número de intervenções por fase do procedimento.

5.2.3. A Clínica deverá manter em ordem a Licença de Funcionamento junto aos Órgãos da Administração pública, bem como junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, inclusive a Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pelo estabelecimento.

5.2.4. A empresa ficará responsável pelo transporte dos animais antes e depois de cada atendimento.

5.2.5. É obrigatório que as clínicas tenham prontuário dos animais atendidos, no qual deverão ser anotados todos os seus dados, devendo os mesmos ser arquivados em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo.



CAPITAL DO FELIÃO

5.2.6. O procedimento cirúrgico de castração contemplará retorno pós-operatório para avaliação e se necessário efetuar a retirada de pontos pelo prazo determinado pelo Veterinário, para acompanhamento exclusivo do procedimento relacionado à cirurgia.

5.2.7. Serão priorizadas as fêmeas sem raça definida, principalmente as em risco de prenhes, visto que a esterilização da fêmea é preventiva, usada para evitar procriações e algumas doenças.

5.2.8. A clínica e/ou Hospital Veterinário vencedor do certame em conjunto com a Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente definirá os dias e horários, bem como a quantidade de animais a serem disponibilizados para o programa de castração e atendimento.

5.3. Equipe e equipamentos

5.3.1. Os procedimentos deverão ser realizados por equipe treinada, contendo um quantitativo mínimo de 01 (um) médico-veterinário e 01 (um) auxiliar, desde que seja a equipe suficiente para proporcionar aos animais submetidos aos procedimentos cirúrgicos condições de segurança e bem-estar nos moldes da Resolução N° 962/2010 do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

5.3.2. Os equipamentos e materiais deverão ser utilizados em quantidade suficiente para atender a demanda em qualidade e quantidade adequadas à rotina, devendo cada instrumental ser trocado e devidamente esterilizado entre cada procedimento. Os materiais descartáveis e de uso individual, não poderão ser reutilizados tais como, luvas de procedimento, luvas cirúrgicas, agulhas, seringas, gazes, algodão, cateter, equipo, lâmina de bisturi, fio de sutura.

5.4. Da Estrutura Física

5.4.1. As dependências deverão possuir capacidade para atender a demanda conforme quantitativo especificado no contrato, considerando espaço suficiente de acordo com o porte e quantidade, inclusive com área reservada para os animais que necessitem de cuidados especiais.

5.4.2. O estabelecimento médico-veterinário com atendimento cirúrgico deverá estar registrado junto ao CRMV/PR e apresentar a estrutura física mínima necessária para atendimento clínico/cirúrgico dos animais, inclusive ambientes para pré, trans e pós-operatório, recepção dos responsáveis pelos animais, além de sanitários para uso da equipe e



do público, em conformidade com as Resoluções N° 962/2010 e 1275/2019, do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

5.4.3. Os atendimentos deverão ser realizados em locais legalmente destinados a esta finalidade, que cumpram as exigências sanitárias e todas as normas regulamentadoras em vigor.

5.4.4. A CONTRATADA será a responsável pela aquisição e fornecimento dos produtos de higiene dos ambientes de acordo com legislação específica.

5.4.5. Todos os cuidados necessários, procedimentos e tratamentos com os animais são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma prestar qualquer tipo de assistência pós-operatória, caso haja quaisquer intercorrências derivadas dos procedimentos realizados.

5.4.6. Toda a estrutura física da CONTRATADA será inspecionada pelos gestores e fiscais da CONTRATANTE antes do início das atividades.

5.4.7. Caso seja detectado pela fiscalização do contrato algum setor ou instalação em não conformidade para atendimento dos serviços, a contratada será notificada e terá o prazo de no máximo 15 dias para adequação e apresentação novamente da estrutura.

5.4.8. A CONTRATADA deve contar em suas instalações com os seguintes ambientes, todos em conformidade e equipamentos adequados às determinações das Resoluções N° 962/2010 e N° 1275/2019:

I - Consultório: local onde os animais serão atendidos, realizados o exame físico, exame laboratoriais pré-operatórios, identificação através do microchip, além dos procedimentos básicos veterinários.

II - Internação simples: local apropriado para manutenção de animais doentes, que necessitam de acompanhamento veterinário e tratamento medicamentoso intensivo, não portador de doenças infectocontagiosas.

III - Sala de preparo cirúrgico e recuperação anestésica: local onde os animais são preparados pela equipe técnica para o procedimento cirúrgico e a recuperação anestésica de acordo com o porte dos animais que serão atendidos.



CAPITAL DO FELIÃO

IV - Centro cirúrgico: local onde serão realizados os procedimentos cirúrgicos de esterilização cirúrgica dos animais. Deverão conter os equipamentos necessários e exigidos de acordo com a legislação, todos em perfeitas condições de uso.

V - Sala recuperação anestésica: local aonde os animais irão se recuperar da anestesia, que deverá apresentar condições de abrigar felinos e caninos em boas condições de higiene e sanitária.

VI - Dispor do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde – PGRSS; O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é um documento técnico que estabelece ações de manejo dos resíduos provenientes de todos os serviços relacionados ao atendimento à saúde humana e animal, inclusive assistência domiciliar e trabalhos de campo, laboratórios, necrotérios, funerárias, serviços de medicina legal, drogarias e farmácias, estabelecimentos de ensino e pesquisa, centro de zoonoses, entre outros.

5.5. Dos Materiais e Medicamentos

5.5.1. A CONTRATADA será a responsável pela aquisição e fornecimento, de todos os materiais, medicamentos e equipamentos necessários para o tratamento, cirurgias e internação dos animais durante a execução dos procedimentos cirúrgicos.

5.5.2. O armazenamento de medicamentos somente poderá ser feito em geladeiras ou unidades de refrigeração exclusivas, contendo termômetro de máxima e mínima, com registro diário de temperatura.

5.5.3. É obrigação de a CONTRATADA garantir a qualidade e disponibilidade dos equipamentos, materiais, insumos e medicamentos de acordo com a complexidade do serviço e necessários ao atendimento da demanda e que sejam utilizados exclusivamente para os fins a que se destinam.

5.5.4. Agulhas e seringas usadas para aplicação de drogas injetáveis deverão ser descartáveis e de primeiro uso para cada paciente.

5.5.5. Para a cirurgia deve-se utilizar material cirúrgico de qualidade, higienizado, esterilizado



CAPITAL DO FELIÃO

e uso individual, para cada procedimento cirúrgico.

5.5.6. Os panos de campo cirúrgico utilizados devem ser lavados e esterilizados após cada uso, garantindo uso exclusivo por animal e por procedimento.

5.5.7. Os aventais cirúrgicos, os campos cirúrgicos e panos de mesa podem ser de tecido ou SMS (Spunbond-Meltblown-Spunbond), sempre estéreis.

5.6. Do Procedimento Cirúrgico

5.6.1. Os procedimentos cirúrgicos deverão ser realizados em ambientes autorizados pelo CRMV e sob inspeção da vigilância sanitária.

5.6.2. A Medicação pré-anestésica deverá ser realizada de acordo com as necessidades de cada animal, notificando os responsáveis pelo encaminhamento do animal quais medicamentos serão utilizados, qual será a via de administração e a dosagem.

5.6.3. A indução deverá ser feita obrigatoriamente com a medicação propofol.

5.6.4. A manutenção anestésica deverá obrigatoriamente ser realizada com anestesia inalatória (isoflurano ou sevoflurano).

5.7. Do auxílio à Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná

5.7.1. A empresa deverá juntamente com a Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná promover campanhas educativas no intuito de promover a conscientização, adoção, posse responsável, incentivo a castração, combate ao abandono e apoio a denúncias de maus tratos de animais.

5.7.1.1. As campanhas terão iniciativa da Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná.

5.7.2. A empresa deverá ceder local para realização de no mínimo 02 (duas) feiras de adoção durante o período de vigência do pregão (12 meses), visando buscar um lar para os animais atendidos pela Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná.

5.7.2.1. As feiras de adoção deverão ser agendadas com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, na qual deverá ser comunicada a Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná e a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, que ficarão sob responsabilidade das mesmas a divulgação e publicidade.



CAPITAL DO FELIÃO

6. FREQUENCIA E PERIODICIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A frequência e periodicidade serão de acordo com a demanda de animais atendimentos pela Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná, não podendo ultrapassar o valor de repasse definido pela Lei Municipal nº 2222/2022.

6.2. O Município arcará com as despesas decorrentes de procedimento, alimentação e medicamentos, até o limite estabelecido pela Lei Nº 2222/2022, que será até o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas nos 12 (doze) meses subsequentes.

6.3. Para execução dos procedimentos e exames, os estabelecimentos deverão dispor de equipe suficiente e qualificada, devendo os médicos veterinários estar inscritos no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná – CRMV/PR.

6.4. A Clínica Veterinária receberá da Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná a Requisição de Serviço, documento esse onde se estabelecerá quais procedimentos deverão ser realizados em cada animal.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

7.1. Relacionar os animais e os procedimentos a serem submetidos, nos termos deste edital;

7.2. Emitir a autorização para realização dos serviços;

7.3. Controlar e acompanhar toda a execução do serviço e do contrato a ser firmado.

7.4. Fica sob responsabilidade da Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná os cuidados pré e pós-operatório de cada animal.

7.5. Inspeccionar as instalações das empresas Contratadas, sempre que achar necessário, através dos Técnicos da Vigilância em Saúde, ou outro órgão de fiscalização.

8. DA COMPROVAÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS

8.1. Cada atendimento realizado deverá ser relatado em Ficha de Identificação do Animal/prontuário. Devendo estar em anexo os exames, procedimentos, medicações realizadas e, no mínimo (02) duas fotos do animal.

8.2. Todos os animais deverão ter prontuário, no qual será anotado intercorrências cirúrgicas e anestésicas, além dos dados de anamnese, exame físico, hemograma, devendo os mesmos ser arquivados em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao



CAPITAL DO FELIÃO

prazo, podendo ser requisitado cópias destes. Preencher termos de autorização para procedimentos cirúrgicos e anestésicos (Resolução CFMV nº 1.071/2014), além do termo de ciência e consentimento das orientações sobre os cuidados pré e pós-operatórios.

9. CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

9.1. A Administração Municipal manterá um servidor designado para fiscalização dos serviços objeto deste Termo de Referência, o qual deverá comunicar a Administração caso estejam ocorrendo descumprimentos na prestação dos serviços licitados.

9.2. Correrão por conta do prestador de serviços todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com alimentação, hospedagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.

9.3. O(s) serviço(s) estara(ão) sujeita(s) à verificação(ões), pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações do objeto, no que se refere à quantidade, qualidade e perfeito funcionamento.

9.4. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta. O recebimento não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional, por vícios de quantidade e qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.5. Quaisquer despesas inerentes à entrega do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa prestadora de serviços.

9.6. Para o bom andamento dos serviços, a prestadora de serviços deverá manter durante a prestação dos serviços, agentes em número suficiente para atender a demanda do Município.

9.7. Os pagamentos serão efetuados mensalmente conforme a execução dos serviços, em até 15 (quinze) dias da apresentação da nota fiscal, a qual deverá ser emitida e entregue no Departamento Financeiro até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da prestação dos serviços.

9.7.1. Deverá constar em anexo a Nota Fiscal as Fichas de Identificação do Animal/prontuário, juntamente com os exames, devendo estar relatado todos os procedimentos realizados, medicações aplicadas e, no mínimo (02) duas fotos do animal.

9.8. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores



CAPITAL DO FELIÃO

correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

9.9. O pagamento efetuado não isentará o prestador de serviços das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

10. CUSTOS COM IMPOSTOS, TAXAS, FRETES, E DEMAIS DESPESAS

10.1. Os custos na execução do objeto, bem como os custos com impostos, taxas, fretes e demais despesas serão de responsabilidade da empresa vencedora.

11. PRAZO DE CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação terá vigência de 12 meses, a partir da publicação em Diário Oficial.

12. RELAÇÃO E VALOR MÁXIMO DOS ITENS

12.1. Relação de Itens:

LOTE 01 – CLÍNICA VETERINÁRIA

ITEM	QNTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR TOTAL
1	70	Proced	Consulta Comercial (De Segunda A Sexta-Feira) Das 08:00 Às 18:00	R\$ 61,67	R\$ 4.316,90
2	25	Proced	Consulta De Plantão (De Segunda A Sexta-Feira Das 18:01 Às 07:59)	R\$ 98,33	R\$ 2.458,25
3	50	Proced	Internamento Diurno (Fluidoterapia Específica, Medicação E Alimentação)	R\$ 91,67	R\$ 4.583,50
4	50	Proced	Internamento Diurno Infectocontagioso (Fluidoterapia Específica, Medicação E Alimentação)	R\$ 103,33	R\$ 5.166,50
5	40	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte P	R\$ 321,67	R\$ 12.866,80
6	40	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte M	R\$ 355,00	R\$ 14.200,00
7	30	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte G	R\$ 390,00	R\$ 11.700,00
8	25	Proced	Eutanasia	R\$ 193,33	R\$ 4.833,25
9	100	Amp	Vacina Contra Raiva (Nacional)	R\$ 20,67	R\$ 2.067,00



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000014

10	1500	Kg	Ração animal (canina) Composição Básica do Produto: Cloreto de Sódio (sal), Farinha de Carne Bovina, Farinha de Vísceras de Frango (digestas de frango), Farelo de Arroz, Farelo de Milho*, Farelo de Trigo, Gordura de Frango, Milho Integral moído*, Aditivo Palatabilizante a Base de Vísceras de Aves, Antioxidante, Corantes (alimentícios), Propinato de Cálcio, Vitaminas e Minerais (Vitamina A, Vitamina B1, Vitamina B2, Vitamina B6, Vitamina B12, Vitamina D3, Vitamina E, Vitamina K3, Biotina, Sulfato de Cobalto, Sulfato de Cobre, Sulfato de Ferro, Sulfato de Manganês, Sulfato de Zinco, Selenito de Sódio, DL-Metionina, L-Lisina, Niacina, Ácido Fólico, Cloreto de Colina e Lodato de Cálcio), * Espécies doadora do gene: Bacillus thuringiensis e Streptomyces tumefaciens. Níveis de garantia por kg do produto: Umidade (max) 120g/kg (12%), Proteína (mín) 180g/kg (18%), Extrato Etéreo (mín)80g/kg (8%), Matéria Fibrosa (máx) 50g/kg (5%), Matéria Mineral (máx) 120g/kg (12%), Cálcio (mín) 15g/kg (1,5%), Cálcio (máx) 20g/kg (2,0%), Fósforo (mín) 7.000g/kg (0,7%), Energia Metabolizável 2.700kcal/kg	R\$ 7,57	R\$ 11.355,00
11	20	Proced	Adicional Piometra (Associar Com Ovariosalpingohisterectomia)	R\$ 116,67	R\$ 2.333,40
12	100	Comp	Enrofloxacina 150 Mg	R\$ 5,69	R\$ 569,00
13	100	Comp	Enrofloxacina 50 Mg	R\$ 2,41	R\$ 241,00
14	100	Comp	Meloxicam 0,5 Mg	R\$ 3,52	R\$ 352,00
15	70		Dipirona	R\$ 28,00	R\$ 1.960,00
16	25	Comp	Hemograma Completo	R\$ 40,00	R\$ 1.000,00
17	25	Proced	Sedação Até 05 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais	R\$ 110,00	R\$ 2.750,00
18	25	Proced	Sedação Até 15 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais	R\$ 118,33	R\$ 2.958,25
19	25	Proced	Sedação Até 25 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais	R\$ 127,67	R\$ 3.191,75
20	25	Proced	Sedação Acima De 25 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais	R\$ 137,67	R\$ 3.441,75



CAPITAL DO FÊLÍO

12.2. Os valores dos itens apresentados nas propostas não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

12.2.1. Os valores totais dos itens deste Termo de Referência totalizam R\$ 92.344,35 (noventa e dois mil trezentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

12.3. A empresa licitante que apresentar proposta com **valor global** superior ao fixado neste Termo de Referência será desclassificada.

12.4. Os itens descritos no item 12.1. são para formular o valor unitário das quantidades, dessa forma, a empresa que efetuar sua proposta com valores acima dos descritos serão desclassificados nos itens, independentemente se o valor total do lote estiver abaixo do indicado.

12.5. O presente Termo de Referência faz menção a realização de Ata de Registro de Preços, os quantitativos são para formular o valor total do Lote. As despesas decorrentes deste procedimento licitatório não poderão ultrapassar o descrito na Lei Municipal nº 2222/2022, que será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), repassados em 10 (dez) parcelas anuais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada.

13. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

13.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrentes deste Termo de Referência caberão à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

13.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução dos serviços, com observância a qualidade e, verificando possíveis desacordos com as especificações do Edital.

13.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

13.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município deverão ser solicitadas formalmente pela prestadora de serviços, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

13.5. O prestador de serviços deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção,



CAPITAL DO FELIÃO

verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto estabelecido em Edital.

13.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CÃO GAROTO CLÍNICA VETERINÁRIA E PET SHOP LTDA

CNPJ: 07.343.354/0001-93
Avenida Iguaçú, 704, CENTRO
Nova Prata do Iguaçú, PR
TEL: (46) 991134881

FELIPE EDUARDO CALGAROTO, CRMV: 10636

ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONSULTA COMERCIAL (DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA DAS 8:00 AS 18:00)	1	R\$: 60,00	R\$: 60,00
2	CONSULTA DE PLANTÃO (DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA DAS 18:01 AS 8:00)	1	R\$: 105,00	R\$: 105,00
3	INTERMANENTO DIRNO (FLUIDOTERAPIA ESPECIFICA, MEDICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO)	1	R\$: 95,00	R\$: 95,00
4	INTERMANENTO DIRUNO INFECTOCONTAGIOSO (FLUIDOTERAPIA ESPECIFICA, MEDICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO)	1	R\$: 110,00	R\$: 110,00
5	OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA PAC. FELINA	1	R\$: 300,00	R\$: 300,00
6	OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA PACIENTE CANINA PORTE PP	1	R\$: 320,00	R\$: 320,00
7	OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA PACIENTE CANINA PORTE P	1	R\$: 340,00	R\$: 340,00
8	OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA PACIENTE CANINA PORTE M	1	R\$: 380,00	R\$: 380,00
9	OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA PACIENTE CANINA PORTE G	1	R\$: 400,00	R\$: 400,00
10	ORQUIECTOMIA PACIENTE FELINO	1	R\$: 200,00	R\$: 200,00
11	ORQUIECTOMIA PACIENTE CANINO PP	1	R\$: 200,00	R\$: 200,00
12	ORQUIECTOMIA PACIENTE CANINO P	1	R\$: 215,00	R\$: 215,00
13	ORQUIECTOMIA PACIENTE CANINO M	1	R\$: 220,00	R\$: 220,00
14	ORQUIECTOMIA PACIENTE CANINO G	1	R\$: 240,00	R\$: 240,00
15	EUTANASIA	1	R\$: 280,00	R\$: 280,00
16	VACINA CONTRA RAIVA (NACIONAL)	1	R\$: 25,00	R\$: 25,00
17	QUIMIOTERAPIA TVT SESSÃO	1	R\$: 220,00	R\$: 220,00
18	RAÇÃO DOG BRAZIL POR QUILO	1	R\$: 8,00	R\$: 8,00
19	ADICIONAL PIOMETRA (ASSOCIAR COM OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA)	1	R\$: 150,00	R\$: 150,00
20	TÁXI DOG CENTRO	1	R\$: 3,00	R\$: 3,00
21	TÁXI DOG BAIRROS	1	R\$: 7,50	R\$: 7,50
22	TÁXI DOG ZONA RURAL	1	R\$: 2,00 /KM	R\$: 2,00 /KM
23	MEDICAÇÕES PÓS- CIRURGICAS	1	R\$: 45,00	R\$: 45,00
24	BANDAGEM SIMPLES (INCLUSO O MATERIAL)	1	R\$: 40,00	R\$: 40,00
25	HEMOGRAMA COMPLETO	1	R\$: 40,00	R\$: 40,00
26	SEDAÇÃO ATÉ 5 KG, CONSTA FÁRMACOS NECESSÁRIOS PARA PROCEDIMENTO COMO EXAMES DE IMAGEM, RESGATE E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	1	R\$: 120,00	R\$: 120,00
27	SEDAÇÃO ATÉ 15 KG, CONSTA FÁRMACOS NECESSÁRIOS PARA PROCEDIMENTO COMO EXAMES DE IMAGEM, RESGATE E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	1	R\$: 125,00	R\$: 125,00
28	SEDAÇÃO ATÉ 25 KG, CONSTA FÁRMACOS NECESSÁRIOS PARA PROCEDIMENTO COMO EXAMES DE IMAGEM, RESGATE E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	1	R\$: 128,00	R\$: 128,00
29	SEDAÇÃO ACIMA 25 KG, CONSTA FÁRMACOS NECESSÁRIOS PARA PROCEDIMENTO COMO EXAMES DE IMAGEM, RESGATE E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	1	R\$: 135,00	R\$: 135,00

Felipe Eduardo Calgaroto
Médico Veterinário
CRMV/PR 10636

CAOGAROTO CLINICA VETERINARIA
E PET SHOP LTDA
07.434.354/0001-93
AV Iguaçú - 704 - Sala 02
Nova Prata do Iguaçú, PR

V 000018
000018

OBSERVAÇÕES:

- 1) Cirurgias serão feitas em ambiente cirúrgico autorizado pelo CRMV e sob inspeção da vigilância sanitária vigente.
- 2) A clínica explicitará em documento para prestação de contas todos os materiais, medicamentos e outros, que utilizará durante os procedimentos (tanto de castrações como dos tratamentos), sendo que os mesmos deverão atuar sempre seguindo as boas práticas clínicas, de acordo com o que é priorizado na Resolução nº 1275/2019, aprovada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).
- 3) Medicação pré-anestésica (MPA) deverá ser realizada de acordo com as necessidades de cada animal e ser notificada para os coordenadores da associação tanto qual medicamento foi escolhido, qual será a via de administração e dose.
- 4) Indução deverá ser feita obrigatoriamente com a medicação propofol.
- 5) Manutenção anestésica obrigatoriamente feita com anestesia inalatória (isoflurano ou sevoflurano).


Felipe Eduardo Calgaroto
Médico Veterinário
CRMV/PR 10636

CAOGAROTO CLINICA VETERINARIA
E PET SHOP LTDA
07.434.354/0001-93
AV Iguaçu - 704 - Sala 02
Nova Prata do Iguaçu - PR

VILA DOS BICHOS

CNPJ: 41.390.326/0001-50
 Endereço: Rua Bolívia, 403, Bairro Luther King
 Francisco Beltrão, PR
 TEL: (45) 998174601 / (45) 32351441
 PATRICIA CARINE DE SOUZA, CRMV: 14185

000018
 000019

ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONSULTA FOMERIAL (DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA DAS 8:00 AS 18:00)	1	2 R\$: 75,00	R\$: 75,00
2	CONSULTA DE PLANTÃO (DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA DAS 18,01 AS 8:00)	1	R\$: 95,00	R\$: 95,00
3	INTERMANENTO DIURNO (FLUIDOTERAPIA ESPECIFICA, MEDICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO)	1	R\$: 100,00	R\$: 100,00
4	INTERMANENTO DIURNO INFECTOCONTAGIOSO (FLUIDOTERAPIA ESPECIFICA, MEDICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO)	1	R\$: 110,00	R\$: 110,00
5	OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA PAC. FELINA	1	R\$: 280,00	R\$: 280,00
6	OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA PACIENTE CANINA PORTE PP	1	R\$: 305,00	R\$: 305,00
7	OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA PACIENTE CANINA PORTE P	1	R\$: 315,00	R\$: 315,00
8	OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA PACIENTE CANINA PORTE M	1	R\$: 345,00	R\$: 345,00
9	OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA PACIENTE CANINA PORTE G	1	R\$: 390,00	R\$: 390,00
10	ORQUIECTOMIA PACIENTE FELINO	1	R\$: 180,00	R\$: 180,00
11	ORQUIECTOMIA PACIENTE CANINO PP	1	R\$: 180,00	R\$: 180,00
12	ORQUIECTOMIA PACIENTE CANINO P	1	R\$: 200,00	R\$: 200,00
13	ORQUIECTOMIA PACIENTE CANINO M	1	R\$: 230,00	R\$: 230,00
14	ORQUIECTOMIA PACIENTE CANINO G	1	R\$: 240,00	R\$: 240,00
15	EUTANASIA	1	R\$: 150,00	R\$: 150,00
16	VACINA CONTRA RAIVA (NACIONAL)	1	R\$: 20,00	R\$: 20,00
17	QUIMIOTERAPIA TVT SESSÃO	1	R\$: 200,00	R\$: 200,00
18	RAÇÃO DO BRASIL POR QUILO	1	R\$: 7,90	R\$: 7,90
19	ADICIONAL PIOMETRA (ASSOCIAR COM OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA)	1	R\$: 100,00	R\$: 100,00
20	TAXI DOG CENTRO	1	R\$: 2,00	R\$: 2,00
21	TAXI DOG BAIRROS	1	R\$: 5,00	R\$: 5,00
22	TAXI DOG ZONA RURAL	1	R\$: 2,20 /KM	R\$: 2,20 /KM
23	MEDICAÇÕES PÓS- CIRURGICAS	1	R\$: 40,00	R\$: 40,00
24	BANDAGEM SIMPLES (INCLUSO O MATERIAL)	1	R\$: 40,00	R\$: 40,00
25	HEMIOGRAMA COMPLETO	1	R\$: 40,00	R\$: 40,00
26	SEDAÇÃO ATÉ 5 KG, CONSTA FARMACOS NECESSARIOS PARA PROCEDIMENTO COMO EXAMES DE IMAGEM, RESGATE E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	1	R\$: 110,00	R\$: 110,00
27	SEDAÇÃO ATÉ 15 KG, CONSTA FARMACOS NECESSARIOS PARA PROCEDIMENTO COMO EXAMES DE IMAGEM, RESGATE E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	1	R\$: 120,00	R\$: 120,00
28	SEDAÇÃO ATÉ 25 KG, CONSTA FARMACOS NECESSARIOS PARA PROCEDIMENTO COMO EXAMES DE IMAGEM, RESGATE E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	1	R\$: 135,00	R\$: 135,00
29	SEDAÇÃO ACIMA 25 KG, CONSTA FARMACOS NECESSARIOS PARA PROCEDIMENTO COMO EXAMES	1	R\$: 138,00	R\$: 138,00

Patricia Carine de Souza
 CRMV 14185

Patricia Carine de Souza

OBSERVAÇÕES.

- 1) Cirurgias serão feitas em ambiente cirúrgico autorizado pelo CRMV e sob inspeção da vigilância sanitária vigente.
- 2) A clínica explicitará em documento para prestação de contas todos os materiais, medicamentos e outros, que utilizará durante os procedimentos (tanto de castrações como dos tratamentos), sendo que os mesmos deverão atuar sempre seguindo as boas práticas clínicas, de acordo com o que é priorizado na Resolução nº 1275/2019, aprovada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).
- 3) Medicação pré-anestésica (MPA) deverá ser realizada de acordo com as necessidades de cada animal e ser notificada para os coordenadores da associação tanto qual medicamento foi escolhido, qual será a via de administração e dose.
- 4) Indução deverá ser feita obrigatoriamente com a medicação propofol.
- 5) Manutenção anestésica obrigatoriamente feita com anestesia inalatória (isoflurano ou sevoflurano).

Patricia Carine de Souza
Médica Veterinária
CRMV 4100

Patricia Carine de Souza

ANIMALIA CLÍNICA VETERINÁRIA E CENTRO DE ESTÉTICA ANIMAL LTDA

CNPJ: 42.753.021/0001-28

Avenida Brasil, 224 B- CENTRO

TEL: (45) 998174601/ (45) 32351441

ALINE CALGAROTO, CRMV: 16778

RODRIGO HENRIQUE DA COSTA GUEDES (Responsável Técnico), CRMV: 14758

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONSULTA COMERCIAL (DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA DAS 8:00 AS 18:00)	1	R\$: 50,00	R\$: 50,00
2	CONSULTA DE PLANTÃO (DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA DAS 18:01 AS 8:00)	1	R\$: 95,00	R\$: 95,00
3	INTERNAMENTO DIURNO (FLUIDOTERAPIA ESPECIFICA, MEDICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO)	1	R\$: 80,00	R\$: 80,00
4	INTERNAMENTO DIURNO INFECTOCONTAGIOSO (FLUIDOTERAPIA ESPECIFICA, MEDICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO)	1	R\$: 90,00	R\$: 90,00
5	OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA PACIENTE CANINA PORTE P	1	R\$: 310,00	R\$: 310,00
6	OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA PACIENTE CANINA PORTE M	1	R\$: 340,00	R\$: 340,00
7	OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA PACIENTE CANINA PORTE G	1	R\$: 380,00	R\$: 380,00
8	EUTANASIA	1	R\$: 150,00	R\$: 150,00
9	VACINA CONTRA RAIVA (Hertaliq*)	1	R\$: 17,00	R\$: 17,00
10	RACÃO DOG BRAZIL* POR QUILO	1	R\$: 6,80	R\$: 6,80
11	ADICIONAL PIOMETRA (ASSOCIAR COM OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA)	1	R\$: 100,00	R\$: 100,00
12	DOUTRILL* (ENROFLOXACINA 150 MG comp)	1	R\$: 5,69	R\$: 5,69
13	DOUTRILL* (ENROFLOXACINA 50 MG comp)	1	R\$: 2,41	R\$: 2,41
14	FLAMAVET* (MELOXICAN 0,5 MG comp)	1	R\$: 3,52	R\$: 3,52
15	HEMOGRAMA COMPLETO	1	R\$: 40,00	R\$: 40,00
16	SEDAÇÃO ATÉ 5 KG, CONSTA FÁRMACOS NECESSÁRIOS PARA PROCEDIMENTO COMO EXAMES DE IMAGEM, RESGATE E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	1	R\$: 100,00	R\$: 100,00
17	SEDAÇÃO ATÉ 15 KG, CONSTA FÁRMACOS NECESSÁRIOS PARA PROCEDIMENTO COMO EXAMES DE IMAGEM, RESGATE E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	1	R\$: 110,00	R\$: 110,00
18	SEDAÇÃO ATÉ 25 KG, CONSTA FÁRMACOS NECESSÁRIOS PARA PROCEDIMENTO COMO EXAMES DE IMAGEM, RESGATE E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	1	R\$: 120,00	R\$: 120,00
19	SEDAÇÃO ACIMA 25 KG, CONSTA FÁRMACOS NECESSÁRIOS PARA PROCEDIMENTO COMO EXAMES DE IMAGEM, RESGATE E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	1	R\$: 140,00	R\$: 140,00

Rodrigo H. C. Guedes

Médico Veterinário

CRMV/PR 14758


ORÇAMENTO

000022

000022

OBSERVAÇÕES:

- 1) Cirurgias serão feitas em ambiente cirúrgico autorizado pelo CRMV e sob inspeção da vigilância sanitária vigente.
- 2) A clínica explicitará em documento para prestação de contas todos os materiais, medicamentos e outros, que utilizará durante os procedimentos (tanto de castrações como dos tratamentos), sendo que os mesmos deverão atuar sempre seguindo as boas práticas clínicas, de acordo com o que é priorizado na Resolução nº 1275/2019, aprovada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).
- 3) Medicação pré-anestésica (MPA) deverá ser realizada de acordo com as necessidades de cada animal e ser notificada para os coordenadores da associação tanto qual medicamento foi escolhido, qual será a via de administração e dose.
- 4) Indução deverá ser feita obrigatoriamente com a medicação propofol.
- 5) Manutenção anestésica obrigatoriamente feita com anestesia inalatória (isoflurano ou sevoflurano).


Rodrigo H. C. Guedes
Médico Veterinário
CRMV/PR 14758



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

LEI Nº 2222/2022

Data 03/03/2022

PUBLICADO EM:

04/03/2022
 Jornal AMP
 Página 366
 Edição 2469
Luiz
 Ass. Responsável

SÚMULA. Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas com a A.P.A. Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná-PR, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.791.441/0001-29, com sede na Rua Minas Gerais, 1145, na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, para a realização de campanha de castrações de cachorros e gatos, alimentação e medicamentos, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas com a A.P.A. Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná-PR, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.791.441/0001-29, com sede na Rua Minas Gerais, 1145, na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, para a realização de campanha de castrações de cachorros e gatos, alimentação e medicamentos.

§ 1º. Para o atendimento ao estabelecido no caput deste artigo, o Município efetuará o repasse de material e/ou serviços, após processo licitatório, até o valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em 10 (dez) parcelas mensais.

§ 2º Fica indicada a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente como representante do Município na campanha.

§ 3º A entidade deverá apresentar plano de trabalho no montante do valor estipulado no § 1º deste artigo, especificando a classificação das despesas, o qual deverá ser aprovado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente como representante do Município, antes da celebração do Termo de Parceria/Cooperação.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas com recursos consignados no orçamento vigente, em dotações da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.




ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 03 de março de 2022.


GERSO FRANCISCO GUSSO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

00025

Três Barras do Paraná, 24 de maio de 2022.

De: Gabinete do Prefeito Municipal
Para: Secretaria Municipal da Fazenda / Departamento de Contabilidade;
Departamento de Licitações;
Assessoria Jurídica

Preliminarmente, a autorização para prosseguimento no processo licitatório conforme solicitado, o presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas para;

- 1 - A indicação de recursos de ordem orçamentária para a despesa;
- 2 - Elaboração de demonstrativo do impacto financeiro;
- 3 - A elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação;
- 4 - A aprovação da minuta indicada no item 4. acima.

Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

REMESSA

Conforme manifestação do Exmo. Prefeito no Processo Administrativo nº 51/2022, remeto os Autos ao Departamento de Contabilidade para manifestação sobre item "1" do memorando (pág. 25).

Três Barras do Paraná/PR, 25 de maio de 2022.



FERNANDO HENRIQUE PIZZATO
Assistente Administrativo



ESTADO DO PARANÁ

000027

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 31 de maio de 2022.

De: Dpto. de Contabilidade
Para: Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção ao contido no Processo Administrativo sob nº 51/2022), em especial, as páginas nº 25 e 26, segue anexo informativo sobre saldo das datações nas peças do Planejamento Municipal (QDD – Quadro de Detalhamento da Despesas), conforme dotações abaixo relacionadas:

- a) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.30.00
- b) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.32.00
- c) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00

Atenciosamente,


Leomar A. Rotta
Contador
CRC N° PR - 052743/O

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL.
 Orgao.....: 10 SECRET.MUNIC.DE AGRICULTURA E MEIO AMB.
 Unidade Orcamentaria: 10.01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Codigo	Especificacao	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importancia -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
20.606.0015.1.012.000	Aquisicao de Patrulhas Agricolas e equipamentos					861.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	538	Fiscal	0	40.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	539	Fiscal	504	140.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1135	Fiscal	647	681.000,00	
20.606.0015.1.027.000	Execucao de obra de perfuracao de pozos artesanais					99.800,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	1138	Fiscal	0	99.800,00	
20.606.0015.2.041.000	Manutencao do Departamento de Agricultura					2.125.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	540	Fiscal	0	370.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	541	Fiscal	0	78.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	542	Fiscal	0	6.000,00	
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUICOES	543	Fiscal	0	5.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	544	Fiscal	0	8.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	545	Fiscal	0	310.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	546	Fiscal	504	200.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1278	Fiscal	815	100.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUIC	547	Fiscal	0	40.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUIC	548	Fiscal	504	20.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	549	Fiscal	0	5.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FI	550	Fiscal	0	15.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	551	Fiscal	0	600.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	552	Fiscal	504	250.000,00	
3.3.90.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E C	553	Fiscal	0	28.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	554	Fiscal	0	60.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	555	Fiscal	504	20.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	556	Fiscal	0	10.000,00	
20.606.0015.2.050.000	Manutencao da Casa Familiar Rural					310.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	557	Fiscal	0	147.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	558	Fiscal	0	32.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	559	Fiscal	0	8.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	560	Fiscal	0	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	561	Fiscal	0	60.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUIC	562	Fiscal	0	5.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FI	563	Fiscal	0	15.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	564	Fiscal	0	25.000,00	
3.3.90.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E C	565	Fiscal	0	3.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	566	Fiscal	0	10.000,00	

Same

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL
 Orgao.....: 10 SECRET.MUNIC.DE AGRICULTURA E MEIO AMB.
 Unidade Orcamentaria: 10.01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

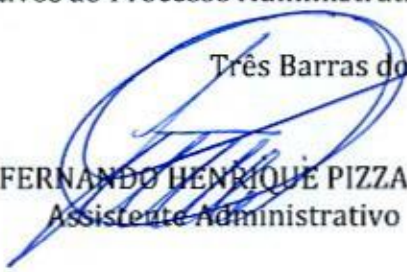
Codigo	Especificacao	Despesa	Esfera	Fonte	Importancia	
					Detalhada	Total da Aplicacao

	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Divida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortizacao Divida
Fiscal	641.000,00	0,00	1.694.000,00	1.060.800,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	641.000,00	0,00	1.694.000,00	1.060.800,00	0,00	0,00
	Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	960.800,00	2.435.000,00	0,00	2.160.000,00	1.060.800,00	3.395.800,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	960.800,00	2.435.000,00	0,00	2.160.000,00	1.060.800,00	3.395.800,00

TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que recebi parecer Jurídico, nesta data, oriundo do Departamento de Contabilidade, os autos relativos ao Processo Administrativo nº 51/2022.

Três Barras do Paraná/PR, 21 Junho de 2022.



FERNANDO HENRIQUE PIZZATO
Assistente Administrativo

TERMO DE JUNTADA

Certifico que, nesta data, após receber do Departamento de Contabilidade os autos relativo ao Processo Administrativo nº 51/2022, procedi a juntada do memorando atendendo o item "1" da manifestação do Sr. Prefeito (pág. 25).

Três Barras do Paraná/PR, 21 de junho de 2022.



FERNANDO HENRIQUE PIZZATO
Assistente Administrativo

REMESSA

Conforme manifestação do Exmo. Prefeito no Processo Administrativo nº 51/2022, remeto os Autos a Secretaria da Fazenda para manifestação sobre item "2" do memorando (pág. 25).

Três Barras do Paraná/PR, 21 de Junho de 2022.



FERNANDO HENRIQUE PIZZATO
Assistente Administrativo



Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

Três Barras do Paraná/PR, 21 de Junho de 2022.

De: Secretaria Municipal da Fazenda
Para: Departamento de Licitações

De posse do Processo Administrativo com o objetivo de "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRSTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME LEI MUNICIPAL N° 2222/2022", passamos a analisar o impacto orçamentário financeiro.

Consta no processo a informação do Departamento de Contabilidade, a qual relata a existência de dotação orçamentária suficiente para a contabilização do valor requerido.

O valor máximo apresentado na solicitação da abertura de procedimento licitatório e fixado na solicitação (R\$ 92.344,35) está dentro dos limites orçamentários desta municipalidade, sendo o mesmo compatível com as condições financeiras, podendo ser devidamente suportado sem causar prejuízos às ações em execução, atendendo dessa forma, o disposto no artigo 16 da Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Respeitosamente,


CARMEM BRANDINI FONGARO
Secretaria Municipal da Fazenda

TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que recebi parecer Jurídico, nesta data, oriundo da Secretaria da Fazenda, os autos relativos ao Processo Administrativo nº 51/2022.

Três Barras do Paraná/PR, 21 Junho de 2022.


FERNANDO HENRIQUE PIZZATO
Assistente Administrativo

TERMO DE JUNTADA

Certifico que, nesta data, após receber da Secretaria da Fazenda os autos relativo ao Processo Administrativo nº 51/2022, procedi a juntada do memorando atendendo o item "2" da manifestação do Sr. Prefeito (pág. 25).

Três Barras do Paraná/PR, 21 de junho de 2022.


FERNANDO HENRIQUE PIZZATO
Assistente Administrativo



**MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**DATA DA REALIZAÇÃO: XX DE XX DE 2022
HORÁRIO: XXhXXm
LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DO PAÇO MUNICIPAL**

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, Pessoa Jurídica de direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **PRESENCIAL**, tipo avaliação **MENOR PREÇO**, empreitada por preço **GLOBAL**, objetivando a proposta mais vantajosa para o **REGISTRO DE PREÇOS**, visando a **CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCERA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**.

1.2. A sessão de processamento do Pregão será realizada na sala de licitações do Paço Municipal, situada a AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, na data de **XX/XX/2022**, às **XXhXXm**, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3. Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão ocorrerão no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná.

1.4. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.5. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o



CAPITAL DO FIELÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000035

credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS**, visando a **CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCERA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, observadas as características e demais condições definidas neste Edital e seus Anexos.

2.2. A licitante para a qual for adjudicado (apresentarem o menor preço) os itens constantes do ANEXO I e convocadas para a assinatura da ata, obterão apenas o direito de preferência e não de exclusividade do fornecimento dos referidos itens até o término da vigência da mesma.

2.3. A quantidade de serviços a serem entregues é estimada naquela descrita no ANEXO VI deste edital, não estando o Município obrigado a retirar a totalidade e nem mesmo tão somente aquela, por se tratar de estimativa, sendo que será requerida a entrega somente da quantidade necessária para atendimento das necessidades atestadas pela secretaria solicitante.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os pagamentos decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

- a) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

- a) Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;
- b) Lei Federal nº 10.520, 17 de julho de 2002;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;



- d) Decreto Municipal nº 2.846, de 12 de abril de 2017;
- e) Portaria Municipal nº 690, de 3 de janeiro de 2020.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5. Poderão participar desta licitação empresas que:

5.1.1. Estejam legalmente constituídas e desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

5.1.2. Atendam os requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital;

5.1.3. Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos.

5.2. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e, **quando for o caso, que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).**

5.2.1. O Lote 01 - (CLÍNICA VETERINÁRIA) possui a condição de AMPLA PARTICIPAÇÃO, ou seja, podem participar tanto microempresas e/ou empresas de pequeno porte (ME/EPP) quanto empresas de médio e grande porte;

5.3. É vedada a participação de:

5.3.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.3.2. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

5.3.2.1. No momento do credenciamento será verificada a existência de registros impeditivos da contratação no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal - SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparência.gov.br/ceis) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.asp>)



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000037

x). Caso haja algum registro impeditivo, a licitante será excluída do certame.

5.3.3. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná.

5.3.4. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.3.5. Empresas estrangeiras que não funcionem no país; e,

5.3.6. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR (Art. 9 da Lei 8.666/93).

5.4. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br.

7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇOS)

7.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada separadamente dos documentos de habilitação, em envelope lacrado (Envelope "A"), contendo preferencialmente os seguintes dizeres na parte externa:

ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇOS)
MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
(NOME COMPLETO DA PROPONENTE)
ENDEREÇO:
CNPJ:
PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2022
DATA DE ABERTURA: XX DE XX DE 2022

4/76



HORÁRIO: XXhXXm

7.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo I deste Edital ou a proposta impressa emitida pelo sistema "kit Proposta" e **na forma eletrônica (CD/DVD ou PEN DRIVE)**, atendendo as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO VI) e obedecendo às seguintes condições:

7.2.1. Deve ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa e redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente;

7.2.2. Suas páginas devem ser numeradas sequencialmente, de preferência encadernadas ou preparadas em pasta, devidamente fechada, para que não existam folhas soltas;

7.2.3. Não deve conter rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas que dificultem sua análise;

7.2.4. Deve conter nome, endereço, CNPJ e Inscrição Estadual ou Municipal (conforme o caso) do licitante, assim como endereço completo, telefone ou fax e preferencialmente endereço eletrônico, se houver, para contato;

7.2.5. Deve conter identificação do número do Pregão Presencial;

7.2.6. Deve ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador na sua última página e rubricada nas demais páginas.

7.2.7. A proposta de preços em meios eletrônicos deverá ser gerada a partir das orientações do ANEXO VIII deste edital, ser apresentadas gravadas em CD/DVD e/ou PEN DRIVE.

7.2.7.1. A não apresentação do arquivo digital (CD/DVD e/ou PEN DRIVE), ou o mesmo apresentar-se incompleto, ou não for possível efetuar a leitura dos dados, implicará na desclassificação da proposta.

7.3. A Proposta de Preços deverá conter:

7.3.1. Descrição completa, detalhada, individualizada e precisa do objeto da licitação, em conformidade com as especificações contidas neste Edital e em seus Anexos;

7.3.2. Indicação dos valores unitários, com no máximo 2 (duas) casas decimais (dois



CAPITAL DO FERIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000039

dígitos após a vírgula, ex.: R\$ 0,00);

7.3.3. Indicação do preço unitário do item;

7.3.4. Data, assinatura e nome completo do representante legal da empresa; e,

7.3.5. Indicação do prazo de validade das propostas de preços apresentadas, inclusive na etapa de apresentação de lances verbais do Pregão, que será de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública do Pregão.

7.4. Nos preços unitários deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos como seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

7.5. Juntamente com a proposta, **no interior do envelope "A" (PROPOSTA DE PREÇOS)**, a licitante deverá apresentar:

a) **CD/DVD e/ou PEN DRIVE contendo o arquivo da proposta de preços em meios eletrônicos.**

7.6. A licitante deverá cotar no ANEXO I das propostas para cada item, valores unitários e totais de todos os compostos de cada item, para os itens que contem mais de um composto, sob pena de desclassificação do item.

7.7. **A simples apresentação da proposta implica na aceitação, submissão, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.**

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE "B" (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

8.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados separadamente da Proposta de Preços, em envelope lacrado (Envelope "B"), contendo preferencialmente os seguintes dizeres na parte externa:

ENVELOPE "B" (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO)

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

(NOME COMPLETO DA PROPONENTE)

ENDEREÇO:

CNPJ:



PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2022

8.2. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

8.2.1. Os documentos para este Pregão que necessitam ser autenticados e a licitante optar pela autenticação do Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio, somente serão autenticados até o horário de início da sessão de julgamento desta licitação, sendo assim, não serão autenticados documentos na sessão de julgamento.

8.3. Os licitantes que possuem Certificado de Registro Cadastral do Município de Três Barras do Paraná em plena validade e optarem em apresentá-lo, juntamente com os documentos descritos nas alíneas "b" a "f" do subitem 8.5.2, bem como os documentos dos subitens 8.5.3, 8.5.4 e 8.5.5, ficam dispensados da apresentação dos demais documentos solicitados para habilitação.

8.4. Os licitantes não cadastrados no Município de Três Barras do Paraná devem apresentar todos os documentos solicitados no item 8.5 deste Edital.

8.5. No interior do envelope "B" (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO), deverá conter os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

8.5.1. A **Habilitação Jurídica** será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações e/ou Contrato Social Consolidado na última alteração devidamente registrado e em plena vigência, no caso de empresa Ltda., ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou Ato Constitutivo;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para



funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

- e) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigíveis e apresentados na forma da Lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com o Termo de Abertura e encerramento do Livro Diário.

8.5.2. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- d) Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011;
- e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante.
- f) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

8.5.2.1. Em caso de apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa,



considera-se certidão positiva com efeitos de negativa e serão aceitas somente as certidões onde conste a existência de débitos:

- a) Não vencidos;
- b) Em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora;
- c) Cujas exigibilidades estejam suspensas por moratória, depósito de seu montante integral ou reclamações ou recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; e,
- d) Sujeitos à medida liminar em mandado de segurança.

8.5.2.2. Para efeito de verificação da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou nos próprios documentos, serão considerados válidos os documentos emitidos no período de 90 (noventa) dias que antecedem a data da sessão do Pregão.

8.5.3. A **Qualificação Econômico-Financeira** exigirá a apresentação do seguinte documento:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

8.5.4. De forma a demonstrar sua **Qualificação Técnica**, os licitantes deverão apresentar:

- a) Mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica Operacional emitido por Órgão Público ou Privado, onde conste a comprovação de execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto, atestando a qualidade e entrega dos serviços cotados.
- b) Licença/Certificado de funcionamento válida junto ao Conselho Federal de Medicina Veterinária- CFMV, em conformidade com resoluções/normas do conselho;
- c) Licença Sanitária dentro do prazo de validade;
- d) Plano de Gerenciamento de Tratamento de Resíduos dentro do prazo de validade;



e) Certificação de RT, dentro do prazo de validade. (compreende a demonstração do veterinário responsável técnico da clínica junto ao conselho de veterinária);

8.5.5. Deverá apresentar ainda as seguintes declarações:

- a) Declaração subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo do ANEXO IV deste Edital;
- b) Declaração subscrita pelo representante legal, de que manterá durante a vigência do contrato a proibição constante do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no ANEXO III.

9. REQUERIMENTOS DE ESCLARECIMENTOS EM RELAÇÃO AO EDITAL

9.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento de esclarecimentos sobre o ato convocatório do Pregão e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, no endereço mencionado no subitem **9.3** abaixo.

9.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

9.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao pregoeiro, devidamente protocolado no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, durante o horário normal de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

9.4. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.



9.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

10. SOLICITAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO AO EDITAL OU PARA SUA IMPUGNAÇÃO

10.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento para que sejam tomadas providências em relação ao Edital e seus Anexos ou para que sejam eles impugnados, desde que seja protocolado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, no endereço mencionado no subitem 9.3.

10.2. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao pregoeiro, devidamente protocolado no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná.

10.3. A decisão sobre o pedido de adoção de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do Pregão no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do recebimento do requerimento, passando ela a integrar, juntamente com o requerimento que lhe deu origem, os autos do processo.

10.4. Desde que implique modificação (oes) do ato convocatório do Pregão e/ou de seus Anexos, o acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, além da (s) alteração (ões) decorrente (s), designação de nova data para a realização do certame e divulgação da mesma forma dada ao ato convocatório original.

11. DO CREDENCIAMENTO

11.1. No dia, hora e local estipulado no item 1 deste Edital, os licitantes deverão estar representados por agentes credenciados, que se apresentarão ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio devidamente identificados com cédula de identidade ou documento equivalente que contenha fotografia e apresentando os documentos constantes nos itens 11.5 e 11.6 deste Edital.

11.2. A não apresentação dos documentos citados no subitem 11.1 não será motivo para



Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

desclassificação ou inabilitação do licitante, mas impedirá que o representante se manifeste ou responda em nome da licitante durante a sessão, inclusive na etapa de apresentação de lances verbais.

11.3. Será admitida a presença de apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado.

11.4. Cada credenciado poderá representar 1 (um) único licitante.

11.5. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

11.5.1. Se o representante do licitante for seu sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado, o credenciamento será feito mediante a apresentação do original ou de cópia autenticada do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ou certificado de registro cadastral, junto ao Município de Três Barras do Paraná, indicando os representantes legais e o ramo de atividade.

11.5.2. Nos demais casos, o representante do licitante deve apresentar instrumento público ou privado de procuração, sempre acompanhado de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do licitante, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para, além de representar o licitante em todas as etapas do Pregão, conduzir as seguintes ações:

11.5.2.1. Apresentar declaração de que o licitante cumpre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos (**ANEXO II**);

11.5.2.2. *As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos ao credenciamento, declaração (modelo livre) assinada pelo contador responsável da empresa, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), acompanhada da Certidão Simplificada*



expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada no item 01 deste edital, sob pena da perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como de participar do lote exclusivo (cota reservada):

11.5.2.2.1. No caso da empresa participante se tratar de Microempreendedor Individual (MEI), esta fica desobrigada a apresentar os documentos descritos no subitem 11.5.2.2, devendo apresentar somente o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual.

11.5.2.3. Entregar os envelopes contendo a Proposta de Preço e a Documentação de Habilitação do licitante;

11.5.2.4. Formular lances ou ofertas verbalmente;

11.5.2.5. Negociar com o Pregoeiro a redução dos preços ofertados;

11.5.2.6. Desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão pública ou, se for o caso, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de fazê-lo;

11.5.2.7. Assinar a ata da sessão;

11.5.2.8. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro; e,

11.5.2.9. Praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

11.6. Na hipótese de apresentação de instrumento particular de procuração, podendo utilizar o modelo constante no **Anexo V deste Edital (Termo de Credenciamento)**, com a subscrição devidamente reconhecida em Cartório ou acompanhada de documentos que permitam este reconhecimento pelo pregoeiro, deve ser comprovada a capacidade e competência do outorgante para constituir mandatário, o que será feito por meio de apresentação de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do licitante, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica.

11.7. A ausência da documentação referida nos subitens 11.5 e 11.6, conforme o caso, ou a sua apresentação em desconformidade com as exigências, impossibilitará a



participação do licitante na fase de apresentação de lances do Pregão, mantido o preço apresentado na proposta escrita para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço unitário.

11.8. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo com autorização expressa do Pregoeiro; neste caso, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço, será mantido o preço unitário apresentado na proposta escrita do licitante excluído.

11.9. Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados fora dos envelopes "A" e "B", serão retidos pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e juntados ao processo administrativo.

12. FORMA DE APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE EMPRESA E DOS ENVELOPES

12.1. Tão logo se encerre a etapa de credenciamento, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio receberão dos agentes credenciados a declaração de que o licitante cumpre os requisitos de habilitação, apresentando fora dos envelopes "A" (Proposta de Preços) e "B" (Documentos de Habilitação), ou seja, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com modelo constante no **ANEXO II** deste Edital, que deve ser entregue em papel timbrado do licitante e assinada por seu representante legal.

12.1.1. A ausência da referida declaração, a recusa em assinar a declaração fornecida pelo Pregoeiro ou a sua apresentação em desconformidade com a exigência deste Edital inviabilizará a participação do licitante no Pregão, mantido o preço apresentado na proposta escrita para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço unitário.

12.2. Recebida e aceita pelo Pregoeiro a declaração mencionada no subitem **12.1**, quando for o caso, proceder-se-á ao recebimento dos documentos que trata o subitem **11.5.2.2**, os quais também deverão ser apresentados fora dos Envelopes "A" (Proposta de Preços) e "B" (Documentos de Habilitação).



12.2.1. A não apresentação da documentação ou apresentação em desconformidade com este Edital, documentação esta que comprova o enquadramento da empresa, implicará na perda do direito de preferência e de tratamento diferenciado, conforme determina a Lei Complementar nº 123/2006, dessa forma, sendo considerada empresa enquadrada em outros regimes, não podendo, ainda, participar do lote exclusivo (cota reservada).

13. ABERTURAS DO ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇOS)

13.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, mantendo intactos, sob sua guarda, os envelopes contendo a documentação de habilitação.

13.1.1. Se, por equívoco, for aberto o envelope contendo os documentos de habilitação, o Pregoeiro deve lacrá-lo sem analisar seu conteúdo, recolhendo a rubrica dos presentes sobre o lacre.

13.2. O Pregoeiro deverá analisar as propostas de preços dos licitantes, considerando o disposto neste Edital.

13.3. Será desclassificada a Proposta de Preços que não cumprir o disposto no item 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6 e 7.7 deste Edital;

13.4. O Pregoeiro procederá à classificação provisória das propostas de preços, procedendo à avaliação através do **MENOR PREÇO POR LOTE**, começando pela proposta com o menor preço e terminando com a proposta com o maior preço do lote.

13.5. O Pregoeiro classificará para participar da etapa de apresentação de lances verbais o autor da proposta com o menor preço do item e todos os licitantes que tenham apresentado propostas de preço do item, no máximo, 10% (dez por cento) superiores ao menor preço do item ofertado.

13.6. Se não houver, no mínimo, 3 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 13.5, o Pregoeiro classificará para a etapa de apresentação de lances verbais, além do autor da proposta de menor preço do item, o (s) licitante (s) cuja (s) proposta (s) de preço do item tenha (m) sido classificada (s) em segundo lugar, independentemente do preço do item da proposta estar dentro do limite de 10%



mencionado no subitem **13.5**.

13.7. Somente no caso de existir uma única proposta classificada em segundo lugar, o (s) licitante (s) cuja (s) proposta (s) de preço do item tenha (m) sido classificada (s) em terceiro lugar, independentemente de o preço do item estar dentro do limite de 10% mencionado no subitem **13.6**.

13.7.1. Havendo empate entre 2 (duas) ou mais propostas, será efetuado sorteio para o estabelecimento da ordem de classificação, cabendo ao vencedor do sorteio apresentar lance depois dos demais na etapa de apresentação de lances.

13.7.2. Havendo empate entre propostas de preços que se enquadrem nas hipóteses descritas nos subitens anteriores, serão todas classificadas.

13.7.3. Havendo um único licitante ou uma única proposta válida, o Pregoeiro poderá decidir, mediante justificativa, pela suspensão do Pregão, inclusive para melhor avaliação das regras do Edital e de seus Anexos e das limitações do mercado, ou pela repetição do Pregão ou, ainda, pela sua continuidade, desde que não haja prejuízos à Administração.

14. APRESENTAÇÃO DE LANCES VERBAIS

14.1. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, iniciando-se a etapa com o lance do autor da proposta classificada de maior preço do item, vindo a seguir os lances dos demais classificados, em ordem decrescente de preço, sendo que o licitante que ofereceu a proposta de menor preço do item será o último a oferecer lance verbal.

14.2. Havendo disposição do licitante para oferecer lance, este deve, obrigatoriamente, propor preço do item menor que o contido na oferta anterior.

14.2.1. *O intervalo mínimo do valor para cada novo lance será de 2 % (dois por cento) para todos os itens.*

14.3. Não poderá haver desistência de lances já ofertados.

14.3.1. Em caso de ocorrência, o licitante desistente se sujeita às penalidades previstas neste Edital.

14.4. A desistência de um licitante de apresentar lance verbal, quando convocado pelo



Pregoeiro, implicará sua exclusão da etapa de apresentação de lances verbais e a manutenção do último preço do item por ele ofertado para fins de posterior ordenação das propostas.

14.5. A etapa de apresentação de lances verbais será declarada encerrada pelo Pregoeiro quando todos os licitantes declinarem da formulação de novo lance.

14.6. Da mesma forma, havendo durante a etapa de apresentação de lances verbais uma única oferta, o Pregoeiro poderá aceitá-la se ela atender todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e se os preços forem compatíveis com os preços praticados no mercado, devendo o Pregoeiro, também, negociar para que seja obtido preço menor do item.

14.7. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado.

14.8. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com base na classificação de que trata o subitem **14.7**, com vistas à redução do preço.

14.9. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

15. CLASSIFICAÇÃO FINAL, ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

15.1. Declarada encerrada a etapa de apresentação de lances verbais, o Pregoeiro procederá à nova classificação das propostas, incluindo propostas selecionadas ou não para essa etapa, na ordem crescente de preços unitários.

15.2. Para proceder à classificação, o Pregoeiro considerará:

15.2.1. O último preço unitário ofertado, no caso dos licitantes selecionados para a etapa de apresentação de lances verbais;

15.2.2. O preço unitário contido na proposta escrita, no caso:

15.2.2.1. Dos licitantes não classificados para a etapa de apresentação de lances verbais;

15.2.2.2. Dos licitantes classificados para a etapa de apresentação de lances



verbais, mas que não apresentaram nenhum lance.

15.3. Ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, decidindo motivadamente a respeito, sendo facultado a ele negociar visando obter menor preço unitário.

15.3.1. A decisão do Pregoeiro será baseada na comparação do preço obtido com os preços atuais praticados no mercado ou com os preços ofertados em licitações anteriores, sendo que as informações utilizadas na sua decisão devem ser anexadas aos autos do processo.

15.3.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

15.3.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

15.4. Para o LOTE 01 – CLÍNICA VETERINÁRIA - AMPLA CONCORRÊNCIA, a preferência de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte que trata o subitem 5.2.3 deste Edital, será processada nos seguintes termos:

15.4.1. Quando a proposta melhor classificada não seja realizada por empresa enquadrada nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, o pregoeiro convocará a empresa qualificada como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de maior desconto, dentre aquelas cujos descontos sejam iguais ou inferiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, serão consideradas empatadas com a primeira colocada, para que apresente desconto superior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência;

15.4.2. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem **15.4.1**;

15.4.3. Não havendo a apresentação de novo desconto, superior ao desconto da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Trés Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000052

preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no subitem **15.4.1**;

15.4.4. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem **15.4.1**, seja microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), não será assegurado o direito de preferência as demais, passando-se, desde logo, à negociação do desconto;

15.4.5. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de maior desconto, obtida com base nas disposições dos subitens **15.4.1** e **15.4.4**, ou na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem **15.3**, com vistas à redução do preço através de descontos maiores.

15.5.1. Aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e/ou empresas de pequeno porte sediadas na região da AMOP sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) ao menor preço válido negociado;

15.5.2. A microempresa e/ou empresa de pequeno porte sediada na AMOP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

15.5.3. Na hipótese da não contratação de microempresa e/ou empresa de pequeno porte sediada local/regional com base no subitem 15.5.2., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do subitem 15.5.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

15.5.4. Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa e/ou empresa de pequeno porte sediada regionalmente, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento de lances a contar da convocação do pregoeiro, ocorrerá à preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada;

15.5.5. O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa e/ou empresa de pequeno porte sediada



local/regional. Havendo equivalência de valores no intervalo estabelecido no subitem 15.5.1. será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

15.5.5.1. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

15.6. Para todos os itens não serão aceitas propostas com valores superiores ao estimado ou com preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 48, da Lei nº 8.666/1993.

15.6.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

15.6.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

15.6.2.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

15.6.2.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

15.6.2.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

15.6.2.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

15.6.2.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

15.6.2.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

15.7. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

15.8. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não



CAPITAL DO FELIÃO

alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.9. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

16. VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DEFINIÇÃO DO (S) VENCEDOR (ES) E RECURSOS

16.1. Superada a etapa de classificação das propostas e de análise da proposta de preço do (s) licitante (s) classificado (s) em primeiro lugar, o Pregoeiro abrirá o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante, procedendo à verificação dos respectivos documentos, de acordo com as seguintes condições:

16.1.1. É facultado ao licitante, apenas durante esta etapa da sessão pública, sanear falha (s) formal (is) relativa (s) à documentação de habilitação, com a apresentação ou com a verificação realizada por meio eletrônico, fac-símile ou, ainda, por qualquer outro meio que venha a surtir o (s) efeito (s) indispensável (is);

16.1.2. *As microempresas e/ou empresas de pequeno porte, por ocasião de participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006).*

16.1.2.1. *Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme §1º do art. 43, da Lei complementar nº 123/2006.*

16.1.3. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser juntados aos autos do processo de licitação os documentos passíveis de obtenção por meio



eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.1.4. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

16.1.5. É assegurado aos demais licitantes o direito de proceder ao exame dos documentos habilitatórios da licitante classificada em primeiro lugar, assim como de rubricá-los;

16.1.6. Constituem motivos para inabilitação do licitante, ressalvada as hipóteses de saneamento da documentação prevista no subitem **16.1.1**:

16.1.6.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

16.1.6.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido;

16.1.6.3. A apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscais referentes à filial;

16.1.6.4. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidões;

16.1.6.5. O não cumprimento dos requisitos de habilitação.

16.2. Havendo a inabilitação do licitante, poderá ser aplicada a multa prevista neste Edital.

16.3. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, e procederá à análise dos seus documentos de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o disposto neste Edital e em seus Anexos, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

16.4. Declarado o vencedor, ou vencedores, qualquer licitante, classificado ou não para a etapa de apresentação de lances verbais, poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cabendo ao Pregoeiro respeitar os seguintes procedimentos:

16.4.1. Após registrar o evento em ata, o Pregoeiro pode acatar o recurso e reformar sua decisão ou, em caso de não o acatar, conceder prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da realização do certame, para apresentação



das razões do recurso pelo recorrente, que deve ser enviada ao Pregoeiro, no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná.

16.4.2. Intimar os demais licitantes a apresentar seus argumentos contra o recurso em igual número de dias, contados a partir do término do prazo concedido ao recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos do processo, que permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local e horário.

16.4.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo;

16.4.4. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra as suas decisões, assim como encaminhá-los para a autoridade competente proceder ao julgamento e decidir sobre o seu acolhimento;

16.4.5. Cabe à autoridade competente o julgamento do recurso;

16.4.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

16.4.7. Decididos os recursos no prazo de 2 (dois) dias úteis e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente deverá proceder à adjudicação e a homologação.

16.5. A falta de manifestação imediata e motivada por parte dos licitantes importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação, pelo Pregoeiro, do objeto da licitação ao licitante vencedor ou aos licitantes vencedores.

16.6. Os envelopes contendo a documentação de habilitação dos licitantes desclassificados e dos licitantes classificados não declarados vencedores permanecerão sob custódia do pregoeiro e equipe de apoio até a efetiva formalização da contratação.

16.7. Em caso de não haver tempo suficiente para a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação dos licitantes em um único momento ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, o Pregoeiro determinará a suspensão da sessão, registrando os motivos em ata, e, posteriormente, convocará os licitantes para a continuidade da sessão em outra data.

16.7.1. A suspensão dos trabalhos somente poderá ocorrer, em qualquer hipótese, após o Pregoeiro ter declarado encerrada a etapa de apresentação de lances verbais.



16.7.2. O Pregoeiro deverá também manter sob sua guarda os envelopes contendo os documentos habilitatórios dos licitantes, devidamente rubricados por ele e pelos licitantes, devendo reexibi-los na reabertura da sessão.

17. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Encerrada a sessão pública, após análise integral do processo, a autoridade competente, fundamentada nos atos do pregoeiro e pareceres jurídicos, oficialmente adjudicará e homologará o resultado do Pregão, desde que não haja recurso.

17.1.1. Se houver recurso (s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao (s) vencedor (es) e à homologação do resultado do Pregão.

18. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO

18.1. Será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o (s) fornecedor (es) classificado (s) em primeiro lugar. Os mesmos serão convocados para que no prazo de 05 (cinco) dias assinem a mesma, sob pena de decair o direito na preferência da contratação, sem prejuízos das sanções previstas neste edital e das demais sanções legais aplicáveis.

18.2. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município de Três Barras do Paraná, poderá registrar os demais licitantes, na ordem de classificação, convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

18.3. O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou ordem de compra no prazo estipulado ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior àqueles praticados no mercado, conforme previsto na Lei.

18.4. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento



equivalente, conforme prevê os artigos 62 e 64 da Lei nº 8.666/93.

19. VIGÊNCIA DA ATA

19.1. O prazo de validade da ata é de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no Órgão Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

20. PREÇO

20.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados no item 7 do Termo de Referência (ANEXO VI), sendo que o valor total dos itens soma a importância de R\$ 92.344,35 (noventa e dois mil trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

20.2. O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos como funcionários/operadores, fretes, combustível, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

20.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

20.3.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

20.4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

21. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

21.1. O licitante vencedor deverá realizar os serviços na forma e prazo indicados no Termo de Referência (Anexo VI).



21.2. Os serviços deverão atender as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo VI).

21.3. O licitante vencedor ficará obrigado a trocar ou refazer as suas expensas, nos prazos máximos apresentados no item 21.1 a contar da notificação, o serviço que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

21.4. Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas a prestação dos serviços.

21.5. O (s) serviço (s) fornecido (s) estarão sujeitos à verificação pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade, qualidade.

21.6. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

21.7. Os serviços serão aceitos provisoriamente, o recebimento definitivo será feito após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos, conforme Art. 73 da Lei nº 8.666/93;

21.8. O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não prestar o serviço no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

21.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses, será indicado o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

22. PAGAMENTO

22.1. O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente à entrega/execução dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Relatório Circunstanciado dos serviços prestados;
- b) Atestado de recebimento do órgão solicitante;



c) Comprovação da regularidade fiscal com a apresentação dos documentos requeridos nas alíneas "b" a "f" do subitem 8.5.2 deste Edital.

22.2. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o fornecedor contratado (IN nº 89/2013 - TCE/PR).

22.4. O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

22.5. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

22.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM= $I \times N \times VP$, onde:

EM= Encargos Moratórios devidos;

I= Índice de Compensação Financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula $I = [(TX/100)/365]$;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento; e,

VP= Valor da prestação em atraso.

23. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

23.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

23.1.1. Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

23.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que



venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

23.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

23.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e da Ata de Registro de Preços;

23.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento;

23.1.6. Solicitar o (s) serviço (s);

23.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) serviço (s) entregues;

23.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

23.2. São obrigações do PRESTADOR DE SERVIÇOS

23.2.1. Caberá ao PRESTADOR DOS SERVIÇOS, para a perfeita execução do fornecimento do objeto descrito neste Edital e em seus Anexos, o cumprimento das seguintes obrigações:

23.2.1.1 Os equipamentos deverão ser colocados à disposição da Prefeitura Municipal 24 (vinte e quatro) horas após o envio da ordem de fornecimento;

23.2.1.2. O transpor dos equipamentos para realização do trabalho, entre uma propriedade municipal e outra, será executado pelo licitante vencedor e não será contabilizado como hora trabalhada.

23.2.1.3. Em caso de quebra dos equipamentos ou qualquer falha nos equipamentos, a empresa contratada deverá providenciar a substituição por outro equipamento igual no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

23.2.1.4. As máquinas e equipamentos deverão ser equipadas com horímetros originais, devidamente instalados e em funcionamento.

23.2.1.5. As despesas de manutenção do equipamento, alimentação, estadia e transporte dos operadores são de responsabilidade da contratada.

23.2.1.6. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do (s) serviço (s), tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte, fretes e outras que porventura venham a ser criadas e



exigidas pela legislação;

23.2.1.7. Disponer da quantidade suficiente de equipamentos solicitados ao fornecimento e mantê-los em perfeitas condições de uso, o qual deverá sujeitar-se à condição de fornecedor do (s) serviço (s) adquirido (s) até que totalmente requisitada (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município;

23.2.1.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

23.2.1.9. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

23.2.1.10. Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento do (s) serviço (s);

23.2.1.11. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do (s) serviço (s);

23.2.1.12. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

23.2.1.13. Substituir no prazo igual ao do fornecimento qualquer serviço que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

23.2.1.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

23.2.1.15. Entregar o (s) serviço (s) no prazo e formas ajustados;

23.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

23.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se



a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

23.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

23.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

23.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

23.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **23.3**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município de Três Barras do Paraná.

23.5. Deverá o fornecedor observar ainda o que segue:

23.5.1. É expressamente proibida à contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços;

23.5.2. É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do Contrato/Ata de Registro de Preços, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná;

23.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

24. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

24.1. Os licitantes devem observar e o fornecedor deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de



ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) "**Prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "**Prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "**Prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "**Prática coercitiva**": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "**Prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000065

contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

25. DAS PENALIDADES

25.1. Às licitantes vencedoras deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

25.1.1. Pela recusa injustificada para a prestação de serviço ofertadas, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos;

25.1.2. Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de 0,5% (por cento) do total da proposta por dia de atraso ou de demora;

25.1.3. Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplica-se o estabelecido no subitem 25.1.1, com prazo estabelecido no item 21 para a efetiva substituição dos serviços;

25.1.4. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Três Barras do Paraná, nos casos de:

- a) Apresentação de documentação falsa;
- b) Retardamento na execução do objeto;
- c) Não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- d) Comportamento inidôneo;

32/76



- e) Fraude na execução do contrato;
- f) Falha na execução do contrato.

25.1.5. Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

25.1.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

26. DO FORO

26.1. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas/PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

27. ANEXOS DO EDITAL

27.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Modelo da Proposta de Preços;
- b) ANEXO II – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- c) ANEXO III – Modelo de Declaração de Não utilização de Trabalho de Menor;
- d) ANEXO IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo Para Licitar;
- e) ANEXO V – Modelo de Termo de Credenciamento;
- f) ANEXO VI – Termo de Referência;
- g) ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- h) ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica;
- i) ANEXO IX – Roteiro para Elaboração de Proposta Eletrônica.



CAPITAL DO FÊLÃO

000067

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

Local e data.

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito Municipal

34/76



ANEXO I – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Ao
Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº XX/2022
Abertura: XX DE XX DE 2022, às XXh00m

A empresa (**RAZÃO SOCIAL COMPLETA**), localizada na (**ENDEREÇO COMPLETO**), inscrita no CNPJ sob nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, Inscrição Estadual e/ou Municipal nº **XXX.XXXXX-XX**, através desta, vem apresentar a proposta comercial relativa a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº XX/2022, objetivando fornecer os itens abaixo cotados, conforme especificações e anexos que fazem parte do referido edital:

LOTE 01 – CLÍNICA VETERINÁRIA

ITEM	QNTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR TOTAL
1	70	Proced	Consulta Comercial (De Segunda A Sexta-Feira) Das 08:00 Às 18:00		
2	25	Proced	Consulta De Plantão (De Segunda A Sexta-Feira Das 18:01 Às 07:59)		
3	50	Proced	Internamento Diurno (Fluidoterapia Específica, Medicação E Alimentação)		
4	50	Proced	Internamento Diurno Infectocontagioso (Fluidoterapia Específica, Medicação E Alimentação)		
5	40	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte P		
6	40	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte M		
7	30	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte G		
8	25	Proced	Eutanasia		
9	100	Amp	Vacina Contra Raiva (Nacional)		



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000069

10	1500	Kg	Ração animal (canina) Composição Básica do Produto: Cloreto de Sódio (sal), Farinha de Carne Bovina, Farinha de Visceras de Frango (digestas de frango), Farelo de Arroz, Farelo de Milho*, Farelo de Trigo, Gordura de Frango, Milho Integral moído*, Aditivo Palatabilizante a Base de Visceras de Aves, Antioxidante, Corantes (alimentícios), Propinato de Cálcio, Vitaminas e Minerais (Vitamina A, Vitamina B1, Vitamina B2, Vitamina B6, Vitamina B12, Vitamina D3, Vitamina E, Vitamina K3, Biotina, Sulfato de Cobalto, Sulfato de Cobre, Sulfato de Ferro, Sulfato de Manganês, Sulfato de Zinco, Selenito de Sódio, DL-Metionina, L-Lisina, Niacina, Ácido Fólico, Cloreto de Colina e Lodato de Cálcio), * Espécies doadora do gene: Bacillus thuringiensis e Streptomyces tumefaciens. Níveis de garantia por kg do produto: Umidade (max) 120g/kg (12%), Proteína (mín) 180g/kg (18%), Extrato Etéreo (mín)80g/kg (8%), Matéria Fibrosa (máx) 50g/kg (5%), Matéria Mineral (máx) 120g/kg (12%), Cálcio (mín) 15g/kg (1,5%), Cálcio (máx) 20g/kg (2,0%), Fósforo (mín) 7.000g/kg (0,7%), Energia Metabolizável 2.700kcal/kg		
11	20	Proced	Adicional Piometra (Associar Com Ovariosalpingohisterectomia)		
12	100	Comp	Enrofloxacina 150 Mg		
13	100	Comp	Enrofloxacina 50 Mg		
14	100	Comp	Meloxicam 0,5 Mg		
15	70		Dipirona		
16	25	Comp	Hemograma Completo		
17	25	Proced	Sedação Até 05 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais		
18	25	Proced	Sedação Até 15 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais		
19	25	Proced	Sedação Até 25 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais		
20	25	Proced	Sedação Acima De 25 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais		

Valor Total em Algarismos:

Valor Total da proposta por extenso:

Condições de Pagamento: Conforme edital.

36/76



Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000070

Validade da Proposta: 60 dias.

Valor máximo da licitação: R\$ 92.344,35 (noventa e dois mil trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta. E em consonância aos referidos documentos, declaramos:

- a) Que estamos cientes e concordamos com os termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta da Ata de Registro de Preços;
- b) Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e ou descontos ou vantagens e despesas (inclusive despesas com operadores) para a entrega dos serviços.

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital (se acaso a empresa licitante apresentar a proposta impressa através do sistema kit proposta fornecido pelo Município as declarações neste anexo terão validade independente de transcrição na mesma).

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

37/76



ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao
Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº XX/2022

Abertura: XX DE XX DE 2022, às XXhXXm

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa **(RAZÃO SOCIAL COMPLETA)**, inscrita no CNPJ sob nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada na **(ENDEREÇO COMPLETO)**, declara para fins de participação no Pregão Presencial nº XX/2022, e sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em seu edital, conforme previsto no artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de novembro de 2002.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura



**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO
MENOR**

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº XX/2022

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

A empresa **(RAZÃO SOCIAL COMPLETA)**, inscrita no CNPJ sob nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada na **(ENDEREÇO COMPLETO)**, declara, sob as penas da Lei, e para os fins previstos no artigo 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima, durante a vigência do contrato, acarretará a sua rescisão.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e assinatura



**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
PARA LICITAR**

Ao
Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº XX/2022

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

A empresa (**RAZÃO SOCIAL COMPLETO**, inscrita no CNPJ sob nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada na (**ENDEREÇO COMPLETO**), declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara, também, que está obrigada a informar à Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência, conforme determina o artigo 32º, § 2º, da Lei 8.666/93.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e assinatura



ANEXO V - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL SRP N° XX/2022

Abertura: XX DE XX DE 2022, às XXhXXm

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr(a) **(NOME DO CREDENCIADO)**, portador(a) da Cédula de Identidade n° X.XXX.XXX-X e CPF sob n° XXX.XXX.XXX-XX, a participar da licitação instaurada pelo Município de Três Barras do Paraná, na modalidade PREGÃO, forma PRESENCIAL, supra referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL da empresa **(RAZÃO SOCIAL COMPLETO)**, inscrita no CNPJ sob n° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada na **(ENDEREÇO COMPLETO)**, outorgando-lhe dentre outros poderes, o de formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, negociar preços e, ainda, rubricar documentos, renunciar ao direito de recurso e apresentar impugnação a recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, termo de contrato ou retirar nota de empenho, enfim, praticar todos os atos inerentes à referida licitação.

Local e Data.

PROPONENTE

Representante Legal

(Preferencialmente com firma reconhecida em Cartório)

OBS.: "A Carta Credencial deverá ser entregue pelo Representante Legal da empresa proponente, juntamente com documento de identidade, ao Presidente da Comissão Julgadora, antes da abertura dos envelopes".

41/76



ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

1.1. A elaboração deste Termo de Referência foi realizada de acordo com o estabelecido nos incisos I e II do artigo 8º e no inciso II, do artigo 21, do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, publicado no DOU de 09/08/2000.

2. NECESSIDADES E OBJETIVOS

2.1. Considerando que a atual gestão tem um enorme desafio pela frente, em relação a situação do controle populacional de cães e gatos no município de Três Barras do Paraná, pois tem sido muito frequente os casos de abandono, maus tratos e até mesmo de abusos cometidos contra animais, mas em especial os domésticos ou domesticados. Os casos de situações de abandono são diários, ganham repercussão nas mídias sociais e constituem um problema crescente a cada dia dentro das cidades de um modo geral.

2.2. É necessário esclarecer que as fêmeas de cães e gatos são animais pluríparos, de gestação curta (apenas 60 dias), ninhadas numerosas e de rápido amadurecimento sexual, sendo assim, cães e gatos têm alto potencial reprodutivo, podendo ter um aumento populacional rápido, criando um descontrole da população canina e felina e motivando a maioria dos casos de abandono.

2.3. Vale ressaltar que a superpopulação de cães e gatos nas cidades configura-se em um problema de saúde pública, e que o Poder Público deve atuar o quanto antes e da forma mais efetiva possível para resolver a problemática, visto que diversos estudos apontam para a necessidade de realizar o controle populacional de pelo menos 80% dos animais de uma determinada região e da necessidade de vencer a velocidade reprodutiva.

2.4. A atuação conjunta para solucionar o problema se faz necessária para evitar que a omissão da municipalidade continue a expor os animais e os próprios seres humanos a riscos como a possibilidade de transmissão de zoonoses, agressões às pessoas e/ou animais, ou ainda a contaminação ambiental por dejetos e dispersão de lixo.

2.5. Considerando a autorização mediante Lei Municipal nº 2222/2022, na qual autoriza

42/76



o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas com a Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná, para realização de campanha de castrações de cães e gatos, alimentação e medicação, se faz necessário a contratação dos serviços de Clínica e/ou Hospital Veterinário para atender a demanda, estando evidenciado o interesse público.

3. DO OBJETO

3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2222/2022.

3.1.1. As especificações dos itens encontram-se descritas no item 12 deste Termo de Referência.

3.2. Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de materiais cuja necessidade dar-se-á de forma variada e parcelada, além disso, a natureza do objeto não permite a divisão e definição prévia e exata do quantitativo demandado pela Administração.

3.3. Da aplicação de Lei Complementar nº 123/2006:

3.3.1. Objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito regional/local, em atenção ao § 3º do Art. 48 da Lei Complementar 123/06, fica estabelecido à prioridade de contratação para as microempresas e/ou empresas de pequeno porte, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

3.3.1.1. Para obter o tratamento diferenciado descrito neste item, as microempresas e/ou empresas de pequeno porte deverão estar sediadas no território do Município de Três Barras do Paraná, uma vez que no território do Município, existem várias empresas com potenciais competitivos entre si, enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme



prevê o §3º do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

4. DOS CRITÉRIOS E EXIGÊNCIAS MÍNIMAS À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS

4.1. Será exigido dos interessados:

4.1.1. É imprescindível que os interessados possuam clínica veterinária e/ou hospital veterinário devidamente regulamentado com alvará vigente e licença de funcionamento válida e em conformidades com resoluções/normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária- CFMV, devendo obrigatoriamente estar estabelecidas no Município de Três Barras do Paraná.

4.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes ou a última alteração contratual consolidada, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus administradores em exercício.

4.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

4.1.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

4.1.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

4.1.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do

44/76



Secretário da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.

4.1.7. Prova de regularidade para com a Receita Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais (mobiliários e imobiliários) expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede de proponente, ou outra equivalente na forma da lei;

4.1.8. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, ou outra equivalente na forma da lei;

4.1.9. Prova de inexistência de Débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT);

4.1.10. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento de encargos sociais. Instituídos por lei, mediante a apresentação da Certidão de Regularidade do FGTS;

4.1.11. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor do local da sede do proponente;

4.1.12. Declaração de inexistência de fatos impeditivos na habilitação, de idoneidade e de inexistência de empregados menores, conforme estabelece a lei 8.666/1992 e a Constituição Federal (declaração em anexo);

4.1.13. Licença Sanitária; Plano de Gerenciamento de Tratamento de Resíduos e Certificação de RT, todos dentro do prazo de validade.

5. DOS REQUISITOS

5.1. Dos Requisitos Técnicos



5.1.1. O Registro da empresa junto ao CRMV/PR deverá ser regular durante toda a vigência do Pregão.

5.1.2. A empresa deverá contar com alvará sanitário regular e em dia durante toda a vigência do pregão.

5.2. Do Atendimento

5.2.1. Somente será permitido o atendimento de animais vítimas de abandono ou maus tratos, encaminhados exclusivamente via Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná, sendo expressamente vedado o atendimento de animal de posse de particular ou terceiro.

5.2.2. A realização dos procedimentos pré, e pós-operatórios devem zelar pelo bem-estar animal, nunca colocando em risco a vida e tendo importância secundária o número de intervenções por fase do procedimento.

5.2.3. A Clínica deverá manter em ordem a Licença de Funcionamento junto aos Órgãos da Administração pública, bem como junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, inclusive a Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pelo estabelecimento.

5.2.4. A empresa ficará responsável pelo transporte dos animais antes e depois de cada atendimento.

5.2.5. É obrigatório que as clínicas tenham prontuário dos animais atendidos, no qual deverão ser anotados todos os seus dados, devendo os mesmos ser arquivados em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo.

5.2.6. O procedimento cirúrgico de castração contemplará retorno pós-operatório para avaliação e se necessário efetuar a retirada de pontos pelo prazo determinado pelo Veterinário, para acompanhamento exclusivo do procedimento relacionado à cirurgia.

5.2.7. Serão priorizadas as fêmeas sem raça definida, principalmente as em risco de prenhes, visto que a esterilização da fêmea é preventiva, usada para evitar procriações e



algumas doenças.

5.2.8. A clínica e/ou Hospital Veterinário vencedor do certame em conjunto com a Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente definirá os dias e horários, bem como a quantidade de animais a serem disponibilizados para o programa de castração e atendimento.

5.3. Equipe e equipamentos

5.3.1. Os procedimentos deverão ser realizados por equipe treinada, contendo um quantitativo mínimo de 01 (um) médico-veterinário e 01 (um) auxiliar, desde que seja a equipe suficiente para proporcionar aos animais submetidos aos procedimentos cirúrgicos condições de segurança e bem-estar nos moldes da Resolução Nº 962/2010 do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

5.3.2. Os equipamentos e materiais deverão ser utilizados em quantidade suficiente para atender a demanda em qualidade e quantidade adequadas à rotina, devendo cada instrumental ser trocado e devidamente esterilizado entre cada procedimento. Os materiais descartáveis e de uso individual, não poderão ser reutilizados tais como, luvas de procedimento, luvas cirúrgicas, agulhas, seringas, gazes, algodão, cateter, equipo, lâmina de bisturi, fio de sutura.

5.4. Da Estrutura Física

5.4.1. As dependências deverão possuir capacidade para atender a demanda conforme quantitativo especificado no contrato, considerando espaço suficiente de acordo com o porte e quantidade, inclusive com área reservada para os animais que necessitem de cuidados especiais.

5.4.2. O estabelecimento médico-veterinário com atendimento cirúrgico deverá estar registrado junto ao CRMV/PR e apresentar a estrutura física mínima necessária para atendimento clínico/cirúrgico dos animais, inclusive ambientes para pré, trans e pós-operatório, recepção dos responsáveis pelos animais, além de sanitários para uso da equipe e do público, em conformidade com as Resoluções Nº 962/2010 e 1275/2019, do



Conselho Federal de Medicina Veterinária.

5.4.3. Os atendimentos deverão ser realizados em locais legalmente destinados a esta finalidade, que cumpram as exigências sanitárias e todas as normas regulamentadoras em vigor.

5.4.4. A CONTRATADA será a responsável pela aquisição e fornecimento dos produtos de higiene dos ambientes de acordo com legislação específica.

5.4.5. Todos os cuidados necessários, procedimentos e tratamentos com os animais são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma prestar qualquer tipo de assistência pós-operatória, caso haja quaisquer intercorrências derivadas dos procedimentos realizados.

5.4.6. Toda a estrutura física da CONTRATADA será inspecionada pelos gestores e fiscais da CONTRATANTE antes do início das atividades.

5.4.7. Caso seja detectado pela fiscalização do contrato algum setor ou instalação em não conformidade para atendimento dos serviços, a contratada será notificada e terá o prazo de no máximo 15 dias para adequação e apresentação novamente da estrutura.

5.4.8. A CONTRATADA deve contar em suas instalações com os seguintes ambientes, todos em conformidade e equipamentos adequados às determinações das Resoluções N^o 962/2010 e N^o 1275/2019:

I - Consultório: local onde os animais serão atendidos, realizados o exame físico, exames laboratoriais pré-operatórios, identificação através do microchip, além dos procedimentos básicos veterinários.

II - Internação simples: local apropriado para manutenção de animais doentes, que necessitam de acompanhamento veterinário e tratamento medicamentoso intensivo, não portador de doenças infectocontagiosas.

III - Sala de preparo cirúrgico e recuperação anestésica: local onde os animais são preparados pela equipe técnica para o procedimento



cirúrgico e a recuperação anestésica de acordo com o porte dos animais que serão atendidos.

IV - Centro cirúrgico: local onde serão realizados os procedimentos cirúrgicos de esterilização cirúrgica dos animais. Deverão conter os equipamentos necessários e exigidos de acordo com a legislação, todos em perfeitas condições de uso.

V - Sala recuperação anestésica: local aonde os animais irão se recuperar da anestesia, que deverá apresentar condições de abrigar felinos e caninos em boas condições de higiene e sanitária.

VI - Dispor do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde - PGRSS; O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é um documento técnico que estabelece ações de manejo dos resíduos provenientes de todos os serviços relacionados ao atendimento à saúde humana e animal, inclusive assistência domiciliar e trabalhos de campo, laboratórios, necrotérios, funerárias, serviços de medicina legal, drogarias e farmácias, estabelecimentos de ensino e pesquisa, centro de zoonoses, entre outros.

5.5. Dos Materiais e Medicamentos

5.5.1. A CONTRATADA será a responsável pela aquisição e fornecimento, de todos os materiais, medicamentos e equipamentos necessários para o tratamento, cirurgias e internação dos animais durante a execução dos procedimentos cirúrgicos.

5.5.2. O armazenamento de medicamentos somente poderá ser feito em geladeiras ou unidades de refrigeração exclusivas, contendo termômetro de máxima e mínima, com registro diário de temperatura.

5.5.3. É obrigação de a CONTRATADA garantir a qualidade e disponibilidade dos equipamentos, materiais, insumos e medicamentos de acordo com a complexidade do serviço e necessários ao atendimento da demanda e que sejam utilizados



exclusivamente para os fins a que se destinam.

5.5.4. Agulhas e seringas usadas para aplicação de drogas injetáveis deverão ser descartáveis e de primeiro uso para cada paciente.

5.5.5. Para a cirurgia deve-se utilizar material cirúrgico de qualidade, higienizado, esterilizado e uso individual, para cada procedimento cirúrgico.

5.5.6. Os panos de campo cirúrgico utilizados devem ser lavados e esterilizados após cada uso, garantindo uso exclusivo por animal e por procedimento.

5.5.7. Os aventais cirúrgicos, os campos cirúrgicos e panos de mesa podem ser de tecido ou SMS (Spunbond-Meltblown-Spunbond), sempre estéreis.

5.6. Do Procedimento Cirúrgico

5.6.1. Os procedimentos cirúrgicos deverão ser realizados em ambientes autorizados pelo CRMV e sob inspeção da vigilância sanitária.

5.6.2. A Medicação pré-anestésica deverá ser realizada de acordo com as necessidades de cada animal, notificando os responsáveis pelo encaminhamento do animal quais medicamentos serão utilizados, qual será a via de administração e a dosagem.

5.6.3. A indução deverá ser feita obrigatoriamente com a medicação propofol.

5.6.4. A manutenção anestésica deverá obrigatoriamente ser realizada com anestesia inalatória (isoflurano ou sevoflurano).

5.7. Do auxílio à Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná

5.7.1. A empresa deverá juntamente com a Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná promover campanhas educativas no intuito de promover a conscientização, adoção, posse responsável, incentivo a castração, combate ao abandono e apoio a denúncias de maus tratos de animais.

5.7.1.1. As campanhas terão iniciativa da Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná.



5.7.2. A empresa deverá ceder local para realização de no mínimo 02 (duas) feiras de adoção durante o período de vigência do pregão (12 meses), visando buscar um lar para os animais atendidos pela Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná.

5.7.2.1. As feiras de adoção deverão ser agendadas com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, na qual deverá ser comunicada a Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná e a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, que ficarão sob responsabilidade das mesmas a divulgação e publicidade.

6. FREQUENCIA E PERIODICIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A frequência e periodicidade serão de acordo com a demanda de animais atendimentos pela Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná, não podendo ultrapassar o valor de repasse definido pela Lei Municipal nº 2222/2022.

6.2. O Município arcará com as despesas decorrentes de procedimento, alimentação e medicamentos, até o limite estabelecido pela Lei Nº 2222/2022, que será até o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas nos 12 (doze) meses subsequentes.

6.3. Para execução dos procedimentos e exames, os estabelecimentos deverão dispor de equipe suficiente e qualificada, devendo os médicos veterinários estar inscritos no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná – CRMV/PR.

6.4. A Clínica Veterinária receberá da Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná a Requisição de Serviço, documento esse onde se estabelecerá quais procedimentos deverão ser realizados em cada animal.



7. DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

- 7.1. Relacionar os animais e os procedimentos a serem submetidos, nos termos deste edital;
- 7.2. Emitir a autorização para realização dos serviços;
- 7.3. Controlar e acompanhar toda a execução do serviço e do contrato a ser firmado.
- 7.4. Fica sob responsabilidade da Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná os cuidados pré e pós-operatório de cada animal.
- 7.5. Inspecionar as instalações das empresas Contratadas, sempre que achar necessário, através dos Técnicos da Vigilância em Saúde, ou outro órgão de fiscalização.

8. DA COMPROVAÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS

- 8.1. Cada atendimento realizado deverá ser relatado em Ficha de Identificação do Animal/prontuário. Devendo estar em anexo os exames, procedimentos, medicações realizadas e, no mínimo (02) duas fotos do animal.
- 8.2. Todos os animais deverão ter prontuário, no qual será anotado intercorrências cirúrgicas e anestésicas, além dos dados de anamnese, exame físico, hemograma, devendo os mesmos ser arquivados em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo, podendo ser requisitado cópias destes. Preencher termos de autorização para procedimentos cirúrgicos e anestésicos (Resolução CFMV nº 1.071/2014), além do termo de ciência e consentimento das orientações sobre os cuidados pré e pós-operatórios.

9. CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

- 9.1. A Administração Municipal manterá um servidor designado para fiscalização dos serviços objeto deste Termo de Referência, o qual deverá comunicar a Administração caso estejam ocorrendo descumprimentos na prestação dos serviços licitados.
- 9.2. Correrão por conta do prestador de serviços todas as despesas relacionadas ao



fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com alimentação, hospedagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.

9.3. O(s) serviço(s) estara(ão) sujeita(s) à verificação(ões), pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações do objeto, no que se refere à quantidade, qualidade e perfeito funcionamento.

9.4. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta. O recebimento não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional, por vícios de quantidade e qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.5. Quaisquer despesas inerentes à entrega do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa prestadora de serviços.

9.6. Para o bom andamento dos serviços, a prestadora de serviços deverá manter durante a prestação dos serviços, agentes em número suficiente para atender a demanda do Município.

9.7. Os pagamentos serão efetuados mensalmente conforme a execução dos serviços, em até 15 (quinze) dias da apresentação da nota fiscal, a qual deverá ser emitida e entregue no Departamento Financeiro até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da prestação dos serviços.

9.7.1. Deverá constar em anexo a Nota Fiscal as Fichas de Identificação do Animal/prontuário, juntamente com os exames, devendo estar relatado todos os procedimentos realizados, medicações aplicadas e, no mínimo (02) duas fotos do animal.

9.8. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

9.9. O pagamento efetuado não isentará o prestador de serviços das responsabilidades decorrentes do fornecimento.



10. CUSTOS COM IMPOSTOS, TAXAS, FRETES, E DEMAIS DESPESAS

10.1. Os custos na execução do objeto, bem como os custos com impostos, taxas, fretes e demais despesas serão de responsabilidade da empresa vencedora.

11. PRAZO DE CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação terá vigência de 12 meses, a partir da publicação em Diário Oficial.

12. RELAÇÃO E VALOR MÁXIMO DOS ITENS

12.1. Relação de Itens:

LOTE 01 - CLÍNICA VETERINÁRIA

ITEM	QNTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR TOTAL
1	70	Proced	Consulta Comercial (De Segunda A Sexta-Feira) Das 08:00 Às 18:00	R\$ 61,67	R\$ 4.316,90
2	25	Proced	Consulta De Plantão (De Segunda A Sexta-Feira Das 18:01 Às 07:59)	R\$ 98,33	R\$ 2.458,25
3	50	Proced	Internamento Diurno (Fluidoterapia Específica, Medicação E Alimentação)	R\$ 91,67	R\$ 4.583,50
4	50	Proced	Internamento Diurno Infectocontagioso (Fluidoterapia Específica, Medicação E Alimentação)	R\$ 103,33	R\$ 5.166,50
5	40	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte P	R\$ 321,67	R\$ 12.866,80
6	40	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte M	R\$ 355,00	R\$ 14.200,00
7	30	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte G	R\$ 390,00	R\$ 11.700,00
8	25	Proced	Eutanasia	R\$ 193,33	R\$ 4.833,25



CAPITAL DO FEMÃO

000088

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

9	100	Amp	Vacina Contra Raiva (Nacional)	R\$ 20,67	R\$ 2.067,00
10	1500	Kg	Ração animal (canina) Composição Básica do Produto: Cloreto de Sódio (sal), Farinha de Carne Bovina, Farinha de Vísceras de Frango (digestas de frango), Farelo de Arroz, Farelo de Milho*, Farelo de Trigo, Gordura de Frango, Milho Integral moído*, Aditivo Palatabilizante a Base de Vísceras de Aves, Antioxidante, Corantes (alimentícios), Propinato de Cálcio, Vitaminas e Minerais (Vitamina A, Vitamina B1, Vitamina B2, Vitamina B6, Vitamina B12, Vitamina D3, Vitamina E, Vitamina K3, Biotina, Sulfato de Cobalto, Sulfato de Cobre, Sulfato de Ferro, Sulfato de Manganês, Sulfato de Zinco, Selenito de Sódio, DL-Metionina, L-Lisina, Niacina, Ácido Fólico, Cloreto de Colina e Lodato de Cálcio), * Espécies doadora do gene: Bacillus thuringiensis e Streptomyces tumefasciens. Níveis de garantia por kg do produto: Umidade (max) 120g/kg (12%), Proteína (mín) 180g/kg (18%), Extrato Etéreo (mín)80g/kg (8%), Matéria Fibrosa (máx) 50g/kg (5%), Matéria Mineral (máx) 120g/kg (12%), Cálcio (mín) 15g/kg (1,5%), Cálcio (máx) 20g/kg (2,0%), Fósforo (mín) 7.000g/kg (0,7%), Energia Metabolizável 2.700kcal/kg	R\$ 7,57	R\$ 11.355,00
11	20	Proced	Adicional Piometra (Associar Com Ovariosalpingohisterectomia)	R\$ 116,67	R\$ 2.333,40
12	100	Comp	Enrofloxacina 150 Mg	R\$ 5,69	R\$ 569,00
13	100	Comp	Enrofloxacina 50 Mg	R\$ 2,41	R\$ 241,00
14	100	Comp	Meloxicam 0,5 Mg	R\$ 3,52	R\$ 352,00

55/76



15	70		Dipirona	R\$ 28,00	R\$ 1.960,00
16	25	Comp	Hemograma Completo	R\$ 40,00	R\$ 1.000,00
17	25	Proced	Sedação Até 05 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais	R\$ 110,00	R\$ 2.750,00
18	25	Proced	Sedação Até 15 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais	R\$ 118,33	R\$ 2.958,25
19	25	Proced	Sedação Até 25 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais	R\$ 127,67	R\$ 3.191,75
20	25	Proced	Sedação Acima De 25 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais	R\$ 137,67	R\$ 3.441,75

12.2. Os valores dos itens apresentados nas propostas não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

12.2.1. Os valores totais dos itens deste Termo de Referência totalizam R\$ 92.344,35 (noventa e dois mil trezentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

12.3. A empresa licitante que apresentar proposta com **valor global** superior ao fixado neste Termo de Referência será desclassificada.

12.4. Os itens descritos no item 12.1. são para formular o valor unitário das quantidades, dessa forma, a empresa que efetuar sua proposta com valores acima dos



descritos serão desclassificados nos itens, independentemente se o valor total do lote estiver abaixo do indicado.

12.5. O presente Termo de Referência faz menção a realização de Ata de Registro de Preços, os quantitativos são para formular o valor total do Lote. As despesas decorrentes deste procedimento licitatório não poderão ultrapassar o descrito na Lei Municipal nº 2222/2022, que será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), repassados em 10 (dez) parcelas anuais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada.

13. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

13.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrentes deste Termo de Referência caberão à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

13.1.1. Fica definido gestor do presente procedimento licitatório:

a) Sr. JOÃO BATISTA DE SOUZA, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CPF/MF Nº 498.877.009-59

13.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) MARLETE DAL MAGRO, Engenheira Agrônoma, CPF nº 502.719.979-15, fiscal titular da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

b) ALICE CRISTIANE GUIMARÃES ZANCHETA, Diretora de Departamento de Meio Ambiente, CPF nº 104.446.869-67, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

13.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução dos serviços, com observância a qualidade e, verificando possíveis desacordos com as especificações do Edital.

13.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e

57/76



qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

13.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município deverão ser solicitadas formalmente pela prestadora de serviços, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

13.5. O prestador de serviços deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto estabelecido em Edital.

13.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.



ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2022

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº XX/2022.

VALIDADE: 12 meses

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida dos Pioneiros, 500, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. GERSON FRANCISCO GUSSO, brasileiro, casado, dentista, portador do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX e Carteira de Identidade nº X.XXX.XXX-X, residente e domiciliada nesta cidade, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando a homologação da licitação na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇOS nº XX/2022, nos termos do Artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis, registra os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, em face da classificação da(s) proposta(s) apresentada(s) e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2222/2022**, observadas as características e demais condições definidas no Edital de Pregão Presencial nº XX/2022 e seus Anexos.

PARÁGRAFO ÚNICO - A quantidade de serviços a serem entregues é estimada naquela descrita no ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA, não estando o Município obrigado a retirar a totalidade e nem mesmo tão somente aquela, por se tratar de estimativa, sendo que será requerida a entrega somente da quantidade necessária para atendimento das necessidades atestadas pelas secretarias solicitantes.



CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. As empresas com o menor preço obterão apenas o direito de preferência e não de exclusividade do fornecimento dos referidos itens até o término da vigência da mesma.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, de acordo com a necessidades do Município de Três Barras do Paraná. As condições de fornecimento dos serviços são as mesmas descritas no item 21 e demais exigências contidas no Edital do Pregão Presencial nº 26/2020 e seus anexos.

PARAGRAFO SEGUNDO - Quando a empresa não tiver condições de fornecer os serviços, será consultada outra empresa para efetuar a entrega, pelo valor registrado na sessão de registro de preço, ou valor menor; o registro de preços não obriga o município a adquirir os itens registrados, das empresas detentoras do direito de preferência, sempre que for possível poderá adquirir os mesmos de outras empresas em condições mais vantajosas para a Municipalidade.

PARAGRAFO TERCEIRO - Quando não possuir justificativa de não entrega a convocada fica sujeita as sanções previstas na legislação vigente.

PARAGRAFO QUARTO - Os serviços serão aceitos provisoriamente, sendo que o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos.

PARAGRAFO QUINTO - O fornecedor, no ato da assinatura desta Ata de Registro de Preços deverá apresentar os documentos requeridos no Termo de Referência (Anexo VI) do Edital, sob pena de perda do direito de preferência no fornecimento do objeto.

PARAGRAFO SEXTO - A convocação dos fornecedores pelo órgão competente será formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

PARAGRAFO SÉTIMO - O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas no Edital.

PARAGRAFO OITAVO - Quando comprovada uma dessas hipóteses, será indicado o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CLASSIFICAÇÃO, DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

3.1. A Empresa (**RAZÃO SOCIAL**), com sede a (**endereço completo**), devidamente



inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, representada por seu representante legal devidamente constituído no Contrato Social, independente de transcrição nesta Ata, é a detentora dos direitos de preferência e não de exclusividade dos itens descritos no item 3.2 desta Cláusula.

3.2. Os itens, os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, valor total e as demais condições ofertadas na proposta, são as que seguem:

NOME DO LOTE

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTDE HORA MÁQUIN A	VALOR HORA MÁQUIN A	VALOR TOTAL
			TOTAL	

3.3. Total geral registrado pelo fornecedor: R\$ X,XX (valor por extenso).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

4.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARAGRAFO SEGUNDO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLÁUSULA QUINTA - PENALIDADES

5.1. À fornecedora serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas



CAPITAL DO FÉLÍCIO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000095

seguintes situações, dentre outras:

- a) Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos;
- b) Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de 0,5% (meio por cento) do valor total registrado por dia de atraso ou de demora;
- c) Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplica-se o disposto no parágrafo segundo desta cláusula, com prazo máximo definido no parágrafo sexto da Cláusula Segunda para a efetiva substituição dos serviços.

5.2. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Três Barras Do Paraná, nos casos de:

- a) Apresentação de documentação falsa;
- b) Retardamento na execução do objeto;
- c) Não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- d) Comportamento inidôneo;
- e) Fraude na execução do contrato;
- f) Falha na execução do contrato.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Será facultado à fornecedora o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

PARAGRAFO SEGUNDO - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

6.1. O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no órgão oficial do município, não sendo permitida sua prorrogação.

6.2. O prazo de execução se estende ao prazo da vigência, sendo que a execução deverá ocorrer conforme especificado no Edital de Pregão Presencial nº XX/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

62/76



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000096

7.1. O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente a entrega dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- I. Relatório Circunstanciado dos serviços prestados;
- II. Atestado de recebimento do órgão solicitante;
- III. Comprovação da regularidade fiscal com a apresentação dos documentos requeridos nas alíneas "b" a "f" do subitem 8.5.2 do Edital originário desta Ata de Registro de Preços.

7.2. Quando pagamento for realizado com recursos do convênio com a ITAIPU, somente será efetuado o pagamento após a vistoria e autorização da mesma. Será observado a quantidade e qualidade e as normas técnicas exigidas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Somente será realizado o pagamento mediante a apresentação dos documentos requeridos no item 7.1.

7.3. O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

7.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

7.5. Os pagamentos decorrentes do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos da dotação orçamentária 3.3.90.39, consignados na Lei Orçamentária Anual.

7.6. As demais condições relativas ao pagamento estão descritas no Edital do Pregão Presencial nº XX/2022.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. As obrigações das partes são as mesmas descritas no Edital de Pregão Presencial nº XX/2022.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO ÚNICO - Comprovada a alteração dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de

63/76



Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

9.2. Qualquer alteração que se faça necessária, poderá ser realizada desde que de acordo com a legislação e mediante o correspondente termo de aditamento a Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO/CANCELAMENTO DA ATA

10.1. A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja em seu cancelamento, com as consequências previstas em lei ou regulamento, incluindo as penalidades previstas nos artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município, através das Secretarias requerentes, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização sobre a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.2. A fornecedora declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Município, conforme estabelecido no Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial nº XX/2022.

11.3. A existência e atuação da fiscalização do Município em nada restringem as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da fornecedora, no que concerne ao objeto desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços serão aplicadas as seguintes disposições gerais:

- a) A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.
- b) Integram o presente instrumento, independente de transcrição, o edital e anexos, bem como todos os atos praticados constantes nos autos do Pregão Presencial nº XX/2022.
- c) Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.
- d) Fica eleito o foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente ATA foi lavrada em 02 (duas) vias

64/76



000098

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data.

GERSO FRANCISCO GUSSO
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA LICITANTE

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

65/76



ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ao
Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº XX/2022

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**), inscrita no CNPJ/MF nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada (**ENDEREÇO COMPLETO**), declara, sob as penas da Lei, conforme o disposto no edital em epígrafe, caso venhamos a vencer a licitação, o(s) responsável(is) técnico(s) será(ão):

NOME	FORMAÇÃO	Nº REGISTRO CREA/CAU	DATA DO REGISTRO

Declara também, que a empresa se responsabiliza em emitir Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) de execução quando necessário.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Carimbo e Assinatura



ANEXO IX - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA ELETRÔNICA

O programa Cotação Eletrônica de Preços têm como objetivo registrar a proposta de preço oferecida pelo proponente, identificando o representante da empresa que foi o responsável pelo preenchimento dos dados, bem como a geração destas informações em arquivo para envio em conjunto com a proposta impressa que comporá o envelope da proposta de preços.

O conjunto de arquivos necessários à utilização são:

- Instalador.msi;
- Processo_ano_númerodoprocesso_númerodofornecedor.kit (*Note que o nome do arquivo trás os dados: ano do processo e número do processo, para auxiliar na seleção quando existir mais de uma proposta na mesma pasta*).

Observação: É necessário que o sistema operacional Windows já possua a instalação dos complementos:

- Microsoft .NET Framework 3.5, disponível no caminho
- Microsoft .NET Framework 4, disponível no caminho

1º PASSO - INSTALAÇÃO DA COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS





Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

Execute o programa "instalador.msi", contido no arquivo compactado enviado pelo Município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ que esta efetuando a licitação. Após o carregamento selecione a opção avançar.



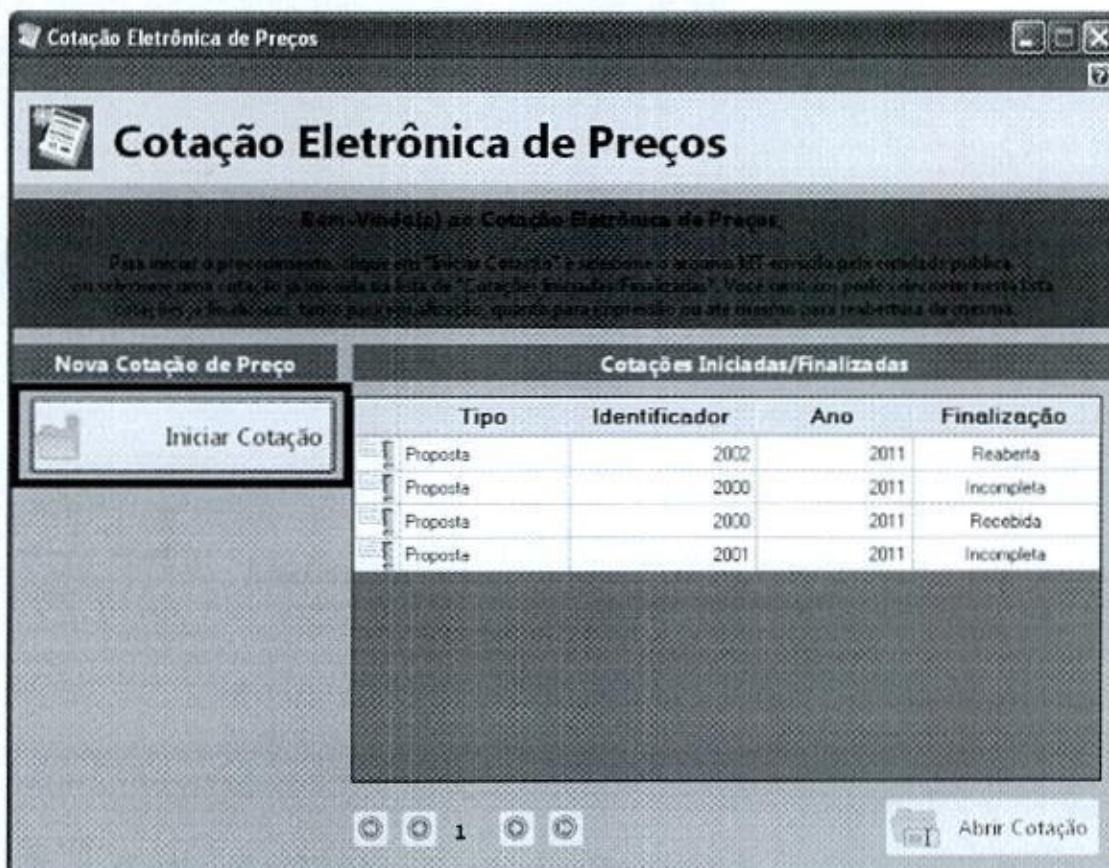
Altere o caminho de instalação para **C:\PRONIM\KIT PROPOSTA**, depois escolha a opção avançar em todas as etapas.



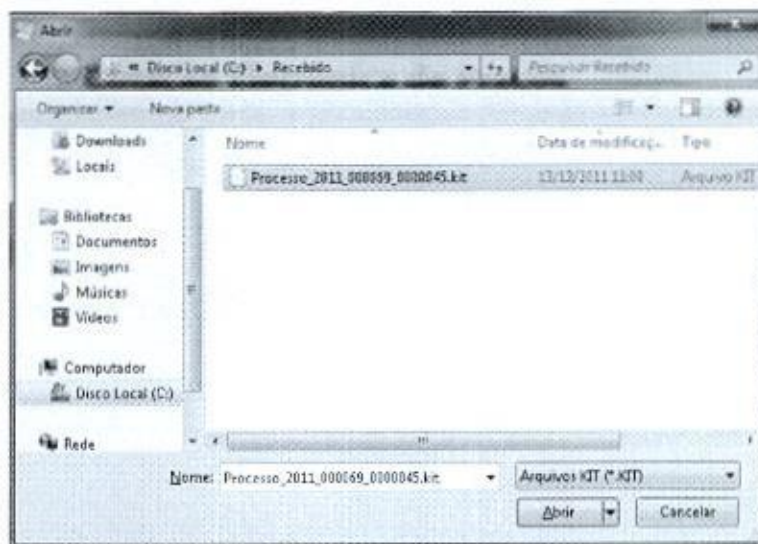
Será criando na área de trabalho atalho com o nome de KIT PROPOSTA

2º PASSO - PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

a) Após a execução do aplicativo Cotação Eletrônica de Preços, será apresentada a tela a seguir. Efetue a leitura do quadro de saudações que está em azul.



- b) Selecione a opção "iniciar cotação" e selecione a pasta em que está o arquivo fornecido pelo Departamento de Licitações do Município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ e clique em abrir.





FASE 1 - PREENCHER PROPOSTA - Serão carregados no programa todos os lotes e itens que compõem a licitação, deste modo preencha a proposta, informando para cada item em que deseja participar o valor unitário*, a marca, o prazo de execução e validade da proposta.

Opções extras para o usuário

- Limpar proposta: Selecione esta ação para limpar os dados já cadastrados



- Filtrar itens: Selecione esta opção para selecionar o lote/item específico para cotação:



Concluído o preenchimento da proposta, clique em **SALVAR PROPOSTA**

Observação: É possível salvar a proposta em preenchimento e continuar preenchendo posteriormente.

* O campo valor unitário deve ser preenchido com valor igual ou menor que o valor apresentado, caso seja preenchido com valor maior que o edital o item será desclassificado pela Comissão de Licitações.

FASE 2 – CADASTRAR FORNECEDOR – Clique em Cadastrar Fornecedor

Lote	Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade	Quantidade *	Valor Unitário *	Marca do Item	Prazo de Execução *	Validade de Proposta *	Total por Item
1	1	Ácido Tranexâmico 50 mg/ml (l/v)	300,00	CA	300,00					
1	2	Bicarbonato de Sódio 0.4%	300,00	CA&B	300,00					



Nome * :
[]

Tipo do Documento * : CPF
Número do Documento * : 000.000.000-00

Endereço:
[]

Estado * : [] Cidade * : [] CEP: []

Preencher os campos a seguir e clique em salvar:

- o nome ou Razão Social Completa;
- o CPF ou CNPJ;
- Endereço completo;
- Selecionar o estado;
- Digitar a cidade e o CEP.

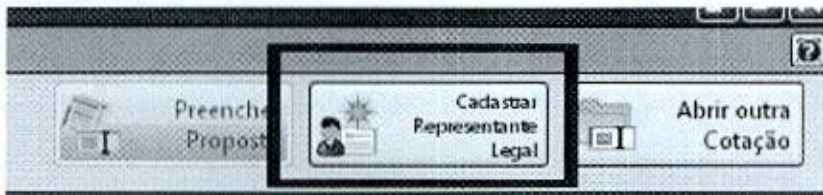
FASE 3 – CADASTRAR REPRESENTANTE LEGAL - Clique em cadastrar representante legal:



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000106



Preencher os campos a seguir e clique em salvar:

- o nome do representante legal;
- o CPF (ou CNPJ se for o caso) do representante legal;
- o cargo e a data de impressão da proposta.

Após o preenchimento dos dados (itens e representante), solicitamos que seja impresso a proposta para conferência e caso a mesma esteja de acordo com a vontade do proponente, a mesma será assinada e carimbada para posterior envio.

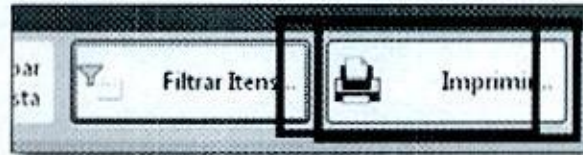
73/76



CAPITAL DO FÉLÍO

000107

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ



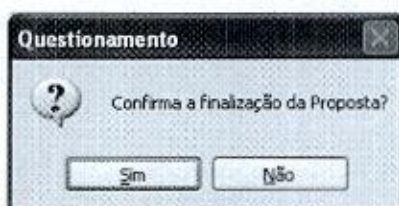


FASE 4 – FINALIZAR PROPOSTA:

Caso os dados digitados e conferidos, selecione a opção finalizar Proposta, para que :



Selecione um nome para o arquivo, bem como o local de gravação do mesmo:



Selecione um diretório e aponte o nome para o arquivo, sugerimos usar o mesmo no do arquivo originalmente recebido, porém em pasta diferente o local de gravação do arquivo recebido.



Em seguida, grave o arquivo.KIT em CD/DVD ou PEN DRIVE, para ser enviado junto com a proposta impressa no interior do envelope.

Caso for necessário alterar alguma das informações constantes na proposta comercial após a mesma já estar finalizada, selecione a opção **REABRIR PROPOSTA**:



Observação: Caso for necessário reabrir a proposta, lembre-se que após alterar os dados, será necessário finalizá-la e imprimir novamente para que constem no relatório as alterações efetuadas.

REMESSA

Conforme manifestação do Exmo. Prefeito no Processo Administrativo nº 51/2022, remeto os Autos a Assessoria Jurídica para manifestação sobre item "4" do memorando (pág. 25).

Três Barras do Paraná/PR, 23 de Junho de 2022.



FERNANDO HENRIQUE PIZZATO
Assistente Administrativo



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

PARECER MINUTA DO EDITAL

De acordo com os termos do Parágrafo Único do Artigo 38 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, segue a apreciação desta Assessoria Jurídica para análise e aprovação da minuta do instrumento convocatório de licitação.

Destaca-se que fora utilizada a modalidade pregão, forma eletrônica, tipo e execução "empreitada por lote" e avaliação "menor preço", objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2222/2022.**

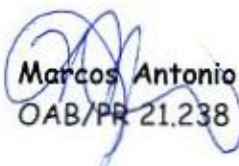
Da análise da documentação apresentada, denota-se a existência das cláusulas necessárias, conforme previsão contida nos artigos 40 e 55 da Lei nº 8.666/93. Constata-se ainda, o respeito às regras trazidas pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, no que diz respeito à participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte.

Orienta-se, como a minuta do instrumento convocatório não evidencia datas de abertura e julgamento, de acordo com o Art. 4º, V, da Lei 10.520/2002, o prazo de apresentação de propostas deverá ser computado a partir da publicação do aviso, não sendo inferior a 8 (oito) dias úteis. Orienta-se ainda, como parte das despesas serão suportadas com recursos próprios, seja realizada publicação no Diário Oficial Municipal.

Diante ao exposto, o presente edital está apto a figurar como regra interna do processo licitatório e encontra-se em condições de ser autorizada por Vossa Excelência se assim entender conveniente à Administração Pública.

É o Parecer.

Três Barras do Paraná, em 23 de junho de 2022.


Marcos Antonio Fernandes
OAB/PR 21.238

TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que recebi, nesta data, oriundo da Assessoria Jurídica os autos relativos ao Processo Administrativo nº 51/2022.

Três Barras do Paraná/PR, 24 de Junho de 2022.



FERNANDO HENRIQUE PIZZATO
Assistente Administrativo

TERMO DE JUNTADA

Certifico que, nesta data, após receber da Assessoria Jurídica os autos relativos ao Processo Administrativo nº 51/2022.

Três Barras do Paraná/PR, 24 de Junho de 2022.



FERNANDO HENRIQUE PIZZATO
Assistente Administrativo



Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

Três Barras do Paraná, 24 de maio de 2022.

De: Gabinete do Prefeito
Para: Departamento de Licitações

Considerando as informações e os pareceres contidos no presente processo, APROVO o Termo de Referência e AUTORIZO a licitação sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, nos termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/02.

Promova todas as publicidades necessárias do auido de licitação, bem como do edital, conforme exigências da legislação vigente.


GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

000114

PUBLICADO EM:
23/12/2021
Jornal AMP
Página 376
Edição 2435
Luiz
Ass. Responsável

DECRETO Nº 4709/2021
Data 20/12/2021

Súmula: Constitui e designa a Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2022, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito do Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso da competência prevista no inciso II, do artigo 30 da Constituição Federal, bem como as atribuições de que trata o inciso V, do artigo 56 da Lei Orgânica do Município e, para cumprir o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, com observância do disposto nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear e designar a Comissão Permanente de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, para o exercício de 2022, com a finalidade de dirigir e julgar os procedimentos licitatórios nas modalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como chamamento público e os registros cadastrais.

Art. 2º. A comissão ora constituída e designada será composta pelos seguintes membros:

Presidente: VIVIANE RODRIGUES – CPF 033.631.199-09

Secretária: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING – CPF nº 068.960.809-81;

Membro: FERNANDO HENRIQUE PIZZATO – CPF nº 081.574.749-73;

Membro Suplente: LUANA CRISTINA REFFATTI – CPF nº 826.090.809-30.

Art. 3º. Na ausência ou impedimentos do Presidente, a Secretária assumirá a presidência e convocará um membro suplente para compor a Comissão.

Parágrafo Único. As substituições dos componentes da Comissão serão realizadas de acordo com a classificação disposta dos membros no Art. 2º., competindo ao Presidente a convocação dos Membros Suplentes e a alocação nas funções de Secretário ou Membro.

Art. 4º. As decisões da Comissão serão tomadas com a presença dos 03 (três) membros, e mediante voto singular de cada um deles.



ESTADO DO PARANÁ

000115
Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Art. 5º. Os membros da Comissão responderão solidariamente pelos atos decisórios que adotar, salvo se a posição divergente for devidamente registrada em ata lavrada na respectiva reunião.

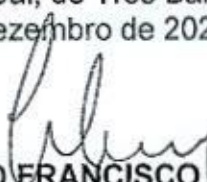
Art. 6º. Esta Comissão Permanente não poderá atuar nas modalidades Concurso e Leilão, onde eventualmente serão nomeadas Comissões específicas para tal.

Art. 7º. A investidura dos membros da Comissão será até a data de 31/12/2022, vedada a recondução da totalidade de seus membros para o período subsequente.

Parágrafo único. Com base no § 2º e 3º do Art. 1º. da Lei Municipal nº 1254/15, de 22/05/15, que acrescentou dispositivo a Lei nº 085/94, fica concedido um percentual de 30% (trinta por cento) ao presidente, e 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base aos demais membros titulares.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal, de Três Barras do Paraná/PR, em 20 de dezembro de 2021.


GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

000116

PUBLICADO EM:

21/12/2021

Jornal AMP

Página 377

Edição 2455

Ass. Responsável

DECRETO Nº 4710/2021

Data: 20/12/2021

Súmula: Nomeia pregoeiro e membros da Equipe de Apoio e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito do Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso da competência prevista no inciso II, do artigo 30 da Constituição Federal, bem como as atribuições de que trata o inciso V, do artigo 56 da Lei Orgânica do Município e, para cumprir o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, com observância do disposto nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear e designar o Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, para o exercício de 2022, com a finalidade de dirigir e julgar os procedimentos licitatórios na modalidade Pregão prevista na Lei Federal nº 10.520/2002, o seguinte servidor:

Pregoeiro (a): VANESSA MACAGNAN
ACUNHA OENNING – CPF nº 068.960.809-81

Parágrafo Único. Quando das situações de impedimentos ou ausências do Pregoeiro assumir como Pregoeira o 1º Membro Titular e convocará na ordem desta designação, caso julgar necessário, um membro suplente para auxiliar os trabalhos.

Art. 2º. Igualmente, nomear e designar a Equipe de Apoio dos Pregoeiros do Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, com a finalidade de auxiliar nos trabalhos relativos aos procedimentos licitatórios na modalidade Pregão prevista na Lei Federal nº 10.520/2002, A Equipe de Apoio será composta pelos seguintes servidores:

1º Membro Titular: VIVIANE RODRIGUES – CPF 033.631.199-09

2º Membro Titular: FERNANDO HENRIQUE PIZZATO – CPF nº 081.574.749-73

1º Membro Suplente: LUANA CRISTINA REFFATTI – CPF nº 826.090.809-30;

Parágrafo Único. Os membros suplentes da Equipe de Apoio somente atuarão nas situações de impedimentos ou ausência dos membros titulares ou quando houver a necessidade de mais pessoas para auxiliar o Pregoeiro. Os membros suplentes da Equipe de Apoio serão



ESTADO DO PARANÁ

000117

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

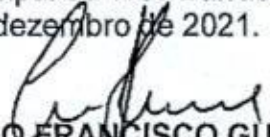
convocados pelo Pregoeiro, quando da necessidade, na quantidade em que necessitar.

Art. 3º. A investidura do Pregoeiro e Equipe de Apoio será até a data de 31/12/2022, vedada a recondução da totalidade de seus membros para o período subsequente.

Parágrafo único. Com base no § 2º e 3º do Art. 1º. da Lei Municipal nº 1254/15, de 22/05/15, que acrescentou dispositivo a Lei nº 085/94, fica concedido um percentual de 30% (trinta por cento) ao presidente, e 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base aos demais membros titulares.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná/PR, em 20 de dezembro de 2021.


GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

DATA DA REALIZAÇÃO: 11 DE JULHO DE 2022
HORÁRIO: 09h00m
LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DO PAÇO MUNICIPAL

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, Pessoa Jurídica de direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **PRESENCIAL**, tipo avaliação **MENOR PREÇO**, empreitada por preço **GLOBAL**, objetivando a proposta mais vantajosa para o **REGISTRO DE PREÇOS**, visando a **CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCERA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**.

1.2. A sessão de processamento do Pregão será realizada na sala de licitações do Paço Municipal, situada a AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, na data de **11/07/2022**, às **09h00m**, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3. Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão ocorrerão no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná.

1.4. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.5. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o



credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS**, visando a **CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCDIMENTO E EXAMES VETERINARIOS EM PARCERA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, observadas as características e demais condições definidas neste Edital e seus Anexos.

2.2. A licitante para a qual for adjudicado (apresentarem o menor preço) os itens constantes do ANEXO I e convocadas para a assinatura da ata, obterão apenas o direito de preferência e não de exclusividade do fornecimento dos referidos itens até o término da vigência da mesma.

2.3. A quantidade de serviços a serem entregues é estimada naquela descrita no ANEXO VI deste edital, não estando o Município obrigado a retirar a totalidade e nem mesmo tão somente aquela, por se tratar de estimativa, sendo que será requerida a entrega somente da quantidade necessária para atendimento das necessidades atestadas pela secretaria solicitante.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os pagamentos decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

- a) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

- a) Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;
- b) Lei Federal nº 10.520, 17 de julho de 2002;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000120

- d) Decreto Municipal nº 2.846, de 12 de abril de 2017;
- e) Portaria Municipal nº 690, de 3 de janeiro de 2020.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5. Poderão participar desta licitação empresas que:

5.1.1. Estejam legalmente constituídas e desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

5.1.2. Atendam os requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital;

5.1.3. Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos.

5.2. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e, **quando for o caso, que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).**

5.2.1. O Lote 01 - (CLÍNICA VETERINÁRIA) possui a condição de AMPLA PARTICIPAÇÃO, ou seja, podem participar tanto microempresas e/ou empresas de pequeno porte (ME/EPP) quanto empresas de médio e grande porte;

5.3. É vedada a participação de:

5.3.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.3.2. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

5.3.2.1. No momento do credenciamento será verificada a existência de registros impeditivos da contratação no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal – SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparência.gov.br/ceis) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.asp>)

3/76



x). Caso haja algum registro impeditivo, a licitante será excluída do certame.

5.3.3. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná.

5.3.4. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.3.5. Empresas estrangeiras que não funcionem no país; e,

5.3.6. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR (Art. 9 da Lei 8.666/93).

5.4. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br.

7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇOS)

7.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada separadamente dos documentos de habilitação, em envelope lacrado (Envelope "A"), contendo preferencialmente os seguintes dizeres na parte externa:

ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇOS)
MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
(NOME COMPLETO DA PROPONENTE)
ENDEREÇO:
CNPJ:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2022
DATA DE ABERTURA: 11 DE JULHO DE 2022



HORÁRIO: XXhXXm

7.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo I deste Edital ou a proposta impressa emitida pelo sistema "kit Proposta" e **na forma eletrônica (CD/DVD ou PEN DRIVE)**, atendendo as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO VI) e obedecendo às seguintes condições:

7.2.1. Deve ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa e redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente;

7.2.2. Suas páginas devem ser numeradas sequencialmente, de preferência encadernadas ou preparadas em pasta, devidamente fechada, para que não existam folhas soltas;

7.2.3. Não deve conter rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas que dificultem sua análise;

7.2.4. Deve conter nome, endereço, CNPJ e Inscrição Estadual ou Municipal (conforme o caso) do licitante, assim como endereço completo, telefone ou fax e preferencialmente endereço eletrônico, se houver, para contato;

7.2.5. Deve conter identificação do número do Pregão Presencial;

7.2.6. Deve ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador na sua última página e rubricada nas demais páginas.

7.2.7. A proposta de preços em meios eletrônicos deverá ser gerada a partir das orientações do ANEXO VIII deste edital, ser apresentadas gravadas em CD/DVD e/ou PEN DRIVE.

7.2.7.1. A não apresentação do arquivo digital (CD/DVD e/ou PEN DRIVE), ou o mesmo apresentar-se incompleto, ou não for possível efetuar a leitura dos dados, implicará na desclassificação da proposta.

7.3. A Proposta de Preços deverá conter:

7.3.1. Descrição completa, detalhada, individualizada e precisa do objeto da licitação, em conformidade com as especificações contidas neste Edital e em seus Anexos;

7.3.2. Indicação dos valores unitários, com no máximo 2 (duas) casas decimais (dois



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000123

dígitos após a vírgula, ex.: R\$ 0,00);

7.3.3. Indicação do preço unitário do item;

7.3.4. Data, assinatura e nome completo do representante legal da empresa; e,

7.3.5. Indicação do prazo de validade das propostas de preços apresentadas, inclusive na etapa de apresentação de lances verbais do Pregão, que será de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública do Pregão.

7.4. Nos preços unitários deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos como seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

7.5. Juntamente com a proposta, **no interior do envelope "A" (PROPOSTA DE PREÇOS)**, a licitante deverá apresentar:

a) **CD/DVD e/ou PEN DRIVE contendo o arquivo da proposta de preços em meios eletrônicos.**

7.6. A licitante deverá cotar no ANEXO I das propostas para cada item, valores unitários e totais de todos os compostos de cada item, para os itens que contem mais de um composto, sob pena de desclassificação do item.

7.7. **A simples apresentação da proposta implica na aceitação, submissão, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.**

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE "B" (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

8.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados separadamente da Proposta de Preços, em envelope lacrado (Envelope "B"), contendo preferencialmente os seguintes dizeres na parte externa:

ENVELOPE "B" (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO)
MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
(NOME COMPLETO DA PROPONENTE)
ENDEREÇO:
CNPJ:

6/76



PREGÃO PRESENCIAL Nº36/2022

8.2. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

8.2.1. Os documentos para este Pregão que necessitam ser autenticados e a licitante optar pela autenticação do Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio, somente serão autenticados até o horário de início da sessão de julgamento desta licitação, sendo assim, não serão autenticados documentos na sessão de julgamento.

8.3. Os licitantes que possuem Certificado de Registro Cadastral do Município de Três Barras do Paraná em plena validade e optarem em apresentá-lo, juntamente com os documentos descritos nas alíneas "b" a "f" do subitem 8.5.2, bem como os documentos dos subitens 8.5.3, 8.5.4 e 8.5.5, ficam dispensados da apresentação dos demais documentos solicitados para habilitação.

8.4. Os licitantes não cadastrados no Município de Três Barras do Paraná devem apresentar todos os documentos solicitados no item 8.5 deste Edital.

8.5. No interior do envelope "B" (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO), deverá conter os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

8.5.1. A **Habilitação Jurídica** será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações e/ou Contrato Social Consolidado na última alteração devidamente registrado e em plena vigência, no caso de empresa Ltda., ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou Ato Constitutivo;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para



funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

- e) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigíveis e apresentados na forma da Lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com o Termo de Abertura e encerramento do Livro Diário.

8.5.2. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- d) Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011;
- e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante.
- f) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

8.5.2.1. Em caso de apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa,



considera-se certidão positiva com efeitos de negativa e serão aceitas somente as certidões onde conste a existência de débitos:

- a) Não vencidos;
- b) Em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora;
- c) Cujas exigibilidades estejam suspensas por moratória, depósito de seu montante integral ou reclamações ou recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; e,
- d) Sujeitos à medida liminar em mandado de segurança.

8.5.2.2. Para efeito de verificação da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou nos próprios documentos, serão considerados válidos os documentos emitidos no período de 90 (noventa) dias que antecedem a data da sessão do Pregão.

8.5.3. A **Qualificação Econômico-Financeira** exigirá a apresentação do seguinte documento:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

8.5.4. De forma a demonstrar sua **Qualificação Técnica**, os licitantes deverão apresentar:

- a) Mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica Operacional emitido por Órgão Público ou Privado, onde conste a comprovação de execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto, atestando a qualidade e entrega dos serviços cotados.
- b) Licença/Certificado de funcionamento válida junto ao Conselho Federal de Medicina Veterinária- CFMV, em conformidade com resoluções/normas do conselho;
- c) Licença Sanitária dentro do prazo de validade;
- d) Plano de Gerenciamento de Tratamento de Resíduos dentro do prazo de validade;



- e) Certificação de RT, dentro do prazo de validade. (compreende a demonstração do veterinário responsável técnico da clínica junto ao conselho de veterinária);

8.5.5. Deverá apresentar ainda as seguintes declarações:

- a) Declaração subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo do ANEXO IV deste Edital;
- b) Declaração subscrita pelo representante legal, de que manterá durante a vigência do contrato a proibição constante do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no ANEXO III.

9. REQUERIMENTOS DE ESCLARECIMENTOS EM RELAÇÃO AO EDITAL

9.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento de esclarecimentos sobre o ato convocatório do Pregão e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, no endereço mencionado no subitem **9.3** abaixo.

9.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

9.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao pregoeiro, devidamente protocolado no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, durante o horário normal de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

9.4. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.



9.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

10. SOLICITAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO AO EDITAL OU PARA SUA IMPUGNAÇÃO

10.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento para que sejam tomadas providências em relação ao Edital e seus Anexos ou para que sejam eles impugnados, desde que seja protocolado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, no endereço mencionado no subitem 9.3.

10.2. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao pregoeiro, devidamente protocolado no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná.

10.3. A decisão sobre o pedido de adoção de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do Pregão no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do recebimento do requerimento, passando ela a integrar, juntamente com o requerimento que lhe deu origem, os autos do processo.

10.4. Desde que implique modificação (oes) do ato convocatório do Pregão e/ou de seus Anexos, o acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, além da (s) alteração (ões) decorrente (s), designação de nova data para a realização do certame e divulgação da mesma forma dada ao ato convocatório original.

11. DO CREDENCIAMENTO

11.1. No dia, hora e local estipulado no item 1 deste Edital, os licitantes deverão estar representados por agentes credenciados, que se apresentarão ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio devidamente identificados com cédula de identidade ou documento equivalente que contenha fotografia e apresentando os documentos constantes nos itens 11.5 e 11.6 deste Edital.

11.2. A não apresentação dos documentos citados no subitem 11.1 não será motivo para



desclassificação ou inabilitação do licitante, mas impedirá que o representante se manifeste ou responda em nome da licitante durante a sessão, inclusive na etapa de apresentação de lances verbais.

11.3. Será admitida a presença de apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado.

11.4. Cada credenciado poderá representar 1 (um) único licitante.

11.5. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

11.5.1. Se o representante do licitante for seu sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado, o credenciamento será feito mediante a apresentação do original ou de cópia autenticada do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ou certificado de registro cadastral, junto ao Município de Três Barras do Paraná, indicando os representantes legais e o ramo de atividade.

11.5.2. Nos demais casos, o representante do licitante deve apresentar instrumento público ou privado de procuração, sempre acompanhado de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do licitante, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para, além de representar o licitante em todas as etapas do Pregão, conduzir as seguintes ações:

11.5.2.1. Apresentar declaração de que o licitante cumpre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos **(ANEXO II)**;

11.5.2.2. *As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos ao credenciamento, declaração (modelo livre) assinada pelo contador responsável da empresa, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), acompanhada da Certidão Simplificada*



expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada no item 01 deste edital, sob pena da perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como de participar do lote exclusivo (cota reservada);

11.5.2.2.1. No caso da empresa participante se tratar de Microempreendedor Individual (MEI), esta fica desobrigada a apresentar os documentos descritos no subitem 11.5.2.2, devendo apresentar somente o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual.

11.5.2.3. Entregar os envelopes contendo a Proposta de Preço e a Documentação de Habilitação do licitante;

11.5.2.4. Formular lances ou ofertas verbalmente;

11.5.2.5. Negociar com o Pregoeiro a redução dos preços ofertados;

11.5.2.6. Desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão pública ou, se for o caso, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de fazê-lo;

11.5.2.7. Assinar a ata da sessão;

11.5.2.8. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro; e,

11.5.2.9. Praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

11.6. Na hipótese de apresentação de instrumento particular de procuração, podendo utilizar o modelo constante no **Anexo V deste Edital (Termo de Credenciamento)**, com a subscrição devidamente reconhecida em Cartório ou acompanhada de documentos que permitam este reconhecimento pelo pregoeiro, deve ser comprovada a capacidade e competência do outorgante para constituir mandatário, o que será feito por meio de apresentação de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do licitante, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica.

11.7. A ausência da documentação referida nos subitens 11.5 e 11.6, conforme o caso, ou a sua apresentação em desconformidade com as exigências, impossibilitará a



participação do licitante na fase de apresentação de lances do Pregão, mantido o preço apresentado na proposta escrita para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço unitário.

11.8. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo com autorização expressa do Pregoeiro; neste caso, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço, será mantido o preço unitário apresentado na proposta escrita do licitante excluído.

11.9. Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados fora dos envelopes "A" e "B", serão retidos pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e juntados ao processo administrativo.

12. FORMA DE APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE EMPRESA E DOS ENVELOPES

12.1. Tão logo se encerre a etapa de credenciamento, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio receberão dos agentes credenciados a declaração de que o licitante cumpre os requisitos de habilitação, apresentando fora dos envelopes "A" (Proposta de Preços) e "B" (Documentos de Habilitação), ou seja, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com modelo constante no **ANEXO II** deste Edital, que deve ser entregue em papel timbrado do licitante e assinada por seu representante legal.

12.1.1. A ausência da referida declaração, a recusa em assinar a declaração fornecida pelo Pregoeiro ou a sua apresentação em desconformidade com a exigência deste Edital inviabilizará a participação do licitante no Pregão, mantido o preço apresentado na proposta escrita para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço unitário.

12.2. Recebida e aceita pelo Pregoeiro a declaração mencionada no subitem **12.1**, quando for o caso, proceder-se-á ao recebimento dos documentos que trata o subitem **11.5.2.2**, os quais também deverão ser apresentados fora dos Envelopes "A" (Proposta de Preços) e "B" (Documentos de Habilitação).



12.2.1. A não apresentação da documentação ou apresentação em desconformidade com este Edital, documentação esta que comprova o enquadramento da empresa, implicará na perda do direito de preferência e de tratamento diferenciado, conforme determina a Lei Complementar nº 123/2006, dessa forma, sendo considerada empresa enquadrada em outros regimes, não podendo, ainda, participar do lote exclusivo (cota reservada).

13. ABERTURAS DO ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇOS)

13.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, mantendo intactos, sob sua guarda, os envelopes contendo a documentação de habilitação.

13.1.1. Se, por equívoco, for aberto o envelope contendo os documentos de habilitação, o Pregoeiro deve lacrá-lo sem analisar seu conteúdo, recolhendo a rubrica dos presentes sobre o lacre.

13.2. O Pregoeiro deverá analisar as propostas de preços dos licitantes, considerando o disposto neste Edital.

13.3. Será desclassificada a Proposta de Preços que não cumprir o disposto no item 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6 e 7.7 deste Edital;

13.4. O Pregoeiro procederá à classificação provisória das propostas de preços, procedendo à avaliação através do **MENOR PREÇO POR LOTE**, começando pela proposta com o menor preço e terminando com a proposta com o maior preço do lote.

13.5. O Pregoeiro classificará para participar da etapa de apresentação de lances verbais o autor da proposta com o menor preço do item e todos os licitantes que tenham apresentado propostas de preço do item, no máximo, 10% (dez por cento) superiores ao menor preço do item ofertado.

13.6. Se não houver, no mínimo, 3 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 13.5, o Pregoeiro classificará para a etapa de apresentação de lances verbais, além do autor da proposta de menor preço do item, o (s) licitante (s) cuja (s) proposta (s) de preço do item tenha (m) sido classificada (s) em segundo lugar, independentemente do preço do item da proposta estar dentro do limite de 10%



mencionado no subitem 13.5.

13.7. Somente no caso de existir uma única proposta classificada em segundo lugar, o (s) licitante (s) cuja (s) proposta (s) de preço do item tenha (m) sido classificada (s) em terceiro lugar, independentemente de o preço do item estar dentro do limite de 10% mencionado no subitem 13.6.

13.7.1. Havendo empate entre 2 (duas) ou mais propostas, será efetuado sorteio para o estabelecimento da ordem de classificação, cabendo ao vencedor do sorteio apresentar lance depois dos demais na etapa de apresentação de lances.

13.7.2. Havendo empate entre propostas de preços que se enquadrem nas hipóteses descritas nos subitens anteriores, serão todas classificadas.

13.7.3. Havendo um único licitante ou uma única proposta válida, o Pregoeiro poderá decidir, mediante justificativa, pela suspensão do Pregão, inclusive para melhor avaliação das regras do Edital e de seus Anexos e das limitações do mercado, ou pela repetição do Pregão ou, ainda, pela sua continuidade, desde que não haja prejuízos à Administração.

14. APRESENTAÇÃO DE LANCES VERBAIS

14.1. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, iniciando-se a etapa com o lance do autor da proposta classificada de maior preço do item, vindo a seguir os lances dos demais classificados, em ordem decrescente de preço, sendo que o licitante que ofereceu a proposta de menor preço do item será o último a oferecer lance verbal.

14.2. Havendo disposição do licitante para oferecer lance, este deve, obrigatoriamente, propor preço do item menor que o contido na oferta anterior.

14.2.1. *O intervalo mínimo do valor para cada novo lance será de 2 % (dois por cento) para todos os itens.*

14.3. Não poderá haver desistência de lances já ofertados.

14.3.1. Em caso de ocorrência, o licitante desistente se sujeita às penalidades previstas neste Edital.

14.4. A desistência de um licitante de apresentar lance verbal, quando convocado pelo



Pregoeiro, implicará sua exclusão da etapa de apresentação de lances verbais e a manutenção do último preço do item por ele ofertado para fins de posterior ordenação das propostas.

14.5. A etapa de apresentação de lances verbais será declarada encerrada pelo Pregoeiro quando todos os licitantes declinarem da formulação de novo lance.

14.6. Da mesma forma, havendo durante a etapa de apresentação de lances verbais uma única oferta, o Pregoeiro poderá aceitá-la se ela atender todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e se os preços forem compatíveis com os preços praticados no mercado, devendo o Pregoeiro, também, negociar para que seja obtido preço menor do item.

14.7. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado.

14.8. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com base na classificação de que trata o subitem **14.7**, com vistas à redução do preço.

14.9. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

15. CLASSIFICAÇÃO FINAL, ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

15.1. Declarada encerrada a etapa de apresentação de lances verbais, o Pregoeiro procederá à nova classificação das propostas, incluindo propostas selecionadas ou não para essa etapa, na ordem crescente de preços unitários.

15.2. Para proceder à classificação, o Pregoeiro considerará:

15.2.1. O último preço unitário ofertado, no caso dos licitantes selecionados para a etapa de apresentação de lances verbais;

15.2.2. O preço unitário contido na proposta escrita, no caso:

15.2.2.1. Dos licitantes não classificados para a etapa de apresentação de lances verbais;

15.2.2.2. Dos licitantes classificados para a etapa de apresentação de lances



verbais, mas que não apresentaram nenhum lance.

15.3. Ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, decidindo motivadamente a respeito, sendo facultado a ele negociar visando obter menor preço unitário.

15.3.1. A decisão do Pregoeiro será baseada na comparação do preço obtido com os preços atuais praticados no mercado ou com os preços ofertados em licitações anteriores, sendo que as informações utilizadas na sua decisão devem ser anexadas aos autos do processo.

15.3.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

15.3.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

15.4. Para o LOTE 01 – CLÍNICA VETERINÁRIA - AMPLA CONCORRÊNCIA, a preferência de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte que trata o subitem 5.2.3 deste Edital, será processada nos seguintes termos:

15.4.1. Quando a proposta melhor classificada não seja realizada por empresa enquadrada nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, o pregoeiro convocará a empresa qualificada como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de maior desconto, dentre aquelas cujos descontos sejam iguais ou inferiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, serão consideradas empatadas com a primeira colocada, para que apresente desconto superior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência;

15.4.2. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem **15.4.1**;

15.4.3. Não havendo a apresentação de novo desconto, superior ao desconto da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000136

preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no subitem **15.4.1**;

15.4.4. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem **15.4.1**, seja microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), não será assegurado o direito de preferência as demais, passando-se, desde logo, à negociação do desconto;

15.4.5. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de maior desconto, obtida com base nas disposições dos subitens **15.4.1** e **15.4.4**, ou na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem **15.3**, com vistas à redução do preço através de descontos maiores.

15.5.1. Aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e/ou empresas de pequeno porte sediadas na região da AMOP sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) ao menor preço válido negociado;

15.5.2. A microempresa e/ou empresa de pequeno porte sediada na AMOP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

15.5.3. Na hipótese da não contratação de microempresa e/ou empresa de pequeno porte sediada local/regional com base no subitem 15.5.2., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do subitem 15.5.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

15.5.4. Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa e/ou empresa de pequeno porte sediada regionalmente, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento de lances a contar da convocação do pregoeiro, ocorrerá à preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada;

15.5.5. O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa e/ou empresa de pequeno porte sediada



local/regional. Havendo equivalência de valores no intervalo estabelecido no subitem 15.5.1. será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

15.5.5.1. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

15.6. Para todos os itens não serão aceitas propostas com valores superiores ao estimado ou com preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 48, da Lei nº 8.666/1993.

15.6.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

15.6.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

15.6.2.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

15.6.2.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

15.6.2.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

15.6.2.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

15.6.2.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

15.6.2.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

15.7. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

15.8. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não



alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.9. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

16. VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DEFINIÇÃO DO (S) VENCEDOR (ES) E RECURSOS

16.1. Superada a etapa de classificação das propostas e de análise da proposta de preço do (s) licitante (s) classificado (s) em primeiro lugar, o Pregoeiro abrirá o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante, procedendo à verificação dos respectivos documentos, de acordo com as seguintes condições:

16.1.1. É facultado ao licitante, apenas durante esta etapa da sessão pública, sanear falha (s) formal (is) relativa (s) à documentação de habilitação, com a apresentação ou com a verificação realizada por meio eletrônico, fac-símile ou, ainda, por qualquer outro meio que venha a surtir o (s) efeito (s) indispensável (is);

16.1.2. *As microempresas e/ou empresas de pequeno porte, por ocasião de participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006).*

16.1.2.1. *Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme §1º do art. 43, da Lei complementar nº 123/2006.*

16.1.3. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser juntados aos autos do processo de licitação os documentos passíveis de obtenção por meio



eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.1.4. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

16.1.5. É assegurado aos demais licitantes o direito de proceder ao exame dos documentos habilitatórios da licitante classificada em primeiro lugar, assim como de rubricá-los;

16.1.6. Constituem motivos para inabilitação do licitante, ressalvada as hipóteses de saneamento da documentação prevista no subitem **16.1.1:**

16.1.6.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

16.1.6.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido;

16.1.6.3. A apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscais referentes à filial;

16.1.6.4. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidões;

16.1.6.5. O não cumprimento dos requisitos de habilitação.

16.2. Havendo a inabilitação do licitante, poderá ser aplicada a multa prevista neste Edital.

16.3. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, e procederá à análise dos seus documentos de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o disposto neste Edital e em seus Anexos, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

16.4. Declarado o vencedor, ou vencedores, qualquer licitante, classificado ou não para a etapa de apresentação de lances verbais, poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cabendo ao Pregoeiro respeitar os seguintes procedimentos:

16.4.1. Após registrar o evento em ata, o Pregoeiro pode acatar o recurso e reformar sua decisão ou, em caso de não o acatar, conceder prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da realização do certame, para apresentação



das razões do recurso pelo recorrente, que deve ser enviada ao Pregoeiro, no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná.

16.4.2. Intimar os demais licitantes a apresentar seus argumentos contra o recurso em igual número de dias, contados a partir do término do prazo concedido ao recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos do processo, que permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local e horário.

16.4.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo;

16.4.4. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra as suas decisões, assim como encaminhá-los para a autoridade competente proceder ao julgamento e decidir sobre o seu acolhimento;

16.4.5. Cabe à autoridade competente o julgamento do recurso;

16.4.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

16.4.7. Decididos os recursos no prazo de 2 (dois) dias úteis e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente deverá proceder à adjudicação e a homologação.

16.5. A falta de manifestação imediata e motivada por parte dos licitantes importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação, pelo Pregoeiro, do objeto da licitação ao licitante vencedor ou aos licitantes vencedores.

16.6. Os envelopes contendo a documentação de habilitação dos licitantes desclassificados e dos licitantes classificados não declarados vencedores permanecerão sob custódia do pregoeiro e equipe de apoio até a efetiva formalização da contratação.

16.7. Em caso de não haver tempo suficiente para a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação dos licitantes em um único momento ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, o Pregoeiro determinará a suspensão da sessão, registrando os motivos em ata, e, posteriormente, convocará os licitantes para a continuidade da sessão em outra data.

16.7.1. A suspensão dos trabalhos somente poderá ocorrer, em qualquer hipótese, após o Pregoeiro ter declarado encerrada a etapa de apresentação de lances verbais.



16.7.2. O Pregoeiro deverá também manter sob sua guarda os envelopes contendo os documentos habilitatórios dos licitantes, devidamente rubricados por ele e pelos licitantes, devendo reexibi-los na reabertura da sessão.

17. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Encerrada a sessão pública, após análise integral do processo, a autoridade competente, fundamentada nos atos do pregoeiro e pareceres jurídicos, oficialmente adjudicará e homologará o resultado do Pregão, desde que não haja recurso.

17.1.1. Se houver recurso (s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao (s) vencedor (es) e à homologação do resultado do Pregão.

18. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO

18.1. Será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o (s) fornecedor (es) classificado (s) em primeiro lugar. Os mesmos serão convocados para que no prazo de 05 (cinco) dias assinem a mesma, sob pena de decair o direito na preferência da contratação, sem prejuízos das sanções previstas neste edital e das demais sanções legais aplicáveis.

18.2. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município de Três Barras do Paraná, poderá registrar os demais licitantes, na ordem de classificação, convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

18.3. O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou ordem de compra no prazo estipulado ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior àqueles praticados no mercado, conforme previsto na Lei.

18.4. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento



equivalente, conforme prevê os artigos 62 e 64 da Lei nº 8.666/93.

19. VIGÊNCIA DA ATA

19.1. O prazo de validade da ata é de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no Órgão Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

20. PREÇO

20.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados no item 7 do Termo de Referência (ANEXO VI), sendo que o valor total dos itens soma a importância de R\$ 92.344,35 (noventa e dois mil trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

20.2. O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos como funcionários/operadores, fretes, combustível, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

20.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

20.3.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

20.4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

21. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

21.1. O licitante vencedor deverá realizar os serviços na forma e prazo indicados no Termo de Referência (Anexo VI).



Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

21.2. Os serviços deverão atender as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo VI).

21.3. O licitante vencedor ficará obrigado a trocar ou refazer as suas expensas, nos prazos máximos apresentados no item 21.1 a contar da notificação, o serviço que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

21.4. Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas a prestação dos serviços.

21.5. O (s) serviço (s) fornecido (s) estarão sujeitos à verificação pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade, qualidade.

21.6. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

21.7. Os serviços serão aceitos provisoriamente, o recebimento definitivo será feito após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos, conforme Art. 73 da Lei nº 8.666/93;

21.8. O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não prestar o serviço no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

21.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses, será indicado o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

22. PAGAMENTO

22.1. O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente à entrega/execução dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Relatório Circunstanciado dos serviços prestados;
- b) Atestado de recebimento do órgão solicitante;



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000144

c) Comprovação da regularidade fiscal com a apresentação dos documentos requeridos nas alíneas "b" a "f" do subitem 8.5.2 deste Edital.

22.2. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o fornecedor contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

22.4. O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

22.5. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

22.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM= IxNxVP, onde:

EM= Encargos Moratórios devidos;

I= Índice de Compensação Financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula $I = [(TX/100)/365]$;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento; e,

VP= Valor da prestação em atraso.

23. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

23.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

23.1.1. Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

23.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que

27/76



venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

23.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

23.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e da Ata de Registro de Preços;

23.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento;

23.1.6. Solicitar o (s) serviço (s);

23.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) serviço (s) entregues;

23.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

23.2. São obrigações do PRESTADOR DE SERVIÇOS

23.2.1. Caberá ao PRESTADOR DOS SERVIÇOS, para a perfeita execução do fornecimento do objeto descrito neste Edital e em seus Anexos, o cumprimento das seguintes obrigações:

23.1.1.1 Os equipamentos deverão ser colocados à disposição da Prefeitura Municipal 24 (vinte e quatro) horas após o envio da ordem de fornecimento;

23.2.1.2. O transpor dos equipamentos para realização do trabalho, entre uma propriedade municipal e outra, será executado pelo licitante vencedor e não será contabilizado como hora trabalhada.

23.2.1.3. Em caso de quebra dos equipamentos ou qualquer falha nos equipamentos, a empresa contratada deverá providenciar a substituição por outro equipamento igual no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

23.2.1.4. As máquinas e equipamentos deverão ser equipadas com horímetros originais, devidamente instalados e em funcionamento.

23.2.1.5. As despesas de manutenção do equipamento, alimentação, estadia e transporte dos operadores são de responsabilidade da contratada.

23.2.1.6. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do (s) serviço (s), tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte, fretes e outras que porventura venham a ser criadas e



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000146

exigidas pela legislação;

23.2.1.7. Disponer da quantidade suficiente de equipamentos solicitados ao fornecimento e mantê-los em perfeitas condições de uso, o qual deverá sujeitar-se à condição de fornecedor do (s) serviço (s) adquirido (s) até que totalmente requisitada (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município;

23.2.1.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

23.2.1.9. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

23.2.1.10. Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento do (s) serviço (s);

23.2.1.11. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do (s) serviço (s);

23.2.1.12. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

23.2.1.13. Substituir no prazo igual ao do fornecimento qualquer serviço que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

23.2.1.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

23.2.1.15. Entregar o (s) serviço (s) no prazo e formas ajustados;

23.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

23.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se



a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

23.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

23.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

23.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

23.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 23.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município de Três Barras do Paraná.

23.5. Deverá o fornecedor observar ainda o que segue:

23.5.1. É expressamente proibida à contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços;

23.5.2. É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do Contrato/Ata de Registro de Preços, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná;

23.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

24. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

24.1. Os licitantes devem observar e o fornecedor deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de



ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) "**Prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "**Prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "**Prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "**Prática coercitiva**": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "**Prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um



contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

25. DAS PENALIDADES

25.1. Às licitantes vencedoras deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

25.1.1. Pela recusa injustificada para a prestação de serviço ofertadas, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos;

25.1.2. Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de 0,5% (por cento) do total da proposta por dia de atraso ou de demora;

25.1.3. Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplica-se o estabelecido no subitem 25.1.1, com prazo estabelecido no item 21 para a efetiva substituição dos serviços;

25.1.4. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Três Barras do Paraná, nos casos de:

- a) Apresentação de documentação falsa;
- b) Retardamento na execução do objeto;
- c) Não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- d) Comportamento inidôneo;



- e) Fraude na execução do contrato;
- f) Falha na execução do contrato.

25.1.5. Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

25.1.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

26. DO FORO

26.1. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas/PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

27. ANEXOS DO EDITAL

27.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Modelo da Proposta de Preços;
- b) ANEXO II - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- c) ANEXO III - Modelo de Declaração de Não utilização de Trabalho de Menor;
- d) ANEXO IV - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo Para Licitar;
- e) ANEXO V - Modelo de Termo de Credenciamento;
- f) ANEXO VI - Termo de Referência;
- g) ANEXO VII - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- h) ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica;
- i) ANEXO IX - Roteiro para Elaboração de Proposta Eletrônica.



CAPITAL DO FÊLÃO

000151

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

Três Barras do Paraná, 24 de Junho de 2022.

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito Municipal



ANEXO I - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Ao
Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 36/2022

Abertura: 11 DE JULHO DE 2022, às 09h00m

A empresa (**RAZÃO SOCIAL COMPLETA**), localizada na (**ENDEREÇO COMPLETO**), inscrita no CNPJ sob nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, Inscrição Estadual e/ou Municipal nº **XXX.XXXXX-XX**, através desta, vem apresentar a proposta comercial relativa a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 36/2022, objetivando fornecer os itens abaixo cotados, conforme especificações e anexos que fazem parte do referido edital:

LOTE 01 – CLÍNICA VETERINÁRIA

ITEM	QNTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR TOTAL
1	70	Proced	Consulta Comercial (De Segunda A Sexta-Feira) Das 08:00 Às 18:00		
2	25	Proced	Consulta De Plantão (De Segunda A Sexta-Feira Das 18:01 Às 07:59)		
3	50	Proced	Internamento Diurno (Fluidoterapia Específica, Medicação E Alimentação)		
4	50	Proced	Internamento Diurno Infectocontagioso (Fluidoterapia Específica, Medicação E Alimentação)		
5	40	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte P		
6	40	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte M		
7	30	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte G		
8	25	Proced	Eutanasia		
9	100	Amp	Vacina Contra Raiva (Nacional)		



Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000153

10	1500	Kg	Ração animal (canina) Composição Básica do Produto: Cloreto de Sódio (sal), Farinha de Carne Bovina, Farinha de Visceras de Frango (digestas de frango), Farelo de Arroz, Farelo de Milho*, Farelo de Trigo, Gordura de Frango, Milho Integral moído*, Aditivo Palatabilizante a Base de Visceras de Aves, Antioxidante, Corantes (alimentícios), Propionato de Cálcio, Vitaminas e Minerais (Vitamina A, Vitamina B1, Vitamina B2, Vitamina B6, Vitamina B12, Vitamina D3, Vitamina E, Vitamina K3, Biotina, Sulfato de Cobalto, Sulfato de Cobre, Sulfato de Ferro, Sulfato de Manganês, Sulfato de Zinco, Selenito de Sódio, DL-Metionina, L-Lisina, Niacina, Ácido Fólico, Cloreto de Colina e Lodato de Cálcio), * Espécies doadora do gene: Bacillus thuringiensis e Streptomyces tumefaciens. Níveis de garantia por kg do produto: Umidade (max) 120g/kg (12%), Proteína (mín) 180g/kg (18%), Extrato Etéreo (mín)80g/kg (8%), Matéria Fibrosa (máx) 50g/kg (5%), Matéria Mineral (máx) 120g/kg (12%), Cálcio (mín) 15g/kg (1,5%), Cálcio (máx) 20g/kg (2,0%), Fósforo (mín) 7.000g/kg (0,7%), Energia Metabolizável 2.700kcal/kg		
11	20	Proced	Adicional Piometra (Associar Com Ovariosalpingohisterectomia)		
12	100	Comp	Enrofloxacina 150 Mg		
13	100	Comp	Enrofloxacina 50 Mg		
14	100	Comp	Meloxicam 0,5 Mg		
15	70		Dipirona		
16	25	Comp	Hemograma Completo		
17	25	Proced	Sedação Até 05 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais		
18	25	Proced	Sedação Até 15 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais		
19	25	Proced	Sedação Até 25 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais		
20	25	Proced	Sedação Acima De 25 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais		

Valor Total em Algarismos:

Valor Total da proposta por extenso:

Condições de Pagamento: Conforme edital.

36/76



000154

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

Validade da Proposta: 60 dias.

Valor máximo da licitação: R\$ 92.344,35 (noventa e dois mil trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta. E em consonância aos referidos documentos, declaramos:

- a) Que estamos cientes e concordamos com os termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta da Ata de Registro de Preços;
- b) Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e ou descontos ou vantagens e despesas (inclusive despesas com operadores) para a entrega dos serviços.

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital (se acaso a empresa licitante apresentar a proposta impressa através do sistema kit proposta fornecido pelo Município as declarações neste anexo terão validade independente de transcrição na mesma).

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

37/76



ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 36/2022

Abertura: 11 DE JULHO DE 2022, às 09h00m

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa (**RAZÃO SOCIAL COMPLETA**), inscrita no CNPJ sob nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada na (**ENDEREÇO COMPLETO**), declara para fins de participação no Pregão Presencial nº 36/2022, e sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em seu edital, conforme previsto no artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de novembro de 2002.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura



**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO
MENOR**

Ao
Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 36/2022

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

A empresa (**RAZÃO SOCIAL COMPLETA**), inscrita no CNPJ sob nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada na (**ENDEREÇO COMPLETO**), declara, sob as penas da Lei, e para os fins previstos no artigo 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima, durante a vigência do contrato, acarretará a sua rescisão.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e assinatura



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000157

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
PARA LICITAR**

Ao
Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 36/2022

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

A empresa (**RAZÃO SOCIAL COMPLETO**, inscrita no CNPJ sob nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada na (**ENDEREÇO COMPLETO**), declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara, também, que está obrigada a informar à Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência, conforme determina o artigo 32º, § 2º, da Lei 8.666/93.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e assinatura

40/76



ANEXO V - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 36/2022

Abertura: 11 DE JULHO DE 2022, às 09h00m

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr(a) **(NOME DO CREDENCIADO)**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **X.XXX.XXX-X** e CPF sob nº **XXX.XXX.XXX-XX**, a participar da licitação instaurada pelo Município de Três Barras do Paraná, na modalidade PREGÃO, forma PRESENCIAL, supra referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL da empresa **(RAZÃO SOCIAL COMPLETO)**, inscrita no CNPJ sob nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada na **(ENDEREÇO COMPLETO)**, outorgando-lhe dentre outros poderes, o de formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, negociar preços e, ainda, rubricar documentos, renunciar ao direito de recurso e apresentar impugnação a recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, termo de contrato ou retirar nota de empenho, enfim, praticar todos os atos inerentes à referida licitação.

Local e Data.

PROPONENTE

Representante Legal

(Preferencialmente com firma reconhecida em Cartório)

OBS.: "A Carta Credencial deverá ser entregue pelo Representante Legal da empresa proponente, juntamente com documento de identidade, ao Presidente da Comissão Julgadora, antes da abertura dos envelopes".

41/76



ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

1.1. A elaboração deste Termo de Referência foi realizada de acordo com o estabelecido nos incisos I e II do artigo 8º e no inciso II, do artigo 21, do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, publicado no DOU de 09/08/2000.

2. NECESSIDADES E OBJETIVOS

2.1. Considerando que a atual gestão tem um enorme desafio pela frente, em relação a situação do controle populacional de cães e gatos no município de Três Barras do Paraná, pois tem sido muito frequente os casos de abandono, maus tratos e até mesmo de abusos cometidos contra animais, mas em especial os domésticos ou domesticados. Os casos de situações de abandono são diários, ganham repercussão nas mídias sociais e constituem um problema crescente a cada dia dentro das cidades de um modo geral.

2.2. É necessário esclarecer que as fêmeas de cães e gatos são animais pluríparos, de gestação curta (apenas 60 dias), ninhadas numerosas e de rápido amadurecimento sexual, sendo assim, cães e gatos têm alto potencial reprodutivo, podendo ter um aumento populacional rápido, criando um descontrole da população canina e felina e motivando a maioria dos casos de abandono.

2.3. Vale ressaltar que a superpopulação de cães e gatos nas cidades configura-se em um problema de saúde pública, e que o Poder Público deve atuar o quanto antes e da forma mais efetiva possível para resolver a problemática, visto que diversos estudos apontam para a necessidade de realizar o controle populacional de pelo menos 80% dos animais de uma determinada região e da necessidade de vencer a velocidade reprodutiva.

2.4. A atuação conjunta para solucionar o problema se faz necessária para evitar que a omissão da municipalidade continue a expor os animais e os próprios seres humanos a riscos como a possibilidade de transmissão de zoonoses, agressões às pessoas e/ou animais, ou ainda a contaminação ambiental por dejetos e dispersão de lixo.

2.5. Considerando a autorização mediante Lei Municipal nº 2222/2022, na qual autoriza

42/76



CAPITAL DO FESJÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000160

o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas com a Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná, para realização de campanha de castrações de cães e gatos, alimentação e medicação, se faz necessário a contratação dos serviços de Clínica e/ou Hospital Veterinário para atender a demanda, estando evidenciado o interesse público.

3. DO OBJETO

3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2222/2022.

3.1.1. As especificações dos itens encontram-se descritas no item 12 deste Termo de Referência.

3.2. Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de materiais cuja necessidade dar-se-á de forma variada e parcelada, além disso, a natureza do objeto não permite a divisão e definição prévia e exata do quantitativo demandado pela Administração.

3.3. Da aplicação de Lei Complementar nº 123/2006:

3.3.1. Objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito regional/local, em atenção ao § 3º do Art. 48 da Lei Complementar 123/06, fica estabelecido à prioridade de contratação para as microempresas e/ou empresas de pequeno porte, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

3.3.1.1. Para obter o tratamento diferenciado descrito neste item, as microempresas e/ou empresas de pequeno porte deverão estar sediadas no território do Município de Três Barras do Paraná, uma vez que no território do Município, existem várias empresas com potenciais competitivos entre si, enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme

43/76



prevê o §3º do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

4. DOS CRITÉRIOS E EXIGÊNCIAS MÍNIMAS À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS

4.1. Será exigido dos interessados:

4.1.1. É imprescindível que os interessados possuam clínica veterinária e/ou hospital veterinário devidamente regulamentado com alvará vigente e licença de funcionamento válida e em conformidades com resoluções/normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária- CFMV, devendo obrigatoriamente estar estabelecidas no Município de Três Barras do Paraná.

4.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes ou a última alteração contratual consolidada, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus administradores em exercício.

4.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

4.1.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

4.1.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

4.1.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do

44/76



Secretário da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.

4.1.7. Prova de regularidade para com a Receita Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais (mobiliários e imobiliários) expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede de proponente, ou outra equivalente na forma da lei;

4.1.8. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, ou outra equivalente na forma da lei;

4.1.9. Prova de inexistência de Débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT);

4.1.10. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento de encargos sociais. Instituídos por lei, mediante a apresentação da Certidão de Regularidade do FGTS;

4.1.11. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor do local da sede do proponente;

4.1.12. Declaração de inexistência de fatos impeditivos na habilitação, de idoneidade e de inexistência de empregados menores, conforme estabelece a lei 8.666/1992 e a Constituição Federal (declaração em anexo);

4.1.13. Licença Sanitária; Plano de Gerenciamento de Tratamento de Resíduos e Certificação de RT, todos dentro do prazo de validade.

5. DOS REQUISITOS

5.1. Dos Requisitos Técnicos



5.1.1. O Registro da empresa junto ao CRMV/PR deverá ser regular durante toda a vigência do Pregão.

5.1.2. A empresa deverá contar com alvará sanitário regular e em dia durante toda a vigência do pregão.

5.2. Do Atendimento

5.2.1. Somente será permitido o atendimento de animais vítimas de abandono ou maus tratos, encaminhados exclusivamente via Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná, sendo expressamente vedado o atendimento de animal de posse de particular ou terceiro.

5.2.2. A realização dos procedimentos pré, e pós-operatórios devem zelar pelo bem-estar animal, nunca colocando em risco a vida e tendo importância secundária o número de intervenções por fase do procedimento.

5.2.3. A Clínica deverá manter em ordem a Licença de Funcionamento junto aos Órgãos da Administração pública, bem como junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, inclusive a Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pelo estabelecimento.

5.2.4. A empresa ficará responsável pelo transporte dos animais antes e depois de cada atendimento.

5.2.5. É obrigatório que as clínicas tenham prontuário dos animais atendidos, no qual deverão ser anotados todos os seus dados, devendo os mesmos ser arquivados em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo.

5.2.6. O procedimento cirúrgico de castração contemplará retorno pós-operatório para avaliação e se necessário efetuar a retirada de pontos pelo prazo determinado pelo Veterinário, para acompanhamento exclusivo do procedimento relacionado à cirurgia.

5.2.7. Serão priorizadas as fêmeas sem raça definida, principalmente as em risco de prenhes, visto que a esterilização da fêmea é preventiva, usada para evitar procriações e



algumas doenças.

5.2.8. A clínica e/ou Hospital Veterinário vencedor do certame em conjunto com a Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente definirá os dias e horários, bem como a quantidade de animais a serem disponibilizados para o programa de castração e atendimento.

5.3. Equipe e equipamentos

5.3.1. Os procedimentos deverão ser realizados por equipe treinada, contendo um quantitativo mínimo de 01 (um) médico-veterinário e 01 (um) auxiliar, desde que seja a equipe suficiente para proporcionar aos animais submetidos aos procedimentos cirúrgicos condições de segurança e bem-estar nos moldes da Resolução Nº 962/2010 do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

5.3.2. Os equipamentos e materiais deverão ser utilizados em quantidade suficiente para atender a demanda em qualidade e quantidade adequadas à rotina, devendo cada instrumental ser trocado e devidamente esterilizado entre cada procedimento. Os materiais descartáveis e de uso individual, não poderão ser reutilizados tais como, luvas de procedimento, luvas cirúrgicas, agulhas, seringas, gazes, algodão, cateter, equipo, lâmina de bisturi, fio de sutura.

5.4. Da Estrutura Física

5.4.1. As dependências deverão possuir capacidade para atender a demanda conforme quantitativo especificado no contrato, considerando espaço suficiente de acordo com o porte e quantidade, inclusive com área reservada para os animais que necessitem de cuidados especiais.

5.4.2. O estabelecimento médico-veterinário com atendimento cirúrgico deverá estar registrado junto ao CRMV/PR e apresentar a estrutura física mínima necessária para atendimento clínico/cirúrgico dos animais, inclusive ambientes para pré, trans e pós-operatório, recepção dos responsáveis pelos animais, além de sanitários para uso da equipe e do público, em conformidade com as Resoluções Nº 962/2010 e 1275/2019, do



Conselho Federal de Medicina Veterinária.

5.4.3. Os atendimentos deverão ser realizados em locais legalmente destinados a esta finalidade, que cumpram as exigências sanitárias e todas as normas regulamentadoras em vigor.

5.4.4. A CONTRATADA será a responsável pela aquisição e fornecimento dos produtos de higiene dos ambientes de acordo com legislação específica.

5.4.5. Todos os cuidados necessários, procedimentos e tratamentos com os animais são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma prestar qualquer tipo de assistência pós-operatória, caso haja quaisquer intercorrências derivadas dos procedimentos realizados.

5.4.6. Toda a estrutura física da CONTRATADA será inspecionada pelos gestores e fiscais da CONTRATANTE antes do início das atividades.

5.4.7. Caso seja detectado pela fiscalização do contrato algum setor ou instalação em não conformidade para atendimento dos serviços, a contratada será notificada e terá o prazo de no máximo 15 dias para adequação e apresentação novamente da estrutura.

5.4.8. A CONTRATADA deve contar em suas instalações com os seguintes ambientes, todos em conformidade e equipamentos adequados às determinações das Resoluções Nº 962/2010 e Nº 1275/2019:

I - Consultório: local onde os animais serão atendidos, realizados o exame físico, exames laboratoriais pré-operatórios, identificação através do microchip, além dos procedimentos básicos veterinários.

II - Internação simples: local apropriado para manutenção de animais doentes, que necessitam de acompanhamento veterinário e tratamento medicamentoso intensivo, não portador de doenças infectocontagiosas.

III - Sala de preparo cirúrgico e recuperação anestésica: local onde os animais são preparados pela equipe técnica para o procedimento



cirúrgico e a recuperação anestésica de acordo com o porte dos animais que serão atendidos.

IV - Centro cirúrgico: local onde serão realizados os procedimentos cirúrgicos de esterilização cirúrgica dos animais. Deverão conter os equipamentos necessários e exigidos de acordo com a legislação, todos em perfeitas condições de uso.

V - Sala recuperação anestésica: local aonde os animais irão se recuperar da anestesia, que deverá apresentar condições de abrigar felinos e caninos em boas condições de higiene e sanitária.

VI - Dispor do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde – PGRSS; O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é um documento técnico que estabelece ações de manejo dos resíduos provenientes de todos os serviços relacionados ao atendimento à saúde humana e animal, inclusive assistência domiciliar e trabalhos de campo, laboratórios, necrotérios, funerárias, serviços de medicina legal, drogarias e farmácias, estabelecimentos de ensino e pesquisa, centro de zoonoses, entre outros.

5.5. Dos Materiais e Medicamentos

5.5.1. A CONTRATADA será a responsável pela aquisição e fornecimento, de todos os materiais, medicamentos e equipamentos necessários para o tratamento, cirurgias e internação dos animais durante a execução dos procedimentos cirúrgicos.

5.5.2. O armazenamento de medicamentos somente poderá ser feito em geladeiras ou unidades de refrigeração exclusivas, contendo termômetro de máxima e mínima, com registro diário de temperatura.

5.5.3. É obrigação de a CONTRATADA garantir a qualidade e disponibilidade dos equipamentos, materiais, insumos e medicamentos de acordo com a complexidade do serviço e necessários ao atendimento da demanda e que sejam utilizados



exclusivamente para os fins a que se destinam.

5.5.4. Agulhas e seringas usadas para aplicação de drogas injetáveis deverão ser descartáveis e de primeiro uso para cada paciente.

5.5.5. Para a cirurgia deve-se utilizar material cirúrgico de qualidade, higienizado, esterilizado e uso individual, para cada procedimento cirúrgico.

5.5.6. Os panos de campo cirúrgico utilizados devem ser lavados e esterilizados após cada uso, garantindo uso exclusivo por animal e por procedimento.

5.5.7. Os aventais cirúrgicos, os campos cirúrgicos e panos de mesa podem ser de tecido ou SMS (Spunbond-Meltblown-Spunbond), sempre estéreis.

5.6. Do Procedimento Cirúrgico

5.6.1. Os procedimentos cirúrgicos deverão ser realizados em ambientes autorizados pelo CRMV e sob inspeção da vigilância sanitária.

5.6.2. A Medicação pré-anestésica deverá ser realizada de acordo com as necessidades de cada animal, notificando os responsáveis pelo encaminhamento do animal quais medicamentos serão utilizados, qual será a via de administração e a dosagem.

5.6.3. A indução deverá ser feita obrigatoriamente com a medicação propofol.

5.6.4. A manutenção anestésica deverá obrigatoriamente ser realizada com anestesia inalatória (isoflurano ou sevoflurano).

5.7. Do auxílio à Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná

5.7.1. A empresa deverá juntamente com a Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná promover campanhas educativas no intuito de promover a conscientização, adoção, posse responsável, incentivo a castração, combate ao abandono e apoio a denúncias de maus tratos de animais.

5.7.1.1. As campanhas terão iniciativa da Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná.



5.7.2. A empresa deverá ceder local para realização de no mínimo 02 (duas) feiras de adoção durante o período de vigência do pregão (12 meses), visando buscar um lar para os animais atendidos pela Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná.

5.7.2.1. As feiras de adoção deverão ser agendadas com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, na qual deverá ser comunicada a Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná e a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, que ficarão sob responsabilidade das mesmas a divulgação e publicidade.

6. FREQUENCIA E PERIODICIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A frequência e periodicidade serão de acordo com a demanda de animais atendimentos pela Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná, não podendo ultrapassar o valor de repasse definido pela Lei Municipal nº 2222/2022.

6.2. O Município arcará com as despesas decorrentes de procedimento, alimentação e medicamentos, até o limite estabelecido pela Lei Nº 2222/2022, que será até o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas nos 12 (doze) meses subsequentes.

6.3. Para execução dos procedimentos e exames, os estabelecimentos deverão dispor de equipe suficiente e qualificada, devendo os médicos veterinários estar inscritos no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná – CRMV/PR.

6.4. A Clínica Veterinária receberá da Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná a Requisição de Serviço, documento esse onde se estabelecerá quais procedimentos deverão ser realizados em cada animal.



7. DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

- 7.1. Relacionar os animais e os procedimentos a serem submetidos, nos termos deste edital;
- 7.2. Emitir a autorização para realização dos serviços;
- 7.3. Controlar e acompanhar toda a execução do serviço e do contrato a ser firmado.
- 7.4. Fica sob responsabilidade da Associação de Proteção aos Animais de Três Barras do Paraná os cuidados pré e pós-operatório de cada animal.
- 7.5. Inspecionar as instalações das empresas Contratadas, sempre que achar necessário, através dos Técnicos da Vigilância em Saúde, ou outro órgão de fiscalização.

8. DA COMPROVAÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS

- 8.1. Cada atendimento realizado deverá ser relatado em Ficha de Identificação do Animal/prontuário. Devendo estar em anexo os exames, procedimentos, medicações realizadas e, no mínimo (02) duas fotos do animal.
- 8.2. Todos os animais deverão ter prontuário, no qual será anotado intercorrências cirúrgicas e anestésicas, além dos dados de anamnese, exame físico, hemograma, devendo os mesmos ser arquivados em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo, podendo ser requisitado cópias destes. Preencher termos de autorização para procedimentos cirúrgicos e anestésicos (Resolução CFMV nº 1.071/2014), além do termo de ciência e consentimento das orientações sobre os cuidados pré e pós-operatórios.

9. CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

- 9.1. A Administração Municipal manterá um servidor designado para fiscalização dos serviços objeto deste Termo de Referência, o qual deverá comunicar a Administração caso estejam ocorrendo descumprimentos na prestação dos serviços licitados.
- 9.2. Correrão por conta do prestador de serviços todas as despesas relacionadas ao



CAPITAL DO FIELÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000170

fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com alimentação, hospedagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.

9.3. O(s) serviços(s) estara(ão) sujeita(s) à verificação(ões), pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações do objeto, no que se refere à quantidade, qualidade e perfeito funcionamento.

9.4. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta. O recebimento não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional, por vícios de quantidade e qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.5. Quaisquer despesas inerentes à entrega do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa prestadora de serviços.

9.6. Para o bom andamento dos serviços, a prestadora de serviços deverá manter durante a prestação dos serviços, agentes em número suficiente para atender a demanda do Município.

9.7. Os pagamentos serão efetuados mensalmente conforme a execução dos serviços, em até 15 (quinze) dias da apresentação da nota fiscal, a qual deverá ser emitida e entregue no Departamento Financeiro até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da prestação dos serviços.

9.7.1. Deverá constar em anexo a Nota Fiscal as Fichas de Identificação do Animal/prontuário, juntamente com os exames, devendo estar relatado todos os procedimentos realizados, medicações aplicadas e, no mínimo (02) duas fotos do animal.

9.8. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

9.9. O pagamento efetuado não isentará o prestador de serviços das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

53/76



10. CUSTOS COM IMPOSTOS, TAXAS, FRETES, E DEMAIS DESPESAS

10.1. Os custos na execução do objeto, bem como os custos com impostos, taxas, fretes e demais despesas serão de responsabilidade da empresa vencedora.

11. PRAZO DE CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação terá vigência de 12 meses, a partir da publicação em Diário Oficial.

12. RELAÇÃO E VALOR MÁXIMO DOS ITENS

12.1. Relação de Itens:

LOTE 01 – CLÍNICA VETERINÁRIA

ITEM	QNTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR TOTAL
1	70	Proced	Consulta Comercial (De Segunda A Sexta-Feira) Das 08:00 Às 18:00	R\$ 61,67	R\$ 4.316,90
2	25	Proced	Consulta De Plantão (De Segunda A Sexta-Feira Das 18:01 Às 07:59)	R\$ 98,33	R\$ 2.458,25
3	50	Proced	Internamento Diurno (Fluidoterapia Específica, Medicação E Alimentação)	R\$ 91,67	R\$ 4.583,50
4	50	Proced	Internamento Diurno Infectocontagioso (Fluidoterapia Específica, Medicação E Alimentação)	R\$ 103,33	R\$ 5.166,50
5	40	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte P	R\$ 321,67	R\$ 12.866,80
6	40	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte M	R\$ 355,00	R\$ 14.200,00
7	30	Proced	Ovariosalpingohisterectomia Paciente Canina Porte G	R\$ 390,00	R\$ 11.700,00
8	25	Proced	Eutanasia	R\$ 193,33	R\$ 4.833,25



CAPITAL DO FESJÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000172

9	100	Amp	Vacina Contra Raiva (Nacional)	R\$ 20,67	R\$ 2.067,00
10	1500	Kg	Ração animal (canina) Composição Básica do Produto: Cloreto de Sódio (sal), Farinha de Carne Bovina, Farinha de Vísceras de Frango (digestas de frango), Farelo de Arroz, Farelo de Milho*, Farelo de Trigo, Gordura de Frango, Milho Integral moído*, Aditivo Palatabilizante a Base de Vísceras de Aves, Antioxidante, Corantes (alimentícios), Propinato de Cálcio, Vitaminas e Minerais (Vitamina A, Vitamina B1, Vitamina B2, Vitamina B6, Vitamina B12, Vitamina D3, Vitamina E, Vitamina K3, Biotina, Sulfato de Cobalto, Sulfato de Cobre, Sulfato de Ferro, Sulfato de Manganês, Sulfato de Zinco, Selenito de Sódio, DL-Metionina, L-Lisina, Niacina, Ácido Fólico, Cloreto de Colina e Lodato de Cálcio), * Espécies doadora do gene: Bacillus thuringiensis e Streptomyces tumefaciens. Níveis de garantia por kg do produto: Umidade (max) 120g/kg (12%), Proteína (mín) 180g/kg (18%), Extrato Etéreo (mín)80g/kg (8%), Matéria Fibrosa (máx) 50g/kg (5%), Matéria Mineral (máx) 120g/kg (12%), Cálcio (mín) 15g/kg (1,5%), Cálcio (máx) 20g/kg (2,0%), Fósforo (mín) 7.000g/kg (0,7%), Energia Metabolizável 2.700kcal/kg	R\$ 7,57	R\$ 11.355,00
11	20	Proced	Adicional Piometra (Associar Com Ovariosalpingohisterectomia)	R\$ 116,67	R\$ 2.333,40
12	100	Comp	Enrofloxacina 150 Mg	R\$ 5,69	R\$ 569,00
13	100	Comp	Enrofloxacina 50 Mg	R\$ 2,41	R\$ 241,00
14	100	Comp	Meloxicam 0,5 Mg	R\$ 3,52	R\$ 352,00

55/76



Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000173

15	70		Dipirona	R\$ 28,00	R\$ 1.960,00
16	25	Comp	Hemograma Completo	R\$ 40,00	R\$ 1.000,00
17	25	Proced	Sedação Até 05 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais	R\$ 110,00	R\$ 2.750,00
18	25	Proced	Sedação Até 15 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais	R\$ 118,33	R\$ 2.958,25
19	25	Proced	Sedação Até 25 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais	R\$ 127,67	R\$ 3.191,75
20	25	Proced	Sedação Acima De 25 Kg, Consta Fármacos Necessários Para Procedimento Como Exames De Imagem, Resgate E Procedimentos Ambulatoriais	R\$ 137,67	R\$ 3.441,75

12.2. Os valores dos itens apresentados nas propostas não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

12.2.1. Os valores totais dos itens deste Termo de Referência totalizam R\$ 92.344,35 (noventa e dois mil trezentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

12.3. A empresa licitante que apresentar proposta com **valor global** superior ao fixado neste Termo de Referência será desclassificada.

12.4. Os itens descritos no item 12.1. são para formular o valor unitário das quantidades, dessa forma, a empresa que efetuar sua proposta com valores acima dos



descritos serão desclassificados nos itens, independentemente se o valor total do lote estiver abaixo do indicado.

12.5. O presente Termo de Referência faz menção a realização de Ata de Registro de Preços, os quantitativos são para formular o valor total do Lote. As despesas decorrentes deste procedimento licitatório não poderão ultrapassar o descrito na Lei Municipal nº 2222/2022, que será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), repassados em 10 (dez) parcelas anuais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada.

13. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

13.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrentes deste Termo de Referência caberão à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

13.1.1. Fica definido gestor do presente procedimento licitatório:

a) Sr. JOÃO BATISTA DE SOUZA, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CPF/MF Nº 498.877.009-59

13.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) MARLETE DAL MAGRO, Engenheira Agrônoma, CPF nº 502.719.979-15, fiscal titular da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

b) ALICE CRISTIANE GUIMARÃES ZANCHETA, Diretora de Departamento de Meio Ambiente, CPF nº 104.446.869-67, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

13.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução dos serviços, com observância a qualidade e, verificando possíveis desacordos com as especificações do Edital.

13.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e

57/76



qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

13.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município deverão ser solicitadas formalmente pela prestadora de serviços, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

13.5. O prestador de serviços deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto estabelecido em Edital.

13.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.



ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2022

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 36/2022.

VALIDADE: 12 meses

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida dos Pioneiros, 500, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. GERSON FRANCISCO GUSSO, brasileiro, casado, dentista, portador do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX e Carteira de Identidade nº X.XXX.XXX-X, residente e domiciliada nesta cidade, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando a homologação da licitação na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇOS nº 36/2022, nos termos do Artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis, registra os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, em face da classificação da(s) proposta(s) apresentada(s) e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2222/2022**, observadas as características e demais condições definidas no Edital de Pregão Presencial nº 36/2022 e seus Anexos.

PARÁGRAFO ÚNICO - A quantidade de serviços a serem entregues é estimada naquela descrita no ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA, não estando o Município obrigado a retirar a totalidade e nem mesmo tão somente aquela, por se tratar de estimativa, sendo que será requerida a entrega somente da quantidade necessária para atendimento das necessidades atestadas pelas secretarias solicitantes.



CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. As empresas com o menor preço obterão apenas o direito de preferência e não de exclusividade do fornecimento dos referidos itens até o término da vigência da mesma.

PARAGRAFO PRIMEIRO – O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, de acordo com a necessidades do Município de Três Barras do Paraná. As condições de fornecimento dos serviços são as mesmas descritas no item 21 e demais exigências contidas no Edital do Pregão Presencial nº 26/2020 e seus anexos.

PARAGRAFO SEGUNDO – Quando a empresa não tiver condições de fornecer os serviços, será consultada outra empresa para efetuar a entrega, pelo valor registrado na sessão de registro de preço, ou valor menor; o registro de preços não obriga o município a adquirir os itens registrados, das empresas detentoras do direito de preferência, sempre que for possível poderá adquirir os mesmos de outras empresas em condições mais vantajosas para a Municipalidade.

PARAGRAFO TERCEIRO – Quando não possuir justificativa de não entrega a convocada fica sujeita as sanções previstas na legislação vigente.

PARAGRAFO QUARTO - Os serviços serão aceitos provisoriamente, sendo que o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos.

PARAGRAFO QUINTO – O fornecedor, no ato da assinatura desta Ata de Registro de Preços deverá apresentar os documentos requeridos no Termo de Referência (Anexo VI) do Edital, sob pena de perda do direito de preferência no fornecimento do objeto.

PARAGRAFO SEXTO - A convocação dos fornecedores pelo órgão competente será formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

PARAGRAFO SÉTIMO - O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas no Edital.

PARAGRAFO OITAVO - Quando comprovada uma dessas hipóteses, será indicado o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CLASSIFICAÇÃO, DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

3.1. A Empresa (**RAZÃO SOCIAL**), com sede a (**endereço completo**), devidamente



inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, representada por seu representante legal devidamente constituído no Contrato Social, independente de transcrição nesta Ata, é a detentora dos direitos de preferência e não de exclusividade dos itens descritos no item 3.2 desta Cláusula.

3.2. Os itens, os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, valor total e as demais condições ofertadas na proposta, são as que seguem:

NOME DO LOTE

ITE M	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTDE HORA MÁQUIN A	VALOR HORA MÁQUIN A	VALOR TOTAL
			TOTAL	

3.3. Total geral registrado pelo fornecedor: R\$ X,XX (valor por extenso).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

4.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARAGRAFO SEGUNDO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLÁUSULA QUINTA - PENALIDADES

5.1. À fornecedora serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas

61/76



seguintes situações, dentre outras:

- a) Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos;
- b) Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de 0,5% (meio por cento) do valor total registrado por dia de atraso ou de demora;
- c) Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplica-se o disposto no parágrafo segundo desta cláusula, com prazo máximo definido no parágrafo sexto da Cláusula Segunda para a efetiva substituição dos serviços.

5.2. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Três Barras Do Paraná, nos casos de:

- a) Apresentação de documentação falsa;
- b) Retardamento na execução do objeto;
- c) Não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- d) Comportamento inidôneo;
- e) Fraude na execução do contrato;
- f) Falha na execução do contrato.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Será facultado à fornecedora o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

PARAGRAFO SEGUNDO - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

6.1. O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no órgão oficial do município, não sendo permitida sua prorrogação.

6.2. O prazo de execução se estende ao prazo da vigência, sendo que a execução deverá ocorrer conforme especificado no Edital de Pregão Presencial nº 36/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO



7.1. O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente a entrega dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- I. Relatório Circunstanciado dos serviços prestados;
- II. Atestado de recebimento do órgão solicitante;
- III. Comprovação da regularidade fiscal com a apresentação dos documentos requeridos nas alíneas "b" a "f" do subitem 8.5.2 do Edital originário desta Ata de Registro de Preços.

7.2. Quando pagamento for realizado com recursos do convênio com a ITAIPU, somente será efetuado o pagamento após a vistoria e autorização da mesma. Será observado a quantidade e qualidade e as normas técnicas exigidas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Somente será realizado o pagamento mediante a apresentação dos documentos requeridos no item 7.1.

7.3. O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

7.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

7.5. Os pagamentos decorrentes do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos da dotação orçamentária 3.3.90.39, consignados na Lei Orçamentária Anual.

7.6. As demais condições relativas ao pagamento estão descritas no Edital do Pregão Presencial nº XX/2022.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. As obrigações das partes são as mesmas descritas no Edital de Pregão Presencial nº XX/2022.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO ÚNICO - Comprovada a alteração dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de



Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

9.2. Qualquer alteração que se faça necessária, poderá ser realizada desde que de acordo com a legislação e mediante o correspondente termo de aditamento a Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO/CANCELAMENTO DA ATA

10.1. A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja em seu cancelamento, com as consequências previstas em lei ou regulamento, incluindo as penalidades previstas nos artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município, através das Secretarias requerentes, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização sobre a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.2. A fornecedora declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Município, conforme estabelecido no Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial nº XX/2022.

11.3. A existência e atuação da fiscalização do Município em nada restringem as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da fornecedora, no que concerne ao objeto desta Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços serão aplicadas as seguintes disposições gerais:

- a) A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.
- b) Integram o presente instrumento, independente de transcrição, o edital e anexos, bem como todos os atos praticados constantes nos autos do Pregão Presencial nº XX/2022.
- c) Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.
- d) Fica eleito o foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente ATA foi lavrada em 02 (duas) vias

64/76



CAPITAL DO FÊLIÃO

000182

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data.

GERSO FRANCISCO GUSSO

PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA LICITANTE

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

65/76



ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ao
Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 362022

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada **(ENDEREÇO COMPLETO)**, declara, sob as penas da Lei, conforme o disposto no edital em epígrafe, caso venhamos a vencer a licitação, o(s) responsável(eis) técnico(s) será(ão):

NOME	FORMAÇÃO	Nº REGISTRO CREA/CAU	DATA DO REGISTRO

Declara também, que a empresa se responsabiliza em emitir Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) de execução quando necessário.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Carimbo e Assinatura



ANEXO IX – ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA ELETRÔNICA

O programa Cotação Eletrônica de Preços têm como objetivo registrar a proposta de preço oferecida pelo proponente, identificando o representante da empresa que foi o responsável pelo preenchimento dos dados, bem como a geração destas informações em arquivo para envio em conjunto com a proposta impressa que comporá o envelope da proposta de preços.

O conjunto de arquivos necessários à utilização são:

- Instalador.msi;
- Processo_ano_númerodoprocesso_númerodofornecedor.kit *(Note que o nome do arquivo trás os dados: ano do processo e número do processo, para auxiliar na seleção quando existir mais de uma proposta na mesma pasta).*

Observação: É necessário que o sistema operacional Windows já possua a instalação dos complementos:

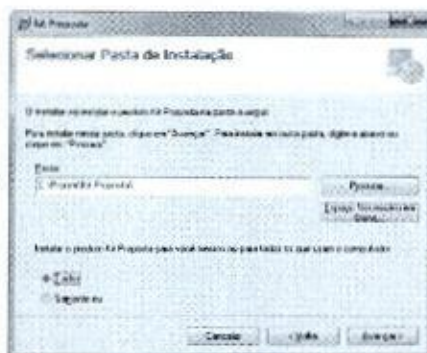
- Microsoft .NET Framework 3.5, disponível no caminho
- Microsoft .NET Framework 4, disponível no caminho

1º PASSO – INSTALAÇÃO DA COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS





Execute o programa "instalador.msi", contido no arquivo compactado enviado pelo Município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ que esta efetuando a licitação. Após o carregamento selecione a opção avançar.



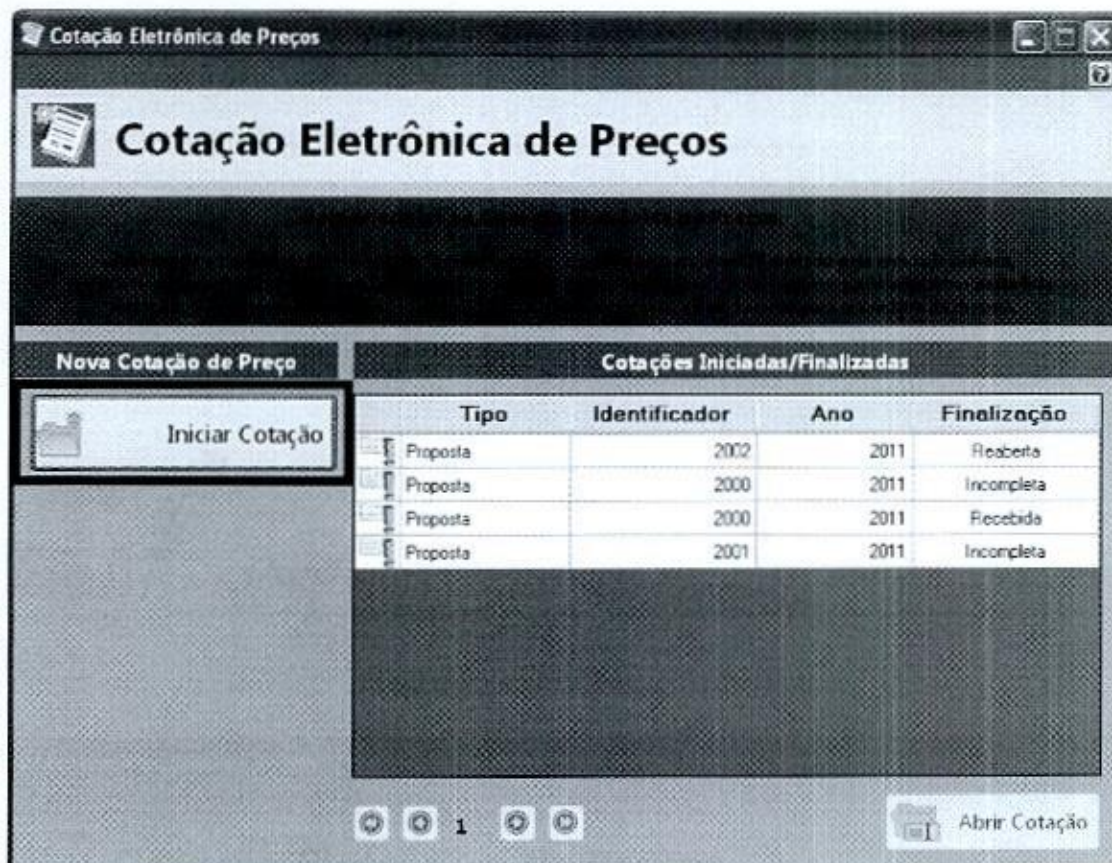
Altere o caminho de instalação para **C:\PRONIM\KIT PROPOSTA**, depois escolha a opção avançar em todas as etapas.



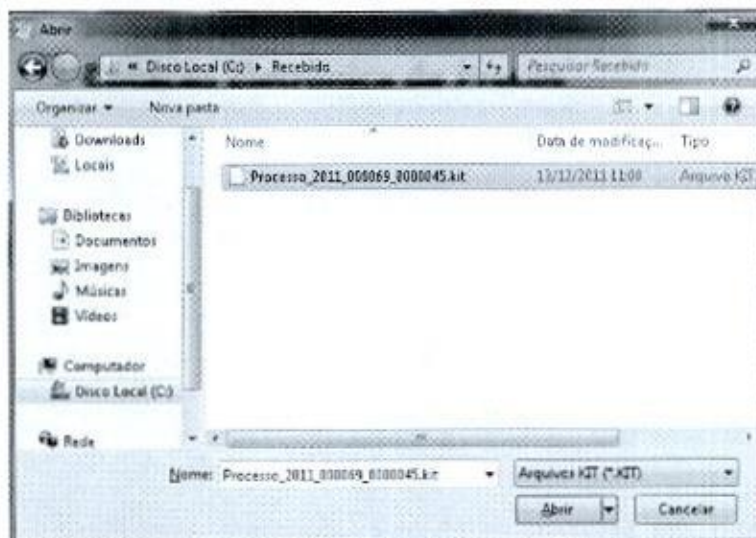
Será criando na área de trabalho atalho com o nome de KIT PROPOSTA

2º PASSO – PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

a) Após a execução do aplicativo Cotação Eletrônica de Preços, será apresentada a tela a seguir. Efetue a leitura do quadro de saudações que está em azul.



- b) Selecione a opção "iniciar cotação" e selecione a pasta em que está o arquivo fornecido pelo Departamento de Licitações do Município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ e clique em abrir.





000187

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

FASE 1 - PREENCHER PROPOSTA - Serão carregados no programa todos os lotes e itens que compõem a licitação, deste modo preencha a proposta, informando para cada item em que deseja participar o valor unitário*, a marca, o prazo de execução e validade da proposta.

Proposta Comercial

Seleção de proposta visando Registro de Preço para o lote 03. Modalidade Especialidade Lote 02. Marca...

Preencher Proposta

Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade	Quantidade	Valor Unitário*	Marca do Item	Prazo de Execução**	Validade da Proposta**	Total por Item
1	Agenda 2012 com as comemorações religiosas de acordo com o...	5000	UN						
1	Almofada para escritório 45x65cm com Tampa de tecido...	4000	UN						
1	Almofada para sofá, material sintético, espuma de látex, cor: azul...	3000	UN						
1	Balão decorativo, transparente, 100cm diâmetro, 10cm altura...	8000	PCT						
1	Balão decorativo, transparente, 100cm diâmetro, 10cm altura...	8000	PCT						
1	Balão para aniversário de 100 anos, 100cm diâmetro, 10cm altura...	4000	UN						
1	Balão para aniversário, 100cm diâmetro, 10cm altura...	3000	UN						
1	Bolacha para Café/Chá, 10cm diâmetro, 10cm altura...	1000	CA						
1	Bonê de 40, 100% algodão, cor: azul, tamanho: 40cm...	1000	CF						
1	Caderno 20 folhas, capa em tecido, 10cm x 15cm...	1000	LN						
1	Caderno 20 folhas, capa em tecido, 10cm x 15cm...	1000	LN						
1	Caderno 20 folhas, capa em tecido, 10cm x 15cm...	1000	LN						

Fornecedor: Wernutti, Cda 1054

Prazo de Execução: 12 meses

Validade da Proposta: 12 meses

Valor Total: R\$ 0,00

Limpar Proposta

Filtrar Itens...

Opções extras para o usuário

- Limpar proposta: Selecione esta ação para limpar os dados já cadastrados



- Filtrar itens: Selecione esta opção para selecionar o lote/item específico para cotação:



Filtrar Itens

Lote: 1 Item: 1

Concluído o preenchimento da proposta, clique em **SALVAR PROPOSTA**

Observação: É possível salvar a proposta em preenchimento e continuar preenchendo posteriormente.

* O campo valor unitário deve ser preenchido com valor igual ou menor que o valor apresentado, caso seja preenchido com valor maior que o edital o item será desclassificado pela Comissão de Licitações.

FASE 2 - CADASTRAR FORNECEDOR - Clique em Cadastrar Fornecedor

Coleção Eletrônica de Propostas

Proposta Comercial

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL

13/2016

Preencher Proposta

Lote	Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Marca do Item	Prazo de Entrega	Valor da Proposta	Total por Item
1	1	Ácido Tranexâmico 80 mg/ml (Am)	800,00	FR	500,00					
1	2	Bicarbonato de Sódio 8.4%	200,00	AMP	200,00					



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000189

Salvar X Cancelar

Cadastrar Fornecedor

* Campos Obrigatórios

Nome * :

Tipo do Documento * :
CPF

Número do Documento * :
000.000.000-00

Endereço:

Estado * :
▼

Cidade * :

CEP:

Preencher os campos a seguir e clique em salvar:

- o nome ou Razão Social Completa;
- o CPF ou CNPJ;
- Endereço completo;
- Selecionar o estado;
- Digitar a cidade e o CEP.

FASE 3 – CADASTRAR REPRESENTANTE LEGAL - Clique em cadastrar representante legal:

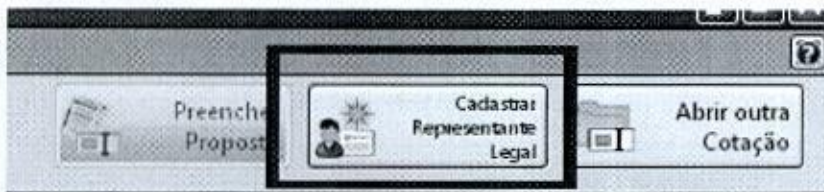
72/76



CAPITAL DO FEMÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

000190



Preencher os campos a seguir e clique em salvar:

- o nome do representante legal;
- o CPF (ou CNPJ se for o caso) do representante legal;
- o cargo e a data de impressão da proposta.

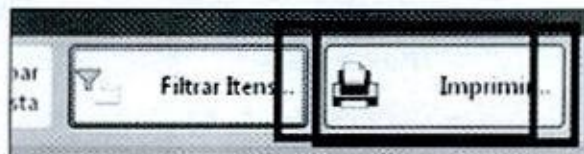
Após o preenchimento dos dados (itens e representante), solicitamos que seja impresso a proposta para conferência e caso a mesma esteja de acordo com a vontade do proponente, a mesma será assinada e carimbada para posterior envio.

73/76



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ





000192

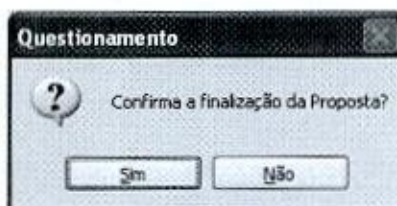
Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

FASE 4 – FINALIZAR PROPOSTA:

Caso os dados digitados e conferidos, selecione a opção finalizar Proposta, para que :



Selecione um nome para o arquivo, bem como o local de gravação do mesmo:



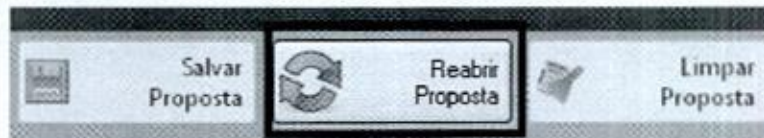
Selecione um diretório e aponte o nome para o arquivo, sugerimos usar o mesmo no do arquivo originalmente recebido, porém em pasta diferente o local de gravação do arquivo recebido.

75/76



Em seguida, grave o arquivo.KIT em CD/DVD ou PEN DRIVE, para ser enviado junto com a proposta impressa no interior do envelope.

Caso for necessário alterar alguma das informações constantes na proposta comercial após a mesma já estar finalizada, selecione a opção **REABRIR PROPOSTA:**



Observação: Caso for necessário reabrir a proposta, lembre-se que após alterar os dados, será necessário finalizá-la e imprimir novamente para que constem no relatório as alterações efetuadas.



000194

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ


AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2022

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, torna público que fará realizar, às **9 horas** do dia **11 DE JULHO DE 2022**, na Sala de Licitações do Paço Municipal, na Avenida Brasil, nº 245, centro, em Três Barras do Paraná/PR, **PREGÃO PRESENCIAL**, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2222/2022.**

A íntegra do instrumento convocatório e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ser obtido através do site www.tresbarras.pr.gov.br, ou solicitada através do e-mail licitação@tresbarras.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (45) 3235-1212.

PUBLIQUE - SE.

Três Barras do Paraná/PR, 24 de junho de 2022.


GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2022

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, torna público que fará realizar, às **9 horas** do dia **11 DE JULHO DE 2022**, na Sala de Licitações do Paço Municipal, na Avenida Brasil, nº 245, centro, em Três Barras do Paraná/PR, **PREGÃO PRESENCIAL**, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO E EXAMES VETERINÁRIOS EM PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2222/2022.**

A íntegra do instrumento convocatório e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ser obtido através do site www.tresbarras.pr.gov.br, ou solicitada através do e-mail licitação@tresbarras.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão se encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (45) 3235-1212.

P U B L I Q U E - S E.

Três Barras do Paraná/PR, 24 de junho de 2022.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:1C2C225E

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 27/06/2022. Edição 2548

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

Substituir este
arquivo
largura: 153 pixels
altura: 147 pixels

Credenciamento a Abertura e Julgamento

Processo: 51/2022

Modalidade: Pregão 36/2022

Razão Social: 3514 - AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

Credenciado: Sim Porte da Empresa: ME (Micro Empresa)

Prioridade: Não se enquadra

CNPJ: 30.690.301/0001-55

Endereço: BRASIL, 274

Bairro: Centro

CEP: 85485-000

Cidade: Três Barras do Pr.

UF: PR

Telefone:

E-mail:

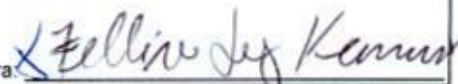
Representada por: FELLIPE LUZ KAMMERS

CPF: 064.176.239-98

RG: 102425430

Telefone:

Email:

Assinatura: 

Razão Social: 3515 - ANIMALIA CLÍNICA VETERINÁRIA E CENTRO DE ESTÉTICA ANIMAL TLDA

Credenciado: Sim Porte da Empresa: ME (Micro Empresa)

Prioridade: Não se enquadra

CNPJ: 42.753.021/0001-28

Endereço: BRASIL, 224

Bairro: Centro

CEP: 85485-000

Cidade: Três Barras do Pr.

UF: PR

Telefone:

E-mail:

Representada por: ALINE CALGAROTO

CPF: 086.036.629-40

RG: 0

Telefone:

Email:

Assinatura: 




CONTRATO SOCIAL
SOCIEDADE LIMITADA
AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

1

Os signatários deste instrumento:

FELLIPE LUZ KAMMERS, brasileiro, natural de Três Barras do Paraná – Paraná, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 20/10/1990, portador da Cédula de Identidade Civil RG. Nº. 10.242.543-0 SESP-PR, expedido em 29/11/2004 e CPF/MF nº. 064.176.239-98, residente e domiciliado na Av. Brasil, nº 274, complemento casa, Centro, CEP. 85.485-000, na cidade de Três Barras do Paraná – Paraná

JOICE ANGELINA DEZAN KAMMERS, brasileira, natural de Três – Paraná, nascida em 22/04/1996, casada sob regime parcial de bens, empresaria, inscrita no CPF/MF sob nº. 092.856.249-28, portador da Cédula de Identidade civil RG nº. 10.995.308-3/SSP – Paraná, expedida em 03/05/2007, residente e domiciliado na Av. Brasil, nº 274, complemento casa, Centro, CEP. 85.485-000, na cidade de Três Barras do Paraná – Paraná; resolvem por este instrumento de contrato social constituir uma sociedade limitada, que reger-se-á pelas leis nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, lei nº. 3.708 de 10 de janeiro de 1919, lei nº. 8.934, de 18 de novembro de 1994, pelas demais disposições legais aplicáveis a espécie e pelas cláusulas e condições seguintes:

CAPÍTULO I
Capital Social e Quotas

Cláusula Primeira – O capital social da sociedade será representando pelo valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas de capital, pelo valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas no presente ato pelos sócios e distribuídas da seguinte forma e proporção:

Sócios	(%)	Quotas	Valores em R\$
Fellipe Luz Kammers	50,00	25.000	25.000,00
Joice Angelina Dezan Kammers	50,00	25.000	25.000,00
Total do Capital Social	100,00	50.000	50.000,00

Joice Fellipe

Parágrafo Primeiro – Tratando-se do capital subscrito e neste momento declarando ciência do disposto do Art. 1.058 do Código Civil (Lei 10.406/2002), os contratantes comprometem-se a integralizar em moeda corrente nacional as quotas ora subscritas obedecendo ao seguinte cronograma:

- I. O sócio **Fellipe Luz Kammers** integraliza no presente ato R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em moeda corrente do país, no presente ato.
- II. A sócia **Joice Angelina Dezan Kammers** integraliza no presente ato R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), em moeda corrente do país, no presente ato.



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 12:22 SOB Nº 41208821078.
PROTOCOLO: 183007190 DE 29/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802299135. NIRE: 41208821078.
AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/06/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
SOCIEDADE LIMITADA
AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

2

Parágrafo Segundo – A responsabilidade dos sócios é solidária e limitada à importância total do capital social integralizado, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

CAPÍTULO II

Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto Social

Cláusula Segunda – A sociedade girará sob o nome empresarial de **AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA**, e será regida por este contrato social e pela lei nº 10.406/2002 de 10 de janeiro de 2002 (NCC/2002).

Leio
Cláusula Terceira – A sociedade terá sua sede na Avenida Brasil, nº 274, complemento sala A, Bairro Centro, CEP. 85.485.000, nesta cidade de Três Barras do Paraná – Estado do Paraná, podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação dos sócios, através de maioria dos votos, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Libertad
Parágrafo Único – Fica eleito o foro da comarca de Catanduvas – Estado do Paraná, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato social.

Cláusula Quarta – A sociedade iniciará suas atividades na data do arquivamento deste processo e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Cláusula Quinta – A sociedade terá como objeto social em todo o território nacional a exploração dos ramos de:

COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO; COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS; COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS; COMÉRCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO; HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

CAPÍTULO III

Cessão de Quotas e do Direito de Preferência

Cláusula Sexta – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 12:22 SOB Nº 41208821078.
 PROTOCOLO: 183007190 DE 29/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11802299135. NIRE: 41208821078.
 AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 13/06/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
SOCIEDADE LIMITADA
AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

Parágrafo Único – O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito ao outro sócio, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se apenas parte dos sócios exercerem esse direito, os demais poderão, no prazo adicional de dez dias, adquirir, mediante rateio, as quotas disponíveis. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

felipe

CAPÍTULO IV
Administração

Felipe

Cláusula Sétima – A administração da sociedade ficará a cargo do sócio **FELIPE LUZ KAMMERS**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade isoladamente, representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao objeto social como fiança, aval, endosso, alienação de bens imóveis da sociedade, aceite e de todo e qualquer título de favor, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Primeiro – Faculta-se a administradora, no limite de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo – Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no artigo 1.061 da lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Terceiro – O uso da denominação social é privativo da administradora, a qual responde solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este contrato ou determinações da Lei.

Cláusula Oitava – O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional,

[Handwritten signatures and initials]

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 12:22 SOB Nº 41208821078.
PROTOCOLO: 183007190 DE 29/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802299135. NIRE: 41208821078.
AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/06/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
SOCIEDADE LIMITADA
AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

4

contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula Nona – Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima – Designação de administradores não sócios:

- I. Poderão ser designados administradores não sócios, obedecendo ao disposto no artigo 1.061 da Lei 10.406/2002, ou seja, a designação deles dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.
- II. A investidura de administrador designado em ato separado deverá obedecer às formalidades da legislação vigente.

CAPÍTULO V

Deliberações Sociais e Reunião de Quotistas

Cláusula Décima Primeira – Dependem de deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no presente contrato:

- a. aprovação das contas da administração;
- b. cisão, incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou cessação do estado de liquidação;
- c. nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento das suas contas;
- d. pedido de concordata;
- e. transformação da sociedade; e
- f. exclusão de sócio por justa causa.

Parágrafo Primeiro – As deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social representa um voto, obedecendo o disposto no artigo 1.010 da Lei nº 10.406/2002, serão tomadas em reunião de sócios, convocadas pelo administrador nos casos acima previstos, dispensando-se a realização da mesma quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da reunião.

Parágrafo Segundo – É dispensada qualquer formalidade de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem dia.

Parágrafo Terceiro – O quorum de instalação será a maioria absoluta do capital social. O quorum de deliberação é também o da maioria absoluta do capital social, exceto no caso de



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 12:22 SOB Nº 41208821078.
 PROTOCOLO: 183007190 DE 29/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11802299135. NIRE: 41208821078.
 AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 13/06/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
SOCIEDADE LIMITADA
AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

alienação do estabelecimento, cisão, fusão ou transformação, quando o quorum deliberativo será de dois terços dos votos dos quotistas.

Parágrafo Quarto – As reuniões serão presididas por sócio escolhido no momento de seu início e caberá ao presidente a escolha do secretário.

Parágrafo Quinto – Dos trabalhos e deliberações tomadas será lavrada ata que será assinada por todos os sócios presentes.

João
Sall...

Parágrafo Sexto – Para produzir seus efeitos legais, cópia da ata descrita pelo secretário será apresentada para arquivamento e averbação na Junta Comercial do Estado de sua jurisdição.

Parágrafo Sétimo – O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária poderá exercer o direito de retirar-se da sociedade, manifestando a sua intenção à sociedade e aos outros sócios, por escrito mediante protocolo, dentro o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da deliberação que discordou, sendo seus haveres apurados e pagos mediante balanço levantado especificamente para esse fim.

CAPÍTULO VI

Retirada, exclusão de sócio e resolução das quotas de um sócio em relação à sociedade

Cláusula Décima Segunda – A morte de qualquer dos sócios não dissolve a sociedade.

Cláusula Décima Terceira – Na hipótese da cláusula anterior, os herdeiros ou sucessores, após a devida homologação da partilha poderão requerer à sociedade, suceder o sócio falecido, o que ficará a exclusivo critério dos sócios remanescentes aceitarem ou não. Havendo recusa por parte dos sócios remanescentes, estes deverão levantar balanço específico para acerto de contas em relação aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, preferencialmente na data do óbito. Enquanto não houver nomeação de inventariante os haveres do sócio falecido poderão ser depositados em conta bancária aberta especialmente para esse fim. Aplica-se ainda em relação à morte de qualquer sócio o comando legal dos artigos 1.027, 1.028 e 1.032, da lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Quarta – Será excluída da sociedade, de pleno direito, a sociedade empresária que for declarada falida, ou ainda qualquer sócio por incapacidade superveniente à assinatura do presente instrumento, observado o comando legal do artigo 1.030 da Lei nº 10.406 de 2002.

[Handwritten signatures in black and blue ink]



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 12:22 SOB Nº 41208821078.
PROTOCOLO: 183007190 DE 29/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802299135. NIRE: 41208821078.
AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/06/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
SOCIEDADE LIMITADA
AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

6

Cláusula Décima Quinta – Ressalvado o disposto no artigo 1.030 da lei nº 10.406/2002, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, por justa causa, mediante alteração do contrato social.

João
Parágrafo Primeiro – A exclusão somente poderá ser determinada em reunião de sócios especialmente convocados para esse fim, conforme disposto na Cláusula Décima Primeira deste contrato. O acusado deverá estar ciente em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Segundo – Efetuado o registro da alteração contratual, o valor dos haveres do sócio excluído será apurado e liquidado em balanço levantado especialmente para este fim.

CAPÍTULO VII

Demonstrações Financeiras, Contábeis e Sociais

Felipe
Cláusula Décima Sexta – O exercício social coincidirá com o ano civil, desta forma terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro. Quando será apurado o inventário físico e financeiro dos bens, direitos e obrigações e as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. A escrituração ficará a cargo de contabilista legalmente habilitado conforme art. 1.182, da lei nº 10.406/2002.

CAPÍTULO VIII

Desimpedimento

Cláusula Décima Sétima – Os sócios declaram para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercerem a atividade que lhes competem neste instrumento, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais

Cláusula Décima Oitava – Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais que regem este tipo societário e, supletivamente, pelas normas da sociedade anônima (Lei nº 6.404/76), conforme faculta o parágrafo único do artigo 1.053 da lei nº 10.406/2002.

Cláusula Décima Nona – Fica eleito o foro da comarca de Catanduvas – Estado do Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

[Handwritten signatures]

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 12:22 SOB Nº 41208821078.
 PROTOCOLO: 183007190 DE 29/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11802299135. NIRE: 41208821078.
 AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA



Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 13/06/2018
 www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
SOCIEDADE LIMITADA
AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

7

Lavrado em 1 (uma) via de igual forma e teor, lido, compreendido, elaborado de conformidade com a intenção dos sócios ora presentes e que os supostos assinem na presença de duas testemunhas, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Três Barras do Paraná – Paraná, 23 de Maio de 2018.

CONHECIDA

Felipe Luz Kammers
 Felipe Luz Kammers

RECONHECIDA

Joice Angelina Dezan Kammers
 Joice Angelina Dezan Kammers

JUNTA COMERCIAL
 DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 12:22 SOB Nº 41208821078.
 PROTOCOLO: 183007190 DE 29/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11802299135. NIRE: 41208821078.
 AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 13/06/2018
 www.empresafacil.pr.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - TABELIONATO DE NOTAS DISTRITAL
TRÊS BARRAS DO PARANÁ - COMARCA DE CATANDUVAS - ESTADO DO PARANÁ
AVENIDA PARANÁ, 55 - CENTRO - CEP 85465-000 - TRÊS BARRAS DO PARANÁ - FONE/FAX: (41) 3233-1290

Selo Digital nº 52cFR.vd0E.9w0x, Controle: k4t8V.GICM
Consulte em <http://unapen.com.br>
Reconheço por Verdadeira as assinaturas de **FELIPE LUZ KAMMERS** e **JOICE ANGELINA DEBAM KAMMERS**. Dou
16.0007 *114054B* Três Barras do Paraná, 25 de maio de 2018 -
16:30:25h. Emolumentos: R\$9,30 - VRC: 21,73 - Funrejus: R\$2,10
Selo Unapen: R\$0,00 - FADEP: R\$0,42 - Total: R\$11,70
Em Teste da Verdade

[Handwritten signature]
Francieli Gilda Bozza de Lima
Escriventa/substituta

TABELIONATO BOZZA DE LIMA
COMARCA DE CATANDUVAS
Francieli Gilda Bozza de Lima
Registradora
Jaimir Rosa
Escriventa
Francieli Gilda Bozza de Lima
Aux. Jumentada
Três Barras do Paraná - PR

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 12:22 SOB Nº 41208821078.
PROTOCOLO: 183007190 DE 29/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802299135. NIRE: 41208821078.
AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/06/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Livro Diário

Número: 4 Página: 1

Contém este livro 162 páginas numeradas do No. 1 ao 162 emitidas através de processamento eletrônico de dados, que servirá de Livro Diário da empresa abaixo descrita no período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Nome da Empresa: AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA

Ramo: Comércio varejista de medicamentos veterinários

Endereço: AVENIDA BRASIL, 274

Complemento: SALA A

Bairro: CENTRO

Município: TRES BARRAS DO PARANA

Estado: PR

Inscrição no CNPJ: 30.690.301/0001-55

Inscrição Estadual.....: 90783521-99

Registro na junta.....: 41208821078 Data registro: 13/06/2018


Inscrição Municipal.....: 1629

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

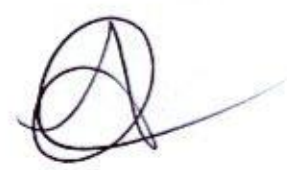
TRES BARRAS DO PARANA, 01/01/2021

AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA - ME
PESSOA JURÍDICA
CNPJ: 30.690.301/0001-55

JOSNEY NATALICIO FELL
CONTADOR - CRC/PR sob o No. 057975/O-6
CPF: 046.441.999-90



g



g



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 31/12/2021.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade, constituída sob forma 206-2 - Sociedade Empresária Limitada, gira sob a razão social AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA, com sede na cidade de TRES BARRAS DO PARANA - PR, na AVENIDA BRASIL Nº 274, Bairro CENTRO. A sociedade iniciou suas atividades em 18/06/2018, seu prazo de duração é por tempo indeterminado, tem como atividade econômica de: Comércio varejista de medicamentos veterinários

2) POLÍTICA CONTÁBIL E BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2021, aqui compreendidos: Balancete, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Fluxo de Caixa, foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da Legislação Comercial, Lei Nº 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis e aos Princípios Contábeis.

3) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram demonstradas de forma comparativas. Demonstrações: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método indireto.

4) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão expressas em moeda corrente brasileira (reais).

5) DECLARAÇÃO EXPLÍCITA

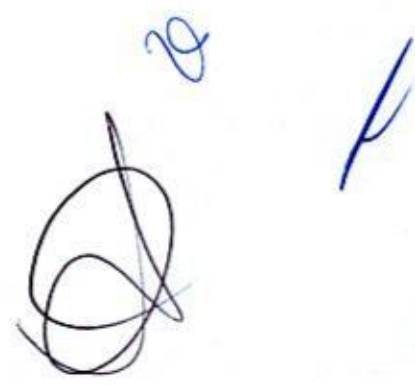
A empresa declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a ITG 1000 – Contabilidade para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1.418/12.

6) ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A contabilidade foi escriturada com base nos documentos apresentados pela empresa.

AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA - ME
PESSOA JURÍDICA
CNPJ: 30.690.301/0001-55

JOSNEY NATALICIO FELL
CONTADOR - CRC 057975/O-6
CPF: 046.441.999-90



CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

TRES BARRAS DO PARANA, 31/12/2021

À

SIDEMAR ANTONIO BRUCHEZ LTDA
CRC n.º 057975/O-6
Endereço: AVENIDA BRASIL, nº 226, CENTRO, CEP nº 85485-000
TRES BARRAS DO PARANA, PR

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA, CNPJ 30.690.301/0001-55, que as informações relativas ao período base 31/12/2021, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

- (a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
- (b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;
- (c) que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;
- (d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente e perfazem a realidade do período encerrado em 2021;
- (e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado DRHS, são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

- (a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
- (b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
- (c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

.....
FELLIPE LUZ KAMMERS
ADMINISTRADOR
CPF: 064.176.239-98



000208

PLANO DE CONTAS

Código T	Classificação	Nome	Grau
1 S	1	ATIVO	1
2 S	1.1	ATIVO CIRCULANTE	2
3 S	1.1.1	DISPONIVEL	3
4 S	1.1.1.01	CAIXA	4
5	1.1.1.01.001	CAIXA GERAL	5
7 S	1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	4
8	1.1.1.02.001	BANCO BRADESCO	5
10 S	1.1.1.03	APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	4
11	1.1.1.03.001	POUPANÇA BRADESCO	5
53 S	1.1.5	ESTOQUE	3
54 S	1.1.5.01	MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	4
55	1.1.5.01.001	MERCADORIAS PARA REVENDA	5
149 S	2	PASSIVO	1
150 S	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	2
382 S	2.1.1	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3
151 S	2.1.1.01	EMPRESTIMOS	4
223	2.1.1.01.002	BANCO BRADESCO (CONTRATO 4852621)	5
164 S	2.1.3	FORNECEDORES	3
165 S	2.1.3.01	FORNCEDORES	4
500	2.1.3.01.001	TITULOS A PAGAR	5
169 S	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	3
170 S	2.1.4.01	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	4
479	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	5
185 S	2.1.5	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	3
186 S	2.1.5.01	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	4
187	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	5
188	2.1.5.01.002	PRÓ-LABORE A PAGAR	5
3057	2.1.5.01.004	RESCISÕES A PAGAR	5
190 S	2.1.5.02	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS	4
191	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	5
192	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	5
242 S	2.4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2
264 S	2.4.3	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	3
265 S	2.4.3.01	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	4
267	2.4.3.01.002	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	5
263	2.4.3.01.004	PREJUÍZO DO PERÍODO	5
269 S	3	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	1
295 S	3.2	DESPESAS OPERACIONAIS	2
296 S	3.2.1	DESPESAS COM VENDAS	3
297 S	3.2.1.01	DEPESAS COM PESSOAL	4
306	3.2.1.01.009	ASSINTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL	5
329 S	3.2.2	DESPEAS ADMINISTRATIVAS	3
330 S	3.2.2.01	DESPESAS COM PESSOAL	4
331	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	5
332	3.2.2.01.002	PRÓ-LABORE	5
334	3.2.2.01.004	LTZ SALÁRIO	5
335	3.2.2.01.005	FÉRIAS	5

000209

PLANO DE CONTAS

Código T	Classificação	Nome	Grau
337	3.2.2.01.007	FGTS	5
345 S	3.2.2.03	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	4
352	3.2.2.03.007	MULTAS DE MORA	5
495	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	5
367 S	3.2.2.05	DESPESAS FINANCEIRAS	4
371	3.2.2.05.004	DESPESAS BANCÁRIAS	5
372	3.2.2.05.005	JUROS DE MORA	5
402 S	4	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	1
403 S	4.1	RECEITAS OPERACIONAIS	2
404 S	4.1.1	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	3
405 S	4.1.1.01	RECEITA BRUTAS DE VENDAS E MERCADORIAS	4
408	4.1.1.01.003	VENDA DE MERCADORIAS	5
460 S	5	CONTAS DE APURAÇÃO	1
461 S	5.1	CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	2
471 S	5.1.4	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	3
472 S	5.1.4.01	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	4
473	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
6183 S	5.1.5	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	3
6185	5.1.5.01.001	(+)ESTOQUE INICIAL	5
6186	5.1.5.01.002	(+)COMPRAS	5
6189	5.1.5.01.005	(-)DEVOLUCAO DE COMPRAS	5
6193	5.1.5.01.009	(-)ESTOQUE FINAL	5

AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA - ME
 PESSOA JURÍDICA
 CNPJ: 30.690.301/0001-55

JOSNEY NATALICIO FELL
 CONTADOR - CRC/PR sob o No. 057975/O-6
 CPF: 046.441.999-90

g

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021

Descrição	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	194.563,53	112.945,32
VENDE DE MERCADORIAS	194.563,53	112.845,32
SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	100,00
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(4.822,30)	(2.956,24)
SIMPLES NACIONAL	(4.822,30)	(2.956,24)
RECEITA LÍQUIDA	189.741,23	109.989,08
CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA	(274.069,90)	(313.950,97)
(+)-ESTOQUE INICIAL	(214.456,20)	(95.108,54)
(+)-COMPRAS	(371.328,23)	(436.154,99)
(-)-DEVOLUÇÃO DE COMPRAS	4.268,73	2.856,36
(-)-ESTOQUE FINAL	307.445,80	214.456,20
LUCRO BRUTO	(84.328,67)	(203.961,89)
DESPESAS COM VENDAS	(50,00)	0,00
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL	(50,00)	0,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(49.161,02)	(24.463,61)
SALÁRIOS E ORDENADOS	(8.250,00)	0,00
PRÓ-LABORE	(26.400,00)	(20.957,67)
13º SALÁRIO	(733,34)	0,00
FÉRIAS	(977,79)	0,00
FGTS	(1.007,25)	0,00
MULTAS DE MORA	(66,05)	(186,17)
DESPESAS BANCÁRIAS	(11.722,57)	(3.300,79)
JUROS DE MORA	(4,02)	(18,98)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(133.539,69)	(228.425,50)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(133.539,69)	(228.425,50)

AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA - ME
PESSOA JURÍDICA
CNPJ: 30.690.301/0001-55

JOSNEY NATALICIO FELL
CONTADOR - CRC/PR sob o No. 057975/O-6
CPF: 046.441.999-90

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	2021	2020
			31/12/2021	31/12/2020
1	1	ATIVO	369.751,32D	280.781,58D
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	317.751,32D	228.781,58D
3	1.1.1	DISPONIVEL	10.305,52D	14.325,38D
4	1.1.1.01	CAIXA	8.863,32D	7.555,75D
5	1.1.1.01.001	CAIXA GERAL	8.863,32D	7.555,75D
7	1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	1,00D	3.608,93D
8	1.1.1.02.001	BANCO BRADESCO	1,00D	3.608,93D
10	1.1.1.03	APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	1.441,20D	3.160,70D
11	1.1.1.03.001	POUPANÇA BRADESCO	1.441,20D	3.160,70D
53	1.1.5	ESTOQUE	307.445,80D	214.456,20D
54	1.1.5.01	MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	307.445,80D	214.456,20D
55	1.1.5.01.001	MERCADORIAS PARA REVENDA	307.445,80D	214.456,20D
6211	1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	52.000,00D	52.000,00D
111	1.2.3	IMOBILIZADO	52.000,00D	52.000,00D
120	1.2.3.04	VEÍCULOS USADOS	52.000,00D	52.000,00D
121	1.2.3.04.001	VEÍCULO CAMINHONETE GM/S10 PLACA BEW-4F00	52.000,00D	52.000,00D
149	2	PASSIVO	369.751,32C	280.781,58C
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	941.862,43C	719.353,00C
382	2.1.1	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	819.133,75C	666.551,12C
151	2.1.1.01	EMPRESTIMOS	819.133,75C	666.551,12C
223	2.1.1.01.002	BANCO BRADESCO (CONTRATO 4852621)	189.133,75C	36.551,12C
152	2.1.1.01.003	EMPRÉSTIMO MÚTUO	630.000,00C	630.000,00C
164	2.1.3	FORNECEDORES	45.090,80C	0,00
165	2.1.3.01	FORNCEDORES	45.090,80C	0,00
500	2.1.3.01.001	TITULOS A PAGAR	45.090,80C	0,00
169	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.822,30C	571,98C
170	2.1.4.01	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	4.822,30C	571,98C
479	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	4.822,30C	571,98C
185	2.1.5	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	20.815,58C	229,90C
186	2.1.5.01	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	18.395,38C	0,00
187	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	1.017,50C	0,00
188	2.1.5.01.002	PRÓ-LABORE A PAGAR	13.706,00C	0,00
3057	2.1.5.01.004	RESCISÕES A PAGAR	3.671,88C	0,00
190	2.1.5.02	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS	2.420,20C	229,90C
191	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	1.905,75C	229,90C
192	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	514,45C	0,00
200	2.1.6	OUTRAS OBRIGAÇÕES	52.000,00C	52.000,00C
202	2.1.6.02	CONTAS A PAGAR	52.000,00C	52.000,00C
203	2.1.6.02.001	CONTAS A PAGAR	52.000,00C	52.000,00C
242	2.4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	572.111,11D	438.571,42D
243	2.4.1	CAPITAL SOCIAL	50.000,00C	50.000,00C
244	2.4.1.01	CAPITAL SUBSCRITO	50.000,00C	50.000,00C
245	2.4.1.01.001	FELIPE KAMMERS	25.000,00C	25.000,00C
6335	2.4.1.01.002	JOICE ANGELINA DEZAN KAMMERS	25.000,00C	25.000,00C
264	2.4.3	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	622.111,11D	488.571,42D
265	2.4.3.01	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	622.111,11D	488.571,42D
267	2.4.3.01.002	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	622.111,11D	488.571,42D

AGRO VETERINARIA KAMMERS LTDA - ME
 PESSOA JURÍDICA
 CNPJ: 30.690.301/0001-55

JOSNEY NATALICIO FELL
 CONTADOR - CRC/PR sob o No. 057975/0-6
 CPF: 046.441.999-90